



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA BACHARELADO

**A ESPOLIAÇÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU: DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS E VULNERABILIDADE NO BAIRRO DE CIDADE NOVA**

ADRIELLE SALDANHA CLIVE

Foz do Iguaçu

2019

**A ESPOLIAÇÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU: DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS
E VULNERABILIDADE NO BAIRRO DE CIDADE NOVA**

ADRIELLE SALDANHA CLIVE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Drº José Renato Vieira Martins

Co-Orientador: Prof. Drº Roberto França da Silva Junior

Foz do Iguaçu

2019

ADRIELLE SALDANHA CLIVE

**A ESPOLIAÇÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU: DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS E VULNERABILIDADE NO BAIRRO DE CIDADE NOVA – FOZ DO
IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Tecnologia,
Infraestrutura e Território da Universidade Federal
da Integração Latino-Americana, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Drº José Renato Vieira Martins

UNILA

Profª Drª Cecília Maria de Moraes Machado Angileli

UNILA

Profª Drª Léia Aparecida Veiga

UNILA

Foz do Iguaçu, 10 de julho de 2019.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Adrielle Saldanha Clive

Curso: Geografia Bacharelado

	Tipo de Documento
(x) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: A Espoliação Urbana de Foz do Iguaçu: Desigualdades Socioespaciais e Vulnerabilidades no bairro de Cidade Nova

Nome do orientador: Profº Drº José Renato Vieira Martins

Data da Defesa: 10/07/2019

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 10 de Julho de 2019.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho ao eterno Presidente Lula, a quem me permitiu contribuir para a integração latino-americana, ingressando na Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e à toda Comunidade do Bairro de Cidade Nova em Foz do Iguaçu, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha avó Marizete pelos ensinamentos durante minha infância e adolescência que resultaram na metade do que sou hoje. Ao meu avô Ramiro, agradeço pela inspiração de vida, coragem e valentia de encarar o mundo e suas adversidades.

Ao irmão que a vida me proporcionou, Alessandro Luffy Ponce de Leon in Memoriam, por ter compartilhado comigo seus saberes e fazer de mim sua seguidora na luta pelas políticas públicas de juventude em nosso país. A nossa continua irmão! Você virou semente neste mundo!

A minha banca, em especial à Ciça, pelo aceite não só em compor a banca, mas por fazer parte deste trabalho de maneira intrínseca, me ensinando a olhar o território de maneira holística, mas principalmente com amor ao próximo e desejo de transformação.

Sol querida, luz e vida em meu caminho. Sem sua amizade e seu carinho durante minha graduação, não teria chego até aqui de pé. Ivania Ferronato, gratidão por me ensinar a rir, mesmo quando estava triste, a levantar a cabeça quando era preciso e a gritar quando necessário. À Elza Mendez e seu Zé pelos conhecimentos compartilhados.

A todos os amigos e amigas, em especial ao Alê Bruch, Leo e Meli, professores, professoras e servidores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e da Universidad Autónoma de Entre Ríos (UADER), muito obrigada por fazerem parte da minha vida durante estes anos de graduação e por terem me aguentado até o fim! Com vocês aprendi um universo de conhecimento que desejo compartilhar na esperança de um mundo melhor.

À Elizabeth Degli por me ensinar que a Geografia não serve só para fazer a guerra, mas sim para inspirar o mundo a mudar seu rumo. Ao Professor Douglas Tybel do Curso Guia da Monografia, gratidão por me ensinar a técnica de escrita acadêmica de maneira simples e prática.

Ao meu Orientador e amigo, José Renato Vieira Martins, gratidão pela paciência, confiança, ensinamentos, principalmente por me dar a mão nesta caminhada e me conduzir até aqui com a maestria que conduziu nosso Presidente Lula. E ao meu Co-orientador e também amigo, Roberto França, gratidão por compartilhar seus conhecimentos, abrir os caminhos para este trabalho e pelos ensinamentos, com erros e acertos, me fez crescer! Em cada um desses momentos, um universo de possibilidades se abria para mim.

Por fim e tudo, agradeço à Deus e aos Espíritos de Luz que me conduzem neste mundo, me proporcionando a chance de passar por ele e deixar sementes!

CLIVE, Adrielle Saldanha. **A Espoliação Urbana de Foz do Iguaçu: Desigualdades Socioespaciais e Vulnerabilidades no Bairro de Cidade Nova.** 2019. 122p. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia Bacharelado – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, ano.

RESUMO

Este estudo visa compreender de que maneira a reestruturação urbana da cidade de Foz do Iguaçu nas décadas seguintes à construção de Itaipu, acentuou a segregação socioespacial. Essa segregação socioespacial vem gerando novas lógicas de estruturação da cidade, condicionando as maneiras de ser, pensar e agir das juventudes do município. Para alcançar esse objetivo, era necessário analisar o processo de formação do bairro de Cidade Nova a partir da formação socioespacial de Foz do Iguaçu e suas particularidades que levaram a reestruturação do município. Demonstrando assim, de que maneira a formação econômica e social de Foz propiciou a espoliação urbana contínua e o agravamento das desigualdades sociais no território. E por outro lado, discutir os significados e entendimentos das juventudes, identificando possíveis impactos gerados pelo processo de remoção forçada de suas famílias da região central da cidade para onde hoje é o bairro Cidade Nova. Para tanto, foi utilizado como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, documentos eletrônicos e impressos, bem como revistas e demais materiais necessários para a realização desta investigação. A coleta de dados realizada, principalmente em organismos governamentais, permitiu um olhar cruzado da geografia com a sociologia do problema analisado neste artigo. A partir da análise de dados foi possível trazer maior conhecimento sobre o assunto e proporcionar um levantamento prático da situação em que se encontram os jovens de Foz do Iguaçu, bem como apontar possíveis soluções para os problemas levantados. Enfim, por meio de todo o estudo realizado, foi possível perceber que a lógica da espoliação urbana presente em Foz do Iguaçu desde o período de construção de Itaipu, contribuiu para a segregação socioespacial da população iguaçuense e consequentemente para a vulnerabilidade e exclusão social de suas juventudes. Frente a essa problemática, o município possui desafios importantes para evitar que esses jovens reproduzam a lógica da transmissão da pobreza de uma geração para outra.

Palavras-chave: Espoliação Urbana; Segregação Socioespacial; Desigualdade Socioespacial e Vulnerabilidade; Foz do Iguaçu; Juventudes.

CLIVE, Adrielle Saldanha. **La Espoliación Urbana de Foz do Iguaçu**: Desigualdades Socioespaciales y Vulnerabilidades en el bairro de Cidade Nova. 2019. 122p. Trabajo de Conclusión de Grado em Geografia Bacharelado – Universidad Federal de La Integración Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es comprender cómo la reestructuración urbana de la ciudad de Foz de Iguaçu en las décadas posteriores a la construcción de Itaipú acentuó la segregación socioespacial. Esta segregación socioespacial ha generado nuevas lógicas para estructurar la ciudad, condicionando las formas de ser, pensar y actuar de los jóvenes del municipio. Para lograr este objetivo, fue necesario analizar el proceso de formación del barrio Cidade Nova a partir de la formación socioespacial de Foz do Iguaçu y sus particularidades que llevaron a la reestructuración del municipio. Demostrando, así como la formación económica y social de Foz proporcionó la espoliación urbana continua y el agravio de las desigualdades sociales en el territorio. Por otro lado, para discutir los significados y la comprensión de los jóvenes, identificando los posibles impactos generados por el proceso de expulsión forzosa de sus familias de la región central de la ciudad donde se encuentra hoy el barrio de Cidade Nova. Para este propósito, la investigación bibliográfica en libros, artículos científicos, documentos electrónicos e impresos, así como revistas y otros materiales necesarios para llevar a cabo esta investigación se utilizó como método de recolección de datos. La recopilación de datos realizada, principalmente en organizaciones gubernamentales, permitió una mirada cruzada entre la geografía y la sociología del problema analizado en este artículo. Del análisis de datos fue posible aportar más conocimiento sobre el tema y proporcionar una encuesta práctica de la situación en la que se encuentran los jóvenes de Foz do Iguaçu, así como señalar posibles soluciones a los problemas planteados. Finalmente, a lo largo de todo el estudio, fue posible ver que la lógica del saqueo urbano presente en Foz do Iguaçu desde la construcción de Itaipú, contribuyó a la segregación socioespacial de la población de la ciudad y, en consecuencia, a la vulnerabilidad y exclusión social de sus comunidades. juventud. Ante este problema, el municipio tiene importantes desafíos importantes que eviten que estos jóvenes reproduzcan la lógica de la transmisión de la pobreza de una generación a otra.

Palabras claves: Espoliación urbana, Desigualdad Socioespacial y Vulnerabilidad, Foz do Iguaçu, Juventud

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Urbanização dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná (1960-2000)	28
Figura 2 - Malha Viária de Foz do Iguaçu.....	29
Figura 3 - Localização das Vilas A, B e C.....	34
Figura 4 - Urbanização de Foz do Iguaçu em 1970	43
Figura 5 - Urbanização de Foz do Iguaçu até 1975	44
Figura 6 - Urbanização de Foz do Iguaçu até 1985	46
Figura 7 - Urbanização de Foz do Iguaçu até 1995	47
Figura 8 - Urbanização de Foz do Iguaçu até 2007	49
Figura 9 - Área de Intervenção do Projeto Beira Foz	52
Figura 10 - Síntese das Ações de Interesse dos Agentes Locais.....	53
Figura 11 - Ações de Habitação de Interesse Social	56
Figura 12 – Vista aérea do bairro Cidade Nova em 2003.....	59
Figura 13 - Novas Centralidades.....	63
Figura 14 - Vazios urbanos na área central de Foz do Iguaçu	65
Figura 15 - Concentração de Jovens em Foz do Iguaçu	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Histórico Demográfico de Foz do Iguaçu entre 1940 - 1970.....	27
Gráfico 2 - Histórico Demográfico de Foz do Iguaçu (1970-1991)	36
Gráfico 3 – Histórico Demográfico de Foz do Iguaçu (1991-2010).....	39
Gráfico 4 – Faixa Etária do bairro Cidade Nova (2016-2017).....	67
Gráfico 5 - Censo IBGE, 2010.....	68
Gráfico 6 - Tempo de Moradia no Bairro.....	69
Gráfico 7 – Áreas de Trabalho dos Trabalhadores do Cidade Nova	72
Gráfico 8 - População Residente em Foz do Iguaçu entre 2000 e 2010	77
Gráfico 9 - População de Foz do Iguaçu por Faixa Etária e Raça/Cor.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da Área do Oeste Paranaense entre 1950 e 2010.....	30
Tabela 2 – População do Paraná, Foz do Iguaçu e cidade nova	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
BNH	Banco Nacional de Habitação
CNI	Cidade Nova Informa
COHAFOZ	Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
EPPC	Escola Popular de Planejamento da Cidade
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FOZHABITA	Instituto de Habitação da Cidade do Foz do Iguaçu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento
PDDIS	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável
PNDU	Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano
UHI	Usina Hidrelétrica de Itaipu
FURNAS	Furnas Centrais Elétricas S/A

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE FOZ DO IGUAÇU	20
1.1 DA MUNICIPALIZAÇÃO AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE EM 1970	24
1.2. AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 A 1980	32
1.3. DO TURISMO DE COMPRAS AO PERÍODO GLOBALIZADO DA ABERTURA DOS MERCADOS (1985-2001)	37
2 A EXPANSÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU PÓS CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU.....	42
2.1 A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU PÓS 1970.....	42
2.2 A ESPOLIAÇÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU A PARTIR DO PROJETO BEIRA FOZ	51
2.3 A FORMAÇÃO DO BAIRRO DE CIDADE NOVA E O IMPACTO DA REMOÇÃO COMO RESULTADO DA ESPOLIAÇÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU	58
3 DO DIREITO AO DIREITO DAS JUVENTUDES DO CIDADE NOVA	72
3.1. SIGNIFICADOS E ENTENDIMENTOS SOBRE AS JUVENTUDES	72
3.2. JUVENTUDES: DO DIREITO AO DIREITO DE SER JOVEM EM CIDADE NOVA	80
CONCLUSÃO.....	89
BIBLIOGRAFIA	93
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

A cidade de Foz do Iguaçu é uma mistura de inúmeras condições urbanas, fortemente atrelada e influenciada por sua localização na região da Tríplice Fronteira, destacando-se também, de um lado, o Parque Nacional do Iguaçu, cujo lado brasileiro recebe milhares de turistas todos os anos e de outro pela imponente Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI). Essa configuração geográfica da cidade, juntamente com os fixos nela presente, nos possibilita compreender parte de seu desenvolvimento socioeconômico. É evidente o crescimento da cidade entorno do eixo Parque Nacional – Centro – Itaipu, com forte surgimento de subcentros, que aos poucos foram emergindo e que hoje contribuem para o adensamento populacional e o micro desenvolvimento do município.

O adensamento urbano, atrelado a forma como se deu a expansão da cidade, ocasiona hoje, problemas característicos de uma estrutura urbana fora de seu eixo central, gerando inúmeros problemas relacionados a mobilidade e também de dispersão de atividades econômicas no município.

O crescimento e desenvolvimento da cidade, no fim da década de 1960, foi impulsionado pela construção da Ponte da Amizade, unindo Brasil e Paraguai e posteriormente, com a construção da Usina de Itaipu. Essa estrutura urbana da cidade, em especial a área central, é considerada hoje, como uma região de grande potencial de desenvolvimento econômico e territorial do município, principalmente quando é atrelado ao turismo e a especulação imobiliária presente.

Para analisar a espoliação urbana de Foz do Iguaçu e as consequências desse processo para o bairro Cidade Nova e suas juventudes, foi preciso compreender de forma mais aprofundada, o tamanho do problema desde o período de sua municipalização até os dias atuais.

Sua configuração enquanto município, no início do Século XX, refletia a situação de exploração contínua em que boa parte do território brasileiro havia sido submetido na época. Ao longo de sua formação econômica e social, Foz do Iguaçu apresentou fatores que condicionaram sua população a situações adversas e que

impactaram a formação da malha urbana do município.

Uma cidade marcada pela exploração de seus recursos naturais, pelas consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu em meio ao período militar brasileiro, não configuraria outro cenário, se não, a intensa aglomeração, associada a uma geopolítica da contravenção e informalidade do comércio de fronteira, como bem apontado por PARO (2016).

Tanto o período que antecede a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI), quanto os anos que se seguem à sua imponente instalação, tiveram um impacto significativo na economia da cidade. Como bem ressaltado por SOUZA (2009), a economia de Foz do Iguaçu nesse período, variava entre o trabalho desempenhado na construção da Usina, considerado legal e as atividades ilegais do comércio da fronteira.

Com o projeto do Governo Federal de construir a Usina de Itaipu na cidade, o comércio ilegal da fronteira ia sendo reduzido, já que havia uma grande necessidade de mão de obra para erguer esse megaprojeto. Além disso, com a construção e a vinda de milhares de pessoas para a cidade, o setor da economia de Foz do Iguaçu foi capaz de ofertar postos de trabalhos para que as atividades relacionadas ao comércio ilegal diminuíssem ainda mais.

Ao iniciar o que conhecemos como Período Neoliberal, cuja atuação do Estado é quase nula e o mercado tem livre condição para atuar na sociedade, deu-se início a um processo de espoliação urbana em Foz do Iguaçu. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em meados da década de 1990, Foz do Iguaçu vivia um período crescente de sua economia entorno da zona de fronteira e suas relações de comércios e serviços, instalados no município com a abertura dos mercados no período globalizado da fronteira.

Assim, em meio ao processo de implantação dessas políticas neoliberais no Brasil e mais precisamente, a Política de Habitação do Estado do Paraná, o município

de Foz do Iguaçu deu início a efetivação a um programa de desfavelamento¹ das comunidades instaladas no Centro da Cidade, cujo objetivo era dar lugar a construção do Projeto do Parque Linear. Em um processo acelerado de espoliação nesse período, a política de habitação de Foz do Iguaçu dava lugar a inúmeros casos de remoção em seu território, sendo delimitado nesta investigação, a remoção das comunidades da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu da região central da cidade.

No seio da sociedade burguesa² de Foz do Iguaçu, essas comunidades sofreram a remoção de suas famílias como fruto dessa espoliação urbana do município. Uma remoção considerada como violenta, levando em consideração a ruptura das relações que a comunidade tecia no território e a alocação da mesma em uma região periférica da cidade, dando lugar à formação do bairro de Cidade Nova.

Sem a infraestrutura necessária para seu desenvolvimento, o Cidade Nova, objeto de análise deste estudo, surgiu como parte desse programa de desfavelamento do centro para a periferia do município, impulsionando não só, a segregação socioespacial como também, intensificando as desigualdades e vulnerabilidade social de seus moradores. As condições precárias em que esta comunidade foi posta, agravada pela localização periférica dentro do território, condicionou sua população, em especial suas juventudes, à situações de vulnerabilidade social em meio a intensificação das desigualdades socioespaciais do município.

Essa política de segregação socioespacial, intensificada a partir da década de 1970, mais precisamente com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI) e a intensificação do uso do solo urbano na cidade, reafirma o tipo de políticas sociais que foram desenvolvidas para as comunidades que se encontram fora dos Eixos de Desenvolvimento do município³. Em Cidade Nova, a ausência de infraestrutura urbana e socioeconômica, acarretou em trajetórias de vidas diferenciadas e um grave

¹ A Política de Desfavelamento é conhecida também como a política de remoção de favelas de áreas de interesse.

² Entende-se aqui como sociedade burguesa em Foz do Iguaçu, a classe social detentora do capital da cidade. A região central é o lugar de maior concentração dos proprietários do comércio da cidade e dos maiores concentradores de renda do município.

³ Ver (Plano Estratégico Urbanístico: Foz do Iguaçu, 2016)

rompimento das relações sociais que sustentavam as então comunidades da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu.

Diante das desigualdades socioespaciais presentes no município neste período, buscou-se com este estudo, compreender como o processo de espoliação urbana do território ocasionou a segregação socioespacial do bairro Cidade Nova e condicionou seus moradores a situações de vulnerabilidade social. Uma reestruturação da cidade, com impactos significativos no território, principalmente no que tange a valorização do preço da terra, a espoliação urbana e a consequente promoção da desigualdade social, intensificou a vulnerabilidade social desta comunidade e impactou significativamente a vida de seus moradores.

Assim, o desenvolvimento desta investigação, situada na confluência da geografia e da sociologia, de maneira a tratar o problema desta pesquisa por meio de análises cruzadas, nos permitiu chegar à conclusão deste estudo. Com isso, para o desenvolvimento deste estudo foram realizados estudos bibliográficos que possibilitou o entendimento conceitual, teórico e histórico sobre o tema aqui abordado.

A pesquisa bibliográfica realizada baseou-se em, publicações científicas como livros, revistas, periódicos e outras fontes bibliográficas consideradas importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Ao longo da pesquisa também foram realizados diálogos informais com lideranças do bairro Cidade Nova que permitiram compreender parte do histórico do bairro e como foram os anos iniciais da formação da comunidade.

Não obstante, em estudos realizados por Machado Angileli (2019) juntamente à Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC), possibilitou dispor de dados importantíssimos para o desenvolvimento deste estudo, principalmente por se tratar de dados reais colhidos diretamente dentro do bairro Cidade Nova e que sua compreensão foram determinantes para este estudo.

É importante ressaltar que, o presente estudo aqui apresentado, encontra-se estruturado em três capítulos considerados importantes para compreender o bairro Cidade Nova como fruto constante da espoliação do território de Foz do Iguaçu e de que maneira esse processo influenciou o modo de ser, pensar e agir de suas juventudes.

Para isso, no **Capítulo I** foi realizado uma análise sobre a formação socioespacial de Foz do Iguaçu, apresentando suas particularidades que levaram a reestruturação da cidade e sua configuração que por sua vez, ocasionou o processo de formação do bairro de Cidade Nova.

No **Capítulo II**, caracterizou demonstrar de que maneira a formação econômica e social de Foz do Iguaçu propiciou uma espoliação urbana contínua e o agravamento das desigualdades sociais no território e que, de certa forma, afetaram a população, em especial as juventudes do bairro de Cidade Nova. Buscando demonstrar que, o crescimento urbano de Foz do Iguaçu, associado à intensa espoliação urbana do território, pode ter ocasionado a remoção das comunidades e consequentemente a segregação socioespacial do bairro Cidade Nova, condicionando sua população à fatores de vulnerabilidade social preocupante.

No **Capítulo III** é feita uma abordagem sobre os significados e entendimentos das juventudes, identificando possíveis impactos gerados pelo processo de remoção forçada de suas famílias da região central da cidade para onde hoje é o bairro Cidade Nova. Trazendo por fim, a discussão sobre o direito à cidade por parte dessas juventudes, em seu contexto principal, o direito a ter direitos.

Por fim, este trabalho visa expor as discussões e os resultados da investigação sobre os impactos gerados pela espoliação urbana na cidade de Foz do Iguaçu e que ocasionou a segregação do bairro Cidade Nova e a consequente promoção das desigualdades sociais que afetou seus moradores, em especial as juventudes do bairro.

CAPÍTULO I
A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE FOZ DO IGUAÇU

1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE FOZ DO IGUAÇU

Este capítulo tem como tema central demonstrar como se deu a formação socioespacial de Foz do Iguaçu ao longo do Século XX, dividida em 3 etapas que servirá como base para a compreensão do trabalho pelo leitor, sendo assim compreendida: a) **A formação Econômica e Social a partir do processo de municipalização até a modernização da cidade em 1970;** b) **As grandes transformações ocorridas na cidade entre as décadas de 1970 e 1980;** c) **Do mercado de Compras ao Período Globalizado da Abertura dos Mercados entre 1985 e 2001.**

A cidade de Foz do Iguaçu apresenta particularidades significativas decorrentes, de um lado, da condição objetiva de território de fronteira no qual o município está inserido e, de outro, do acúmulo sucessivo de ações subjetivas, de natureza política, que levaram a reestruturação do espaço urbano e a sua atual configuração.

O largo processo de transformação da cidade de Foz do Iguaçu é parte do contínuo fluxo de “espoliação urbana” que marcou a história do município. O conceito de espoliação urbana adveio dos estudos sociológicos em voga nos anos setenta. A chamada sociologia urbana voltou a sua atenção para a vida nas cidades, produzindo uma rica literatura sobre os dramas sociais observados no espaço urbano. Os problemas rurais, até então predominantes no pensamento sociológico, deram lugar à “questão urbana”. O sociólogo espanhol Manuel Castels, foi um dos autores pioneiros da nova corrente. No Brasil, o sociólogo Lúcio Kowarick, formulou teses inovadoras sobre o tema por meio da análise dos conflitos urbanos na cidade de São Paulo.

Segundo Barreira (2010), a espoliação urbana é um fenômeno associado ao processo de desenvolvimento do capitalismo periférico e suas contradições estruturais. Sem o amparo de políticas públicas capazes de mitigar as agruras das populações urbanas, o processo de acumulação capitalista implicaria a crescente pauperização da classe trabalhadora, o inchaço do mercado informal e a proletarianização de amplas camadas das classes populares. A espoliação urbana

consiste nas privações que essas camadas populares periféricas são submetidas pela dinâmica do crescimento econômico desigual.

Neste sentido, a ideia de crescimento econômico encontra-se atrelado à elevação do nível de pobreza da população. Paradoxalmente, quanto mais desigualdades houver, mais dinâmico é o crescimento econômico.

Segundo Barreira (2010),

A compreensão da vida urbana como expressão múltipla de processos macroestruturais serve de esteio às reflexões analíticas de Lúcio Kowarick, sendo espécie de tela ampla na qual se desenrolam os dramas das classes menos favorecidas. São dramas configurados, principalmente, na equação trabalho *versus* moradia, estando associados às formas de reprodução da vida social de setores populares, incluídos e excluídos do mundo do trabalho, nas condições singulares de uma país marcadamente desigual, no qual se afiguram os dilemas da associação entre pobreza e expansão urbana (BARREIRA, 2010, p. 150).

Kowarick (1979) considera possível compreender o somatório de extorsões que é operado pela inexistência ou mesmo a precariedade de serviços de consumo coletivo a partir da dinâmica urbana e do desenvolvimento urbano. Para o autor, a modernidade urbana vai exigir cada vez mais a existência de uma dualidade entre ricos e pobres como expressão da desigualdade social. Ainda assim, seria necessária uma política repressora para que o crescimento econômico e a produção da pobreza urbana pudessem continuar funcionando.

Além da ideia de espoliação urbana utilizada na pesquisa para compreender os dramas das classes populares e a configuração territorial do município de Foz do Iguaçu, o presente estudo recorre, em chave conceitual estritamente geográfica, à categoria de “formação socioespacial”.

Nessa busca de entendimento da atual configuração territorial do município, é necessário levar em consideração a formação socioespacial de Foz do Iguaçu, categoria analítica, de crucial relevância aos estudos do desenvolvimento nacional e regional a partir das totalidades sociais.

A categoria formação socioespacial utilizada nos estudos geográficos a partir das contribuições teóricas realizada por Milton Santos no final da década de 1970.

Este autor buscou correlacionar o conceito de formação econômica e social, concebido inicialmente por Marx e Engels, aos estudos da Geografia. Para Santos (1982), a categoria Formação Socioespacial contribuiria para a proposição de uma teoria válida do espaço, ao passo que os estudos pautados na Formação Econômica e Social possibilitam a apreensão de uma sociedade tanto na sua totalidade como nas suas frações, em um processo de evolução. Ainda segundo o autor,

[...] o estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S. [...] É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzindo numa de suas frações (SANTOS, 1982, p. 2).

Para o autor, a categoria espaço pode ser entendida enquanto uma instância da sociedade, uma totalidade concreta que se constitui no tempo e no espaço. O espaço é apreendido como a sociedade em sua concretude, sendo sociedade e espaço elementos indissociáveis e historicamente determinados (SANTOS, 1985).

Assim, partindo das ideias da Formação Econômica e Social de Marx e Engels, Santos (1982), sinalizou para a utilização da Formação Econômica e Social acrescida da categoria espaço, como percurso analítico das formas produzidas, podendo assim auxiliar na análise geográfica.

Santos (1982) propôs então a categoria formação socioespacial enquanto um percurso para a análise de uma sociedade, cuja realidade é histórico-concreta e geograficamente localizada, na qual o ser humano transforma o espaço por meio do trabalho, ou seja, a base de explicação é a produção.

Ao discutir o conceito de espaço, Corrêa (2002), afirma que uma sociedade só se torna concreta por meio de sua atuação no espaço geográfico. E que, sociedade e espaço não podem ser entendidos de forma dissociada, como conceitos separados. Para ele, a formação socioespacial nos estudos geográficos, deve ser entendida como uma “[...] particularidade espaço-temporal no âmbito de um dado modo de produção” (CORRÊA, 2000, p. 123).

Assim, tomando por base a formação socioespacial, categoria que segundo Santos (1977), “[...] é determinada por fatores econômicos, sociais e culturais”, é

possível desvelar as políticas e decisões aplicadas no território, que privilegiaram determinados segmentos da sociedade, potencializando significativamente a segregação socioespacial na cidade de Foz do Iguaçu. Esses fatores contribuíram nessa formação socioespacial de maneira categórica e determinante, principalmente no que tange ao intenso processo de espoliação urbana da cidade.

Pautado nesse estudo, a partir da formação socioespacial como uma categoria analítica, é possível tornar visível a ação de diferentes agentes produtores do espaço urbano de Foz do Iguaçu na qual a segregação socioespacial é intensa.

É interessante, aliás, ressaltar que o processo de espoliação urbana da cidade de Foz do Iguaçu, vem cada vez mais constituindo-se como uma *reestruturação da cidade*⁴ voltada para os interesses das grandes elites do município.

Sposito (2008) deixa claro que, a formação socioespacial é importante, porém essa formação precisa estar articulada entre a formação econômico-social e o próprio processo de produção do espaço urbano, por meio de um processo de apropriação da sociedade, deixando claro que o espaço não pode ser considerado como um reflexo da sociedade, mas sim como um fator produzido por processos de produção daquele espaço.

Neste contexto, fica evidente que a produção do espaço, articulada com fatores presentes no território, vão determinar a formação social. Uma sociedade, moldada a partir de uma reestruturação da cidade ocorrida na década de 1970, com a construção da Usina de Itaipu, impulsionando na cidade, uma nova configuração territorial. Conforme Sposito (2004, p. 89), "[...] a formação socioespacial é importante porque modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes, pois o espaço tem que ser encarado como fator social e não um reflexo social".

A formação socioespacial de Foz do Iguaçu é resultado dos agentes de

⁴ Adota-se aqui o termo de “reestruturação” a partir de Sposito (2008), no qual é possível perceber um amplo conjunto de transformações ocorridas na cidade no processo de construção e instalação da Usina de Itaipu.

produção de seu espaço geográfico. Associada a essa produção, Foz do Iguaçu, se viu em um momento histórico, no qual seu crescimento demográfico cresceu significativamente com a construção da Usina de Itaipu. Os agentes de produção do território vão determinar a sua configuração socioespacial, de maneira a influenciar a população local, a partir da vinda da Itaipu.

Mais do que verificar o rebatimento territorial da segregação, [...], é necessário explicar por que tal configuração é funcional ao desenvolvimento do capital e explicar como e por que os agentes produtores do espaço transformam espacialmente a cidade para que sirva – em geral – à acumulação do capital (BORZACHIELLO, JOSÉ, *et al.*, 2006, p. 186).

Reconhecer essa atuação dos agentes produtores do espaço urbano é importante para poder compreender de que forma o capital permeia a cidade e a configura a partir dos interesses das elites locais.

Souza (2009) ressalta que a condição natural do território iguaçuense, coloca a cidade como privilegiada na formação de um grande polo turístico de âmbito nacional e internacional. Essa nova configuração territorial de Foz do Iguaçu, dá condição para o surgimento de classes dominantes na cidade e que vão direcionar dali pra frente, boa parte da (re)estruturação da cidade de acordo com seus interesses. Assim, “[...] a cidade aparece como produto dos ideais das classes dominantes, como projeção de seus interesses [...]”, ignorando os conflitos sociais existentes na cidade em nome do desenvolvimento do grande capital (SOUZA, 2009, p. 12).

A compreensão da produção do espaço urbano de Foz do Iguaçu dada a partir da categoria formação socioespacial, possibilitará o entendimento dos processos históricos e sociais ocorridos na cidade até 1970 e posteriormente com a criação da Itaipu. Além disso, é preciso compreender de que forma a espoliação urbana da cidade de Foz do Iguaçu, afetou as comunidades vítimas do processo de remoção e ocasionou a segregação socioespacial do bairro Cidade Nova e intensificou as desigualdades no município.

1.1 Da Municipalização ao Processo de Modernização da Cidade em 1970

A origem da cidade de Foz do Iguaçu ocorreu em 1889 quando foi criada a

Colônia Militar, com objetivo de controlar a fronteira⁵ que encontrava-se dominada por argentinos e paraguaios. Para Wachowicz (1982), a Colônia Militar surgiu para consolidar os limites do território brasileiro, além de fixar a fronteira ampliando assim o domínio sobre a região oeste do país. Para Silva, foi “[...] a partir da instalação da Colônia Militar que começou a se configurar o que conhecemos hoje como a parte brasileira da Tríplice Fronteira” (SILVA, 2014, p. 32), ainda segundo o autor, “[...] a Colônia Militar aos poucos se impôs como representante do poder público brasileiro, com sede em Foz do Iguaçu” (SILVA, 2014).

De acordo com Conte (2012) e Colodel (1992), em 1905, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, já se encontrava dividida segundo o tradicional modelo de lotes urbanos e agrícolas. E, em termos de objetivo, buscava cumprir a finalidade de controlar a fronteira e, ao mesmo tempo, fixar colonos brasileiros a partir da produção da erva-mate e da extração da madeira.

Mas como essa finalidade de povoamento por colonos não atingiu a meta esperada pelo governo brasileiro, em 1912 o Ministério da Guerra optou por extinguir a Colônia Militar, sendo devolvida ao governo do Estado do Paraná a administração do território. E em 1914 foi criado o Município de Vila Iguaçu.

A partir de então, segundo Silva (2014), o município de Foz do Iguaçu, em meio ao ciclo da madeira e da erva-mate, já em fase de declínio (1900 a 1940), apresentou crescimento populacional e passou a conectar-se às demais áreas do Estado paranaense.

Para Conte (2012), o período entre a 1ª Guerra Mundial e a Segunda, foi crucial para a desestruturação do Sistema Obragero⁶. Também contribuiu para o declínio desse sistema a presença dos militares da Coluna Prestes, entre 1924 e 1925. Vinculado a isso, o Governo Argentino passou a incentivar a produção da erva-mate

⁵ Sobre momentos anteriores de povoamento e ocupação da porção oeste em destaque, ver (CONTE, 2012), (REOLON, 2007), (YOKOO, 2007), (COLODEL, 1992) e (LOPES, 2002).

⁶ Atividade exploratória do cultivo da erva-mate e extração da madeira no período de integração econômica da cidade ao território nacional. Ver Conte (CONTE, 2012)

no território de Misiones, aumentando a concorrência e contribuindo ainda mais para a decadência das Obras.

Ainda no período entre guerras, houve melhorias na infraestrutura viária, com a interligação de Foz do Iguaçu com a estrada velha de Guarapuava e a estrada da Graciosa, possibilitando o acesso à cidade e a ampliação das atividades comerciais com a região a partir de 1920.

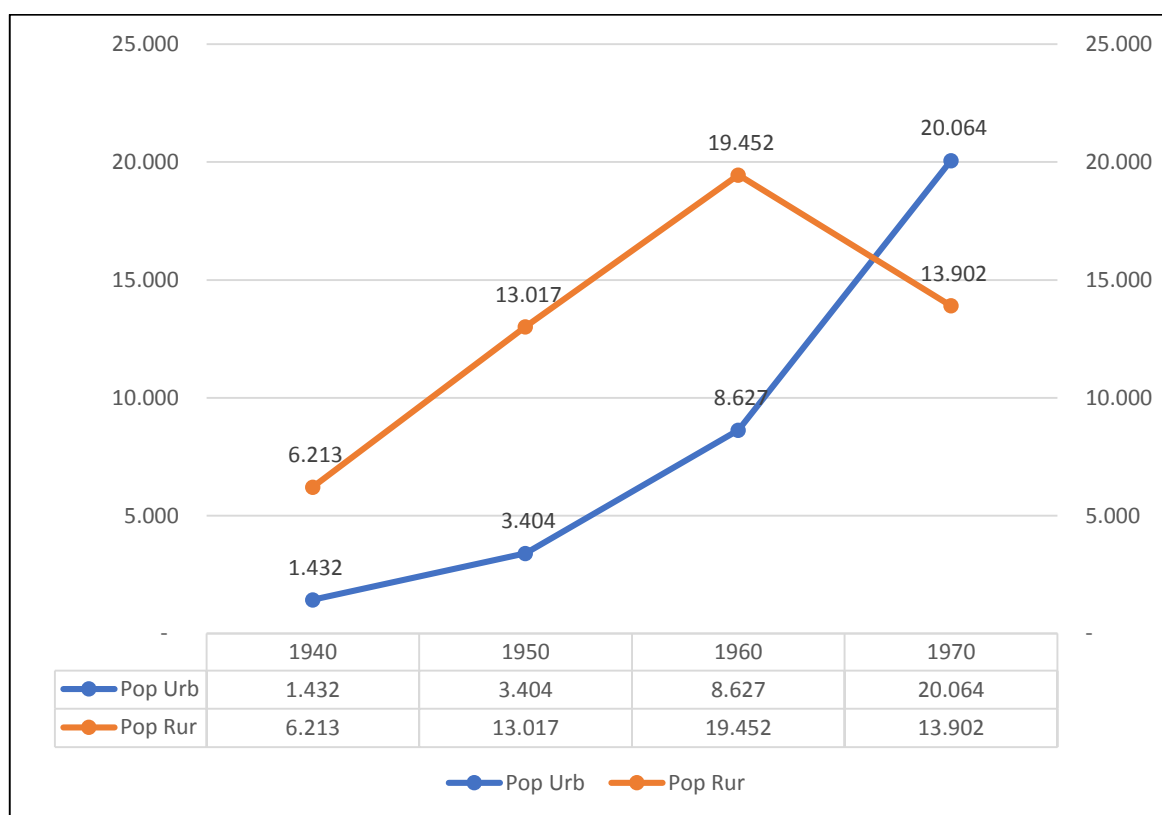
Há que se destacar também a ampliação da Reserva Ambiental do município pelo Decreto nº 2.153, em 1931, que nos anos seguintes possibilitou a criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939). O Parque Nacional e o apelo turístico das Cataratas do Iguaçu atraíam um número cada vez maior de turistas à região, demandando assim a melhoria da pista de pouso da cidade, o que foi feito em 1942. Neste período, Foz do Iguaçu já contava com uma Delegacia da Capitania dos Portos do Rio Paraná (1933) e com a linha do Correio Aéreo Nacional, em 1936, facilitando a comunicação do município com a capital do Estado, Curitiba.

Essas melhorias na infraestrutura viária e aérea, acabaram por suprir a demanda de acesso à Foz do Iguaçu por parte dos militares que faziam a defesa da fronteira, bem como o de turistas à cidade (SILVA, 2014), além de impulsionar o fluxo de comércio e serviços para atender a população do município que, em 1940, já de 7.645 habitantes.

A população do município continuou a crescer na década de 1940, em meio ao processo de criação do Território do Iguaçu⁷ (1942) e reintegração de Foz do Iguaçu ao Estado do Paraná (1946). Na década seguinte, sua população dobra para 16.421 habitantes, aumentando cerca de 54%. De forma ininterrupta atinge o patamar de 28.079 habitantes em 1960 e 33.966 em 1970 conforme demonstra o Gráfico 1.

⁷ De acordo com Silva (2014), “o Território Federal do Iguaçu foi uma unidade da federação, englobando todo o oeste do Paraná, Santa Catarina e onde hoje é o Mato Grosso do Sul” e durou de 1943 a 1946.

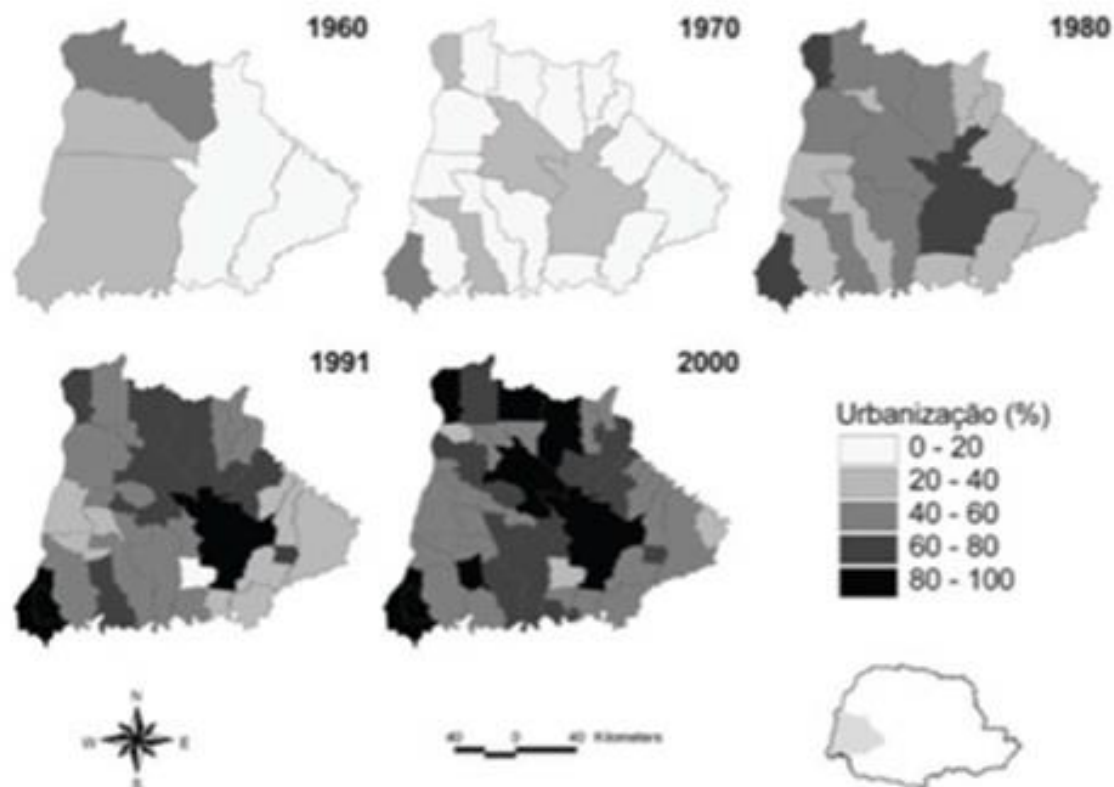
Gráfico 1: Histórico Demográfico de Foz do Iguaçu entre 1940 - 1970



Fonte: (IPEADATA, 2019)

Verifica-se ainda no Gráfico 1 que a população de Foz do Iguaçu nas décadas de 1940 e 1950 era predominantemente rural (81%). Na década seguinte, 1960, o percentual baixou para 79% rural e 21% urbano. Em ambos os períodos, é possível perceber que o crescimento da população rural era maior que a população urbana. Segundo Paiva (2014) a queda de população rural evidenciada no Gráfico 1 se explica pela perda de área do Município de Foz do Iguaçu no fim da década de 1950 e começo de 1960.

Figura 1 – Urbanização dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná (1960-2000)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos; BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2003), modificado; ELABORAÇÃO: REOLON, Cleverson A. (REOLON, 2007)

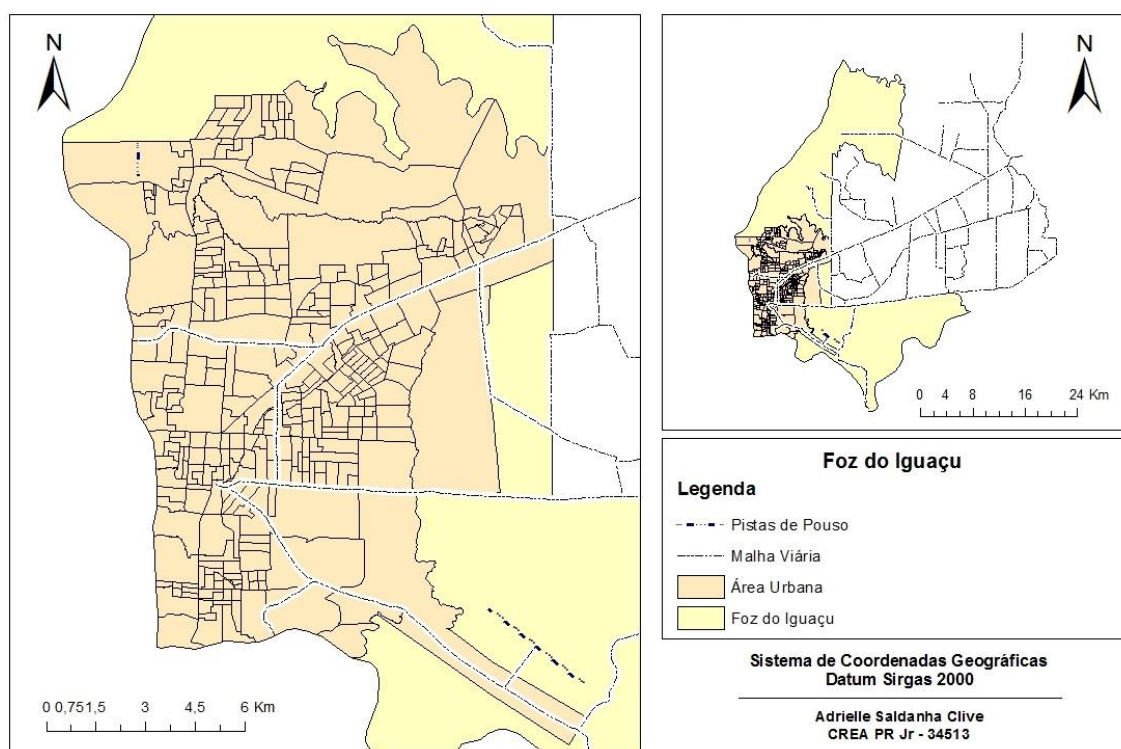
De acordo com o Censo de 1950, a região do Extremo Oeste do Paraná se resumia à cidade de Foz do Iguaçu e, de acordo com Paiva (2014), faziam parte os núcleos urbanos de Cascavel, Catanduva, Guaíra, Santa Helena, Toledo, Medianeira e Matelândia. Núcleos urbanos estes que no decorrer de uma década, foram elevados a categoria de sede municipal (Cascavel, 1952; Guaíra, 1951; Medianeira, 1960 e Santa Helena, que até 1962, era distrito de Medianeira; Toledo, 1951; Matelândia, 1952) – (FERREIRA, 1996)

As transformações ocorridas no espaço urbano de Foz do Iguaçu a partir da década de 1950, fosse no setor viário, aéreo ou mesmo urbanístico, foram decisivas para seu crescimento urbano.

Ainda na década de 1950, segundo Conte (2012), a construção das primeiras rodovias de acesso à região evidenciadas na Figura 2, possibilitou uma integração

econômica importante. Somado a isso, nos anos seguintes, esta integração econômica propiciou uma aproximação do governo brasileiro com o governo paraguaio na construção da Ponte da Amizade.

Figura 2 - Malha Viária de Foz do Iguaçu



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração da Autora

A construção dessa ponte, interligando o Brasil e Paraguai, era estratégica para a ligação da região de fronteira ao Porto de Paranaguá. Esse feito colocaria Foz do Iguaçu na rota das exportações brasileiras e paraguaia propiciando o escoamento da produção da região com fins a exportação, além, é claro, de facilitar o abastecimento da cidade.

Importante passo para Foz do Iguaçu, esse período teve um grande fluxo de comércio e serviços na região, bem como no elevado fluxo migratório e de circulação de pessoas na cidade. Segundo Conte (2012), a década de 1960 permitiu o avanço na infraestrutura da região Oeste e, com a entrega da BR-277 pelo Governo Costa e Silva (Presidente do Brasil) e Stroessner (Presidente do Paraguai), em 1969, tem início um período de grande ascensão comercial entre os dois países.

Ainda na década de 1960, o fechamento das fronteiras agrícolas e a presença da indústria madeireira, a concentração na produção de milho, soja, trigo e suínos no extremo-oeste do Paraná, provocou o surgimento de pequenas cidades no Estado, segundo o Ipardes (1977). Ao longo desse período, de acordo com o IBGE (1993), surgiu também novos municípios, dos quais cinco passaram a compor a rede urbana⁸ de Foz do Iguaçu, como Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel e Santa Helena (CONTE, 2012, p. 50)

O município de Foz do Iguaçu, que nas décadas de 1940 e 1950 abrangia uma área de 29.401 km², na década de 1960, começou a perder território para os distritos emancipados, como afirma Conte (2012). A perda de área do território de Foz do Iguaçu, pode ser evidenciada pela Tabela 1, que demonstra a perda de 98% da sua área inicial.

Tabela 1 - Evolução da Área do Oeste Paranaense entre 1950 e 2010

Território	Área Total em Km2						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Paraná	200.300	198.480	199.060	199.060	199.709	199.282	199.316
Oeste Paranaense	29.401	23.128	25.011	25.011	24.710	25.745	25.761
Foz do Iguaçu	29.401	8.077	909	909	590	589	618
% do território de Foz do Iguaçu no PR	14,68%	4,07%	0,46%	0,46%	0,30%	0,30%	0,30%
% do território de Foz no Oeste PR	100%	34,92%	3,63%	3,63%	2,39%	2,29%	2,40%

Fonte: Ipeadata, 1950-2010

O governo brasileiro, ao adotar a Doutrina da Segurança Nacional ditada pelos EUA colocou em prática os projetos de ocupação do território nacional a partir da publicação do Decreto-Lei nº 314/1968. Para Catta (2009), a década de 1960 foi um período marcante em que Foz do Iguaçu emergiu como um importante espaço de

⁸ Entende-se por Rede Urbana como as localidades centrais que realizam funções específicas centrais dentro de uma região. Essas localidades centrais desempenham papéis de distribuição de bens e serviços em sua área de influência, como bem apontado na teoria das localidades centrais de Christaller.

interesses nacionais e internacionais. Além disso, a partir de 1968, a cidade de Foz do Iguaçu passou a ser considerada uma “área de segurança nacional”, o que a sujeitou as mesmas restrições dos demais municípios brasileiros na mesma condição, como a proibição de realização de eleições municipais para escolha de prefeitos.

Em meio a este contexto, a ocupação do território de Foz do Iguaçu se deu de maneira mais intensa, provocando transformações que afetaram não só o município de Foz do Iguaçu, mas toda a região. Transformações que, segundo Conte (2012), foram responsáveis pelo forte crescimento populacional, expansão da infraestrutura e das atividades agropecuárias na região, bem como as relações entre as cidades da rede urbana nas áreas de comércio e serviços.

A expansão das atividades agropecuárias como parte da economia nacional, durante a década de 1960, vai repercutir na região Oeste do Paraná de maneira a conduzir a população ao campo. E de acordo com Conte (2012), é importante ressaltar que,

“[...] no final da década de 1960 a rede urbana estava estruturada mediante a criação de núcleos urbanos, com as vias de circulação entre os mesmos por meio da mobilidade populacional, comercialização da produção agrícola, da madeira e de outros bens e serviços, contudo, uma parte dos núcleos ainda não haviam sido elevados à condição de sede municipal” (CONTE, 2012, p. 51).

A década de 1960 marcou a predominância da população rural que representava 69% da população do município de Foz do Iguaçu. Neste sentido, é importante destacar que tais transformações intensificaram e propiciaram a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu⁹, em parceria com o Governo Paraguaio na década de 1970. Construção que, constitui-se em um novo marco histórico no processo de crescimento urbano de Foz do Iguaçu e que deu início ao processo de segregação socioespacial na cidade.

⁹ A Usina foi idealizada e construída dentro das estratégias de desenvolvimento do I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Para mais, ver <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>

1.2. As Grandes Transformações na Cidade entre as Décadas de 1970 a 1980

No fim da década de 1960, a região Oeste do Paraná era ocupada por muitos colonos que, provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocuparam terras na porção Oeste do Estado. Essa ocupação contribuiu significativamente para o crescimento demográfico da região Oeste, saltando de 16.421 habitantes na década de 1950 para 28.079 no final da década de 1960, representando um crescimento populacional de 58% (PMFI, 2011).

Durante a década de 1970, Foz do Iguaçu assume um desenvolvimento econômico fortemente dinamizado por investimentos na área de infraestrutura, comércio e serviços. A região Oeste do Paraná, que se destacava na economia do Estado com a agroindústria, começa a promover uma brusca alteração no campo, na qual a mão de obra do trabalhador não é mais tão necessária quanto antes.

Assim, ao assumir tamanha importância regional, Foz do Iguaçu consolidava sua rede urbana e com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁰, assume papel importante no desenvolvimento da região Oeste paranaense. Um desenvolvimento econômico fortemente dinamizado por investimentos na área de infraestrutura, comércio e serviços, que no início da década de 1970 colocava o município em destaque.

Esse processo de desenvolvimento de Foz do Iguaçu, fez com que a partir das novas dinâmicas comerciais, houvesse um acelerado ritmo migratório do campo para a cidade. Portanto, para Santos (2008), o campo se tornava “[...] lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas [...]” (SANTOS, 2008, p. 208). E, com o avanço técnico-científico, dependente cada vez mais da informação do que da mão-de-obra rural, acaba por ocasionar um intenso êxodo rural para os grandes núcleos urbanos.

No que tange o desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu, Conte (2012)

¹⁰ O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi o plano econômico de metas, em duas versões (I e II), referentes aos períodos de 1972-1974 e 1975-1979. Para mais, vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>

vai ressaltar que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu é um grande marco nas transformações da rede urbana do município. E juntamente com essa construção, Silva (2014) chama atenção para a criação da Zona Franca de Ciudad del Este e o Acordo Bilateral entre Brasil e Paraguai. Essas transformações vão fortalecer ainda mais o desenvolvimento na região da fronteira.

E com a assinatura do Tratado de construção da Usina de Itaipu, firmado entre os governos brasileiro e paraguaio, ambos em um período de Ditadura Militar, dava-se início ao processo de (re)estruturação da cidade de Foz do Iguaçu. De acordo com Souza (2011), ao iniciarem as obras da Usina de Itaipu em 1974, a cidade não contava com infraestrutura suficiente para atender as necessidades básicas da população.

A construção da Usina para fins energéticos de ambos os países (Brasil e Paraguai), atraiu mão de obra provenientes de muitos lugares, ocasionando um alto déficit de moradia e infraestrutura, obrigando a Usina a investir no local. Esse crescimento urbano de Foz Iguaçu, exigia uma infraestrutura na qual a cidade não dispunha, gerando pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais no território. Assim, em um convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Usina de Itaipu, foi apresentado um plano de desenvolvimento urbano para a cidade, contribuindo assim para a caracterização da cidade naquele período.

As atividades econômicas desenvolvidas em Foz do Iguaçu, durante as décadas de 1970 e 1980 nos permite compreender as mudanças socioespaciais que ocasionaram a reestruturação da cidade e configuraram seu espaço geográfico. Se no período anterior, Foz do Iguaçu pertencia a rede urbana de Cascavel, de acordo com Conte (2012), na década de 1970 o município passa a configurar sua própria rede urbana, passando a ter uma centralidade importante na região.

Além das modernizações ocorridas na cidade, dava-se início neste período a uma nova lógica de produção do espaço urbano, conduzindo Foz do Iguaçu a uma segregação socioespacial e a uma redefinição da divisão do trabalho neste território. Ao mesmo tempo em que, a construção da Usina de Itaipu gerou um processo tecnológico para o país, Catta (1994) questiona a lógica implícita deste desenvolvimento. O autor afirma que a perversidade desse crescimento produzido

pela Usina gerou pobreza e um aprofundamento das desigualdades sociais no espaço urbano de Foz do Iguaçu.

A explosão demográfica ocorrida no período da criação da Usina (1970), impôs à sociedade transformações no território, condicionadas aos interesses do capital, promovendo uma reestruturação urbana radical e abrupta da cidade. O processo de produção do espaço urbano de Foz do Iguaçu nesse período de instalação da Usina de Itaipu, acentuou a fragmentação do território ao criar as chamadas Vilas (A, B e C) evidenciadas na Figura 3. Essa produção do espaço urbano de Foz do Iguaçu, dividida em fragmentos sociais, claramente definidas por classes sociais e produtivas dentro da empresa, acentuou ainda mais as desigualdades no território.

Figura 3 - Localização das Vilas A, B e C



Fonte: openstreetmap, 2019.

A Vila C ao ser criada para atender os trabalhadores da classe operária da

Usina, conhecidos como “barrageiros”, dispunha de uma infraestrutura básica, com residências humildes, pouca estrutura e um sistema de transporte interno da própria usina.

A Vila A, foi um dos bairros criados com uma infraestrutura mais desenvolvida, onde os funcionários do segundo escalão da Usina residiam com suas famílias. Essa área recebeu investimentos, tanto na área do saneamento básico, até a construção de uma escola para abrigar os filhos de seus trabalhadores, bem como um hospital exclusivo para atendimento de seus funcionários.

E como forma de alocar o alto escalão da Usina, os diretores da Usina viviam segregados de todo e qualquer contato com o resto da cidade, no que conhecemos como Vila B. Este bairro atualmente é considerado como um condomínio, onde a população da cidade não tem acesso, a não ser por trabalhadoras domésticas ou prestadores de serviços.

A importância da Usina para a cidade de Foz do Iguaçu é inquestionável, principalmente no que tange as grandes obras de infraestrutura urbana, porém esta, sempre atrelada aos interesses da empresa e não do poder público local.

“[...] a cidade, calcada numa ideia de modernidade e de progresso, de poder econômico, de desenvolvimento regional, de bem estar da população, que se traduziu na construção de uma ‘cidade civilizada’ na fronteira, aglutinando em si natureza e engenhosidade” (CATTÁ, 1994).

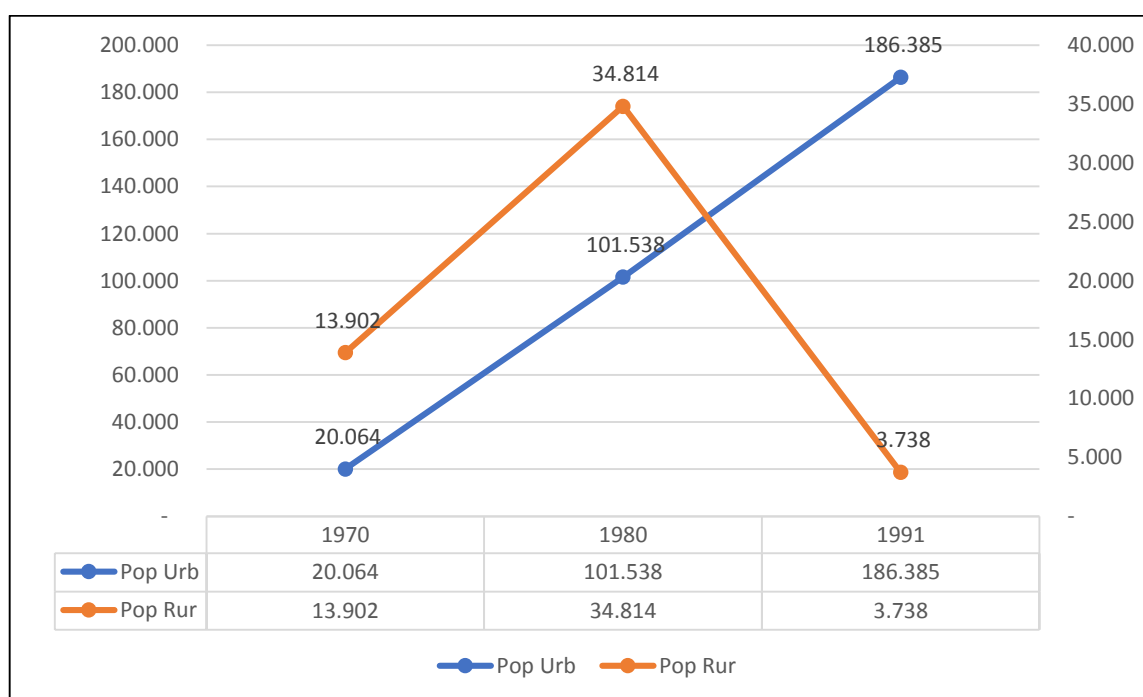
Para Catta (1994), essa reestruturação da cidade a partir da premissa de modernidade e progresso, associado ao poder econômico e do próprio desenvolvimento regional, vai atribuir à Itaipu uma representatividade política importante na região e no município de Foz do Iguaçu. Para ele, a Usina tornou-se a partir daí um instrumento político de poder na cidade, controlando e ditando toda a expansão territorial do município, a partir de seus interesses particulares.

Em todos os lugares onde se estivesse na cidade, invariavelmente aparecia alguém que trabalhava ou havia trabalhado na Itaipu; na Universidade diversos estudantes e professores mantinha ou mantiveram por algum período vínculo empregatício com a Itaipu; na Câmara Municipal, vereadores representavam seus interesses; pesquisadores utilizavam-se de suas instalações para suas pesquisas; artistas recebiam apoio ou apresentavam suas obras em Itaipu; alguém alguma vez utilizou-se de seus clubes, hospitais e escolas; o ‘trend’ turístico local recebia verbas, mantinham um

representante da empresa no organismo que gerenciava o turismo na cidade e ganhava com a visita de milhares de pessoas de diferentes lugares (CATTA, 1994, p. 75)

A localização de Foz do Iguaçu na Região Oeste do Paraná, posicionado estrategicamente na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) é privilegiada e distinta da ocupada no início do Século XX. Todo o processo migratório de ocupação de seu território, nos permite hoje compreender sua configuração territorial e importância na região. Seu processo de desenvolvimento econômico é indissociável da Tríplice Fronteira, destacando-se como município polo e ao mesmo tempo periférico. Onde Catta (1994), vai ressaltar que, essa reestruturação da cidade vai se dar a partir dos interesses das elites locais, sendo ainda amparada pela Itaipu Binacional e pelo poder público da cidade.

Gráfico 2 - Histórico Demográfico de Foz do Iguaçu (1970-1991)



Fonte: Ipeadata, 1970-1991

É possível perceber no Gráfico 2 a evolução da população urbana e a involução rural. Essa perda de aproximadamente de 90% da população rural, no período entre 1980 e 1991, se deve ao fato da cessão de terras do município para Santa Terezinha de Itaipu em 1982. Essa involução populacional de Foz do Iguaçu nesse período também se deve a inflexão estratégica do município no sentido da produção de

serviços em contraposição à especialização do Oeste do Paraná na produção das *tradables*¹¹.

De acordo com Conte (2012), a Usina Binacional de Itaipu representa um grande marco na transformação e evolução do território de Foz do Iguaçu. Para ela, até a década de 1970, a rede urbana do município era centrada nas relações entre os pequenos núcleos urbanos. Após esse período, Foz do Iguaçu começa a estruturar sua rede urbana, baseada na exportação e no turismo de compras iniciado com a construção da Ponte da Amizade.

Por fim, é possível perceber que a Usina Hidrelétrica Itaipu desempenhou e ainda desempenha na cidade um papel importante na condução política e de infraestrutura urbana, o que nos leva a considerar um uso corporativo por parte da empresa no território. Dessa forma, é possível evidenciar as bases de uma espoliação urbana que afetará o município ao longo do início do Século XXI.

1.3. Do Turismo de Compras ao Período Globalizado da Abertura dos Mercados (1985-2001)

Se na década de 70 o desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu demonstrava indicadores socioeconômicos que apontavam para uma cidade de baixa densidade demográfica, na década seguinte (1980), o município já ultrapassava os 100 mil habitantes. O intenso processo migratório, dado a partir das inúmeras dinâmicas comerciais, desde a inauguração da Ponte da Amizade, mas também a partir da construção da Usina de Itaipu, provocou uma série de problemas na estrutura urbana da cidade.

Como bem apontado por Santos (1977), a formação socioespacial de Foz do Iguaçu, em sua produção urbana, foi condicionada à fatores econômicos, sociais e culturais que foram agravadas pelo intenso processo de espoliação urbana da cidade. A transformação pela qual a cidade de Foz do Iguaçu passa em meados dos anos de

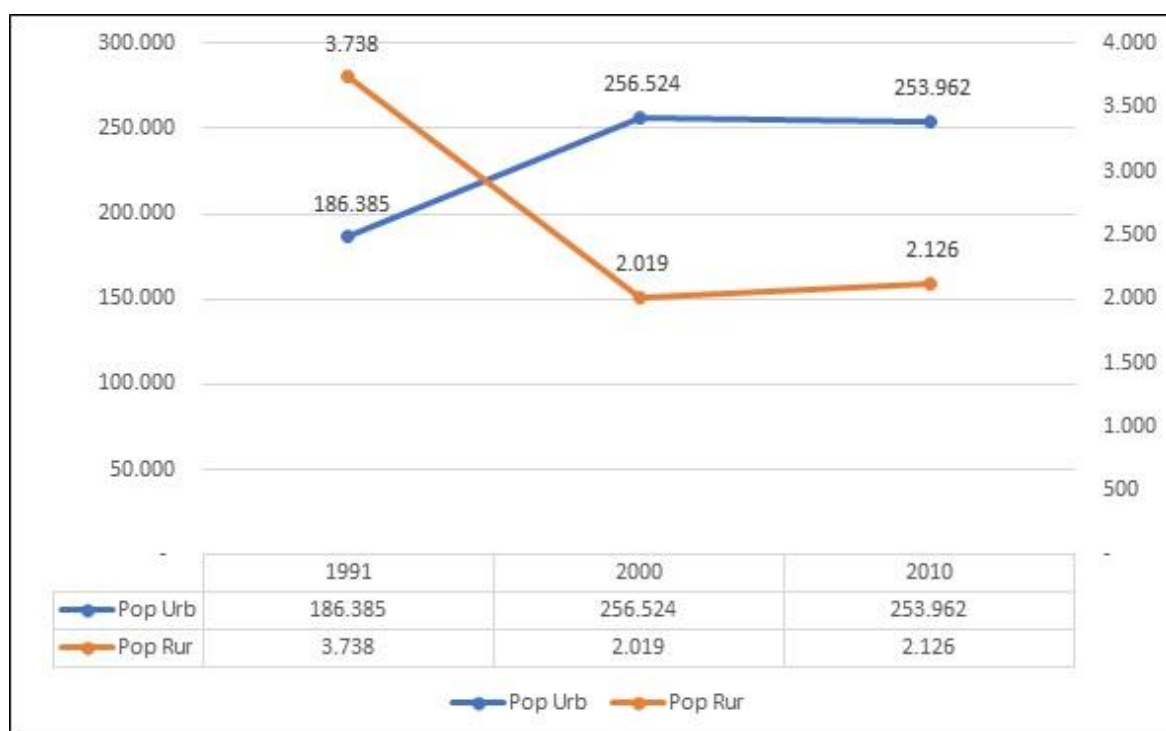
¹¹ Essas *tradables* podem ser consideradas pela especialização na agropecuária, no extrativismo e também na indústria de transformação.

1980 é ocasionada principalmente pela instalação da Usina de Itaipu que, com o fim de suas obras, não foi capaz de absorver o contingente populacional que atraiu nos anos 1970.

A reestruturação urbana ocorrida na cidade foi acompanhada por transformações significativas que afetaram todo o cotidiano da população. De acordo com os estudos de Catta (1994), essas transformações obrigaram Foz do Iguaçu a conviver com uma população que não foi absorvida pela economia local, tampouco de trabalhos considerados informais ou mesmo de subempregos.

Essa nova configuração territorial, forçou a população a conviver com uma nova realidade no município e que sem perspectivas de trabalho, passaram a sobreviver em condições sub-humanas. Ainda neste contexto, essa mesma população, não absorvida pelas políticas de geração de emprego da Usina de Itaipu, passou a ser criminalizada pela sociedade local e com a anuência do próprio poder público local.

Ao analisar o desenvolvimento de Foz do Iguaçu a partir do território fronteiriço, é possível perceber os fluxos e refluxos de um período que se inicia em 1970 com a construção da Usina de Itaipu até o início da década de 1990 na região. No Gráfico 3 é possível perceber a evolução demográfica em Foz do Iguaçu a partir de uma análise da população urbana e rural no município.

Gráfico 3 – Histórico Demográfico de Foz do Iguaçu (1991-2010)

Fonte: IBGE, 2010.

O Gráfico 3 demonstra que, a partir do processo de desenvolvimento urbano do município o crescimento acelerado da população urbana e a drástica diminuição da população rural em Foz do Iguaçu. É fato que a construção da Usina de Itaipu elevou exponencialmente a população do município, porém é preciso compreender como o fim de sua construção, ocasionou na cidade, problemáticas sociais que elevaram os índices de desigualdade e vulnerabilidade no território.

Com o fim do Ciclo Econômico da Itaipu, o rápido crescimento demográfico do município e o não aproveitamento da mão de obra dessa população, fez com que a cidade absorvesse problemas socioeconômicos graves. Para Catta (1994), as transformações provenientes da instalação da Usina de Itaipu resultaram em “[...] um contingente de deserdados dos meios formais de produção, cuja herança foi relegá-los ao subemprego, à miséria, muitas vezes, ou à concorrência a expedientes informais de trabalho para sobrevivência”.

A reestruturação da cidade de Foz do Iguaçu a partir da construção da Usina de Itaipu, ao mesmo tempo em que gerou renda e desenvolvimento para a cidade, também gerou pobreza e criminalidade. Muitos dos trabalhadores da região,

buscavam no comércio legal e/ou ilegal da fronteira como forma de complementação de sua renda. (SILVA, 2016)

De acordo com Catta (2009), a construção da Usina de Itaipu foi um grande divisor de águas. Ao mesmo tempo em que a construção da Usina permitiu um avanço no desenvolvimento territorial do município de Foz do Iguaçu, ocasionou também graves problemas relacionados ao intenso processo migratório.

A abertura da última comporta da Usina de Itaipu em 1991, vai representar a instalação de uma “nova ordem” que para Catta (1994), foi responsável pelo direcionamento das classes sociais da cidade e o abismo entre elas. Assim, a reprodução do espaço urbano vai resultar na ampliação do espaço que é habitado pelo homem e as transformações que decorrem de sua socialização.

Sua posição geográfica, atrelada ao processo de instalação da Usina Binacional de Itaipu, vem contribuindo ao longo dos últimos 30 anos, para uma fragmentação da cidade e um processo crescente de espoliação urbana em Foz do Iguaçu.

CAPÍTULO II
A EXPANSÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU PÓS CONSTRUÇÃO DA USINA DE
ITAIPU

2 A EXPANSÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU PÓS CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU

No capítulo anterior foi possível contextualizar a formação socioespacial de Foz do Iguaçu, desde o período de sua municipalização até a abertura dos mercados na década de 1980.

A partir disso, neste capítulo iremos demonstrar como a expansão urbana de Foz do Iguaçu, dada a partir da instalação da Usina de Itaipu, vem intensificando uma espoliação urbana contínua e o agravamento das desigualdades sociais no território, acentuando os processos de remoções na cidade e que vão, de certa forma, afetar os moradores do bairro Cidade Nova, em especial de suas juventudes.

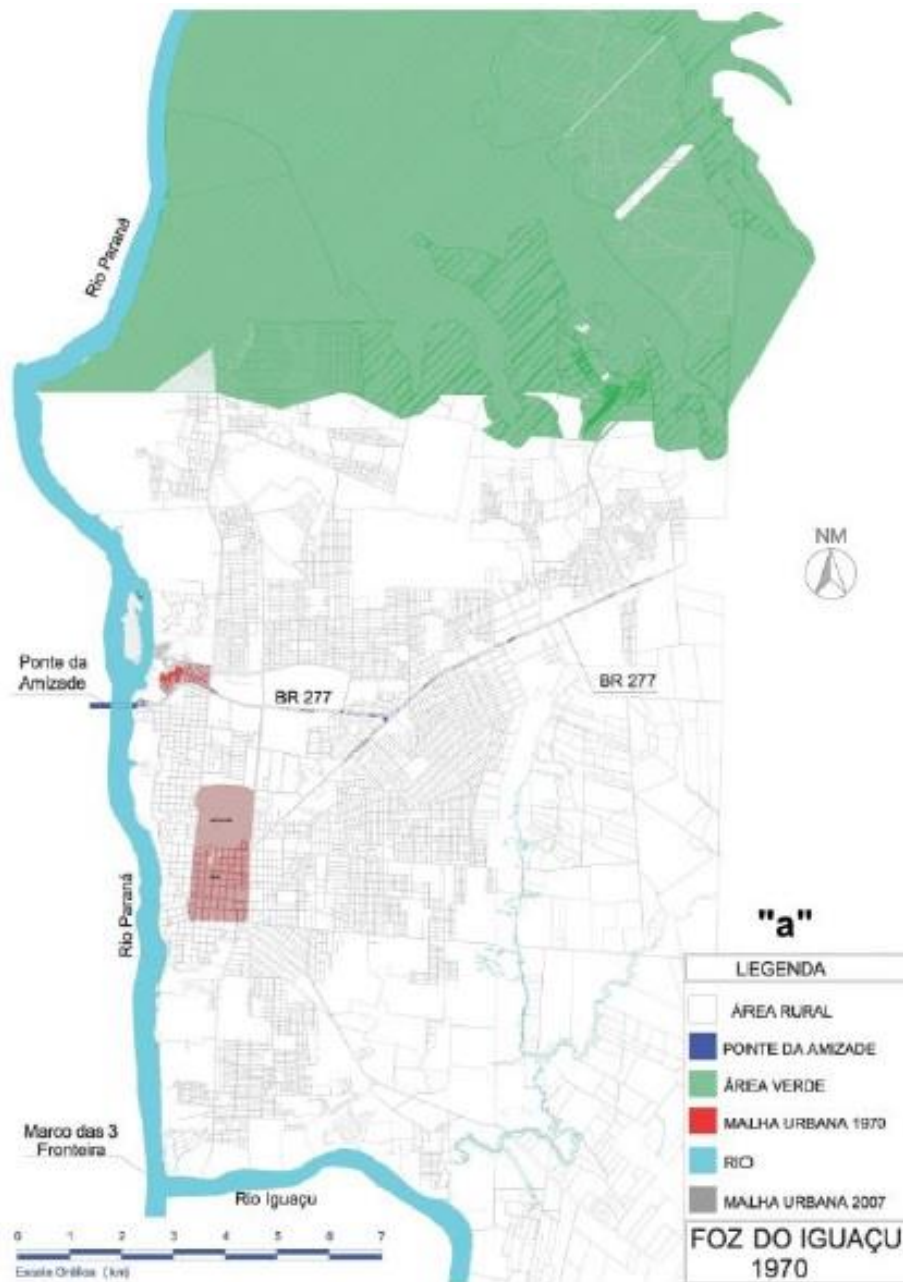
2.1 A Configuração Territorial da Cidade de Foz do Iguaçu pós 1970

A cidade de Foz do Iguaçu apresenta uma configuração territorial diferenciada das demais cidades do Oeste do Paraná, principalmente por sua posição fronteiriça. Sua condição enquanto território usado, advindo do processo de historicização do espaço geográfico adotado por Milton Santos, nos ajuda a compreender a funcionalização das transformações ocorridas em Foz do Iguaçu decorrentes de inúmeros fatores que determinaram sua configuração atual (SOUZA, 2005).

Conforme explicado acima, o território usado de Foz do Iguaçu, moldado a partir de sucessivos processos de ocupação, de forma exploratória, foi ao longo do tempo, condicionando a cidade à uma formação territorial com inúmeras segregações e desigualdades socioespaciais. Uma cidade, cuja história, passa por economias diferenciadas, com características específicas, que contribuíram fortemente para o processo de produção do espaço urbano de maneira espoliativa e cada vez mais desigual.

É possível perceber a partir da Figura 4, o avanço da ocupação territorial de Foz do Iguaçu até a década de 1970, retratada de forma a ilustrar o perceptível avanço que a cidade teve nos cinco anos que se seguiram da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI).

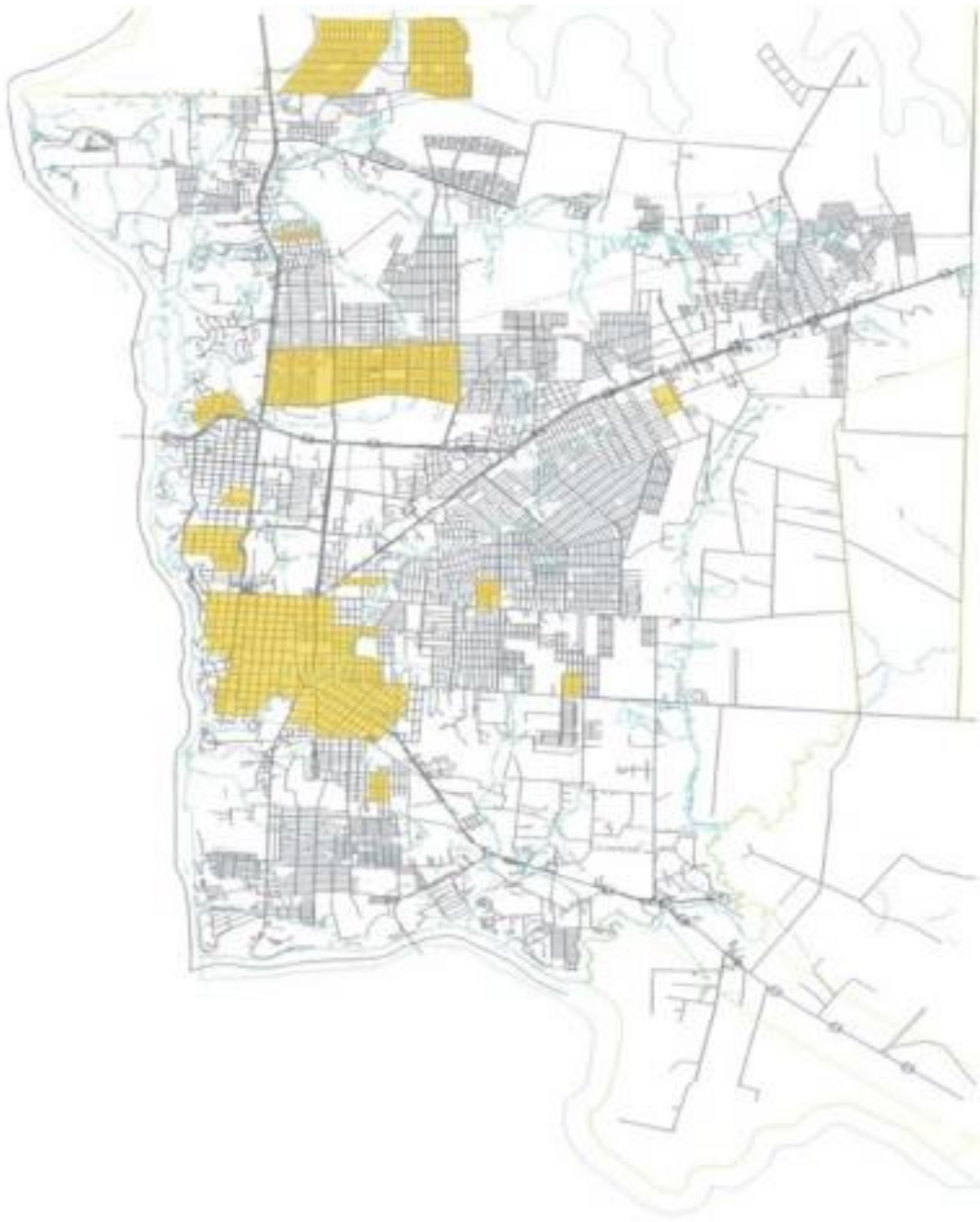
Figura 4 - Urbanização de Foz do Iguaçu em 1970



Fonte: Adaptação feita a partir da Planta de Zoneamento da Cidade de Foz do Iguaçu (2008)

O avanço da urbanização do município com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI), em um período de menos de cinco anos foi avassalador e caracterizou visivelmente uma ocupação em áreas periféricas da cidade, conforme demonstra o destaque de áreas urbanizadas na Figura 5.

Figura 5 - Urbanização de Foz do Iguaçu até 1975



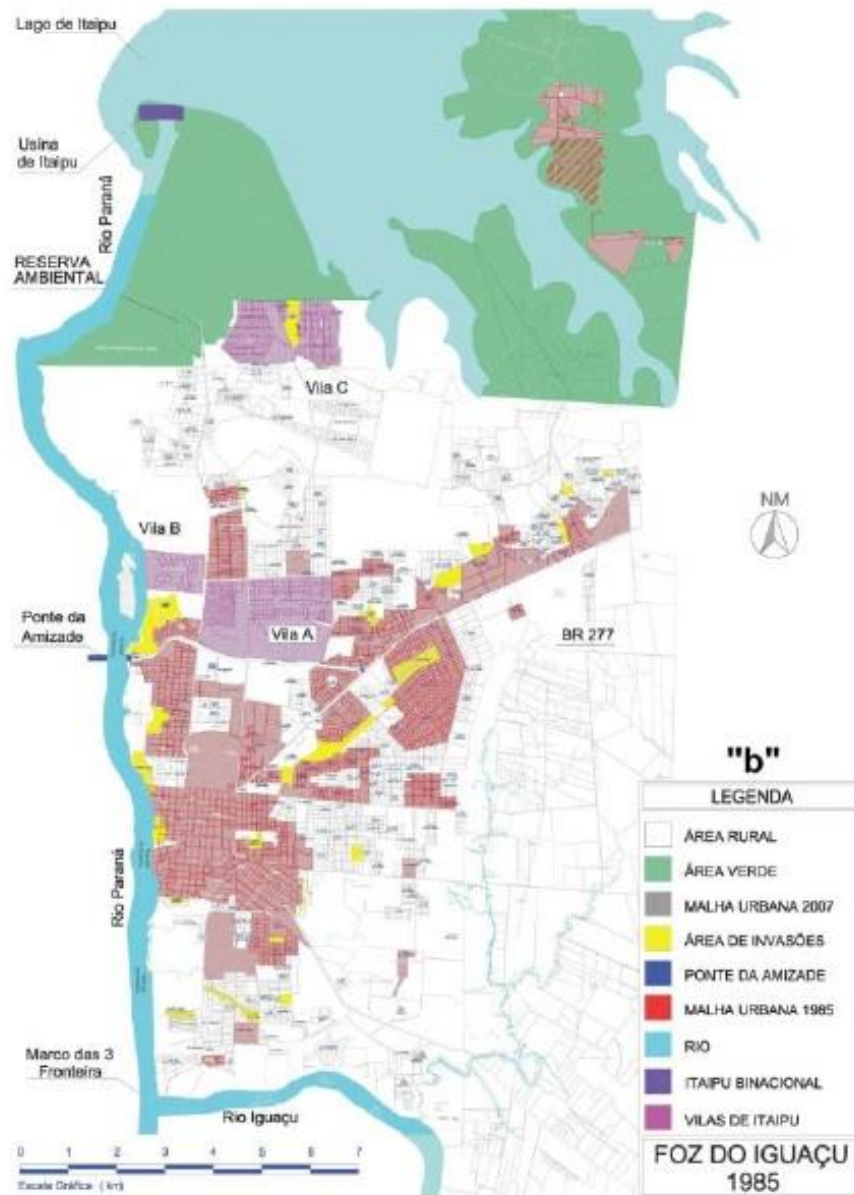
Fonte: PDDIS Foz, 2016 .

A construção da Usina de Itaipu trouxe para Foz do Iguaçu um contingente de trabalhadores muito grande, demandando uma configuração territorial diferenciada e uma maior infraestrutura para atender a essa necessidade. É a segregação socioespacial já imposta entre os anos de 1975 e 1985, nos quais a construção das Vilas A, B e C constituíram territórios segregados e áreas de poder controlados pela

Usina Hidrelétrica.

Com o fim da construção da Usina de Itaipu, o contingente de trabalhadores empregados diminuiu e aqueles que tinham posses, regressaram para suas cidades de origem ou mesmo buscaram empreender-se pela cidade de Foz do Iguaçu. Já os trabalhadores de baixo poder aquisitivo, não tiveram outra opção a não ser, se estabelecer na cidade vivendo muita das vezes, em condições precárias, em diferentes áreas do município, em sua maioria, em zonas periféricas e em péssimas condições de moradia.

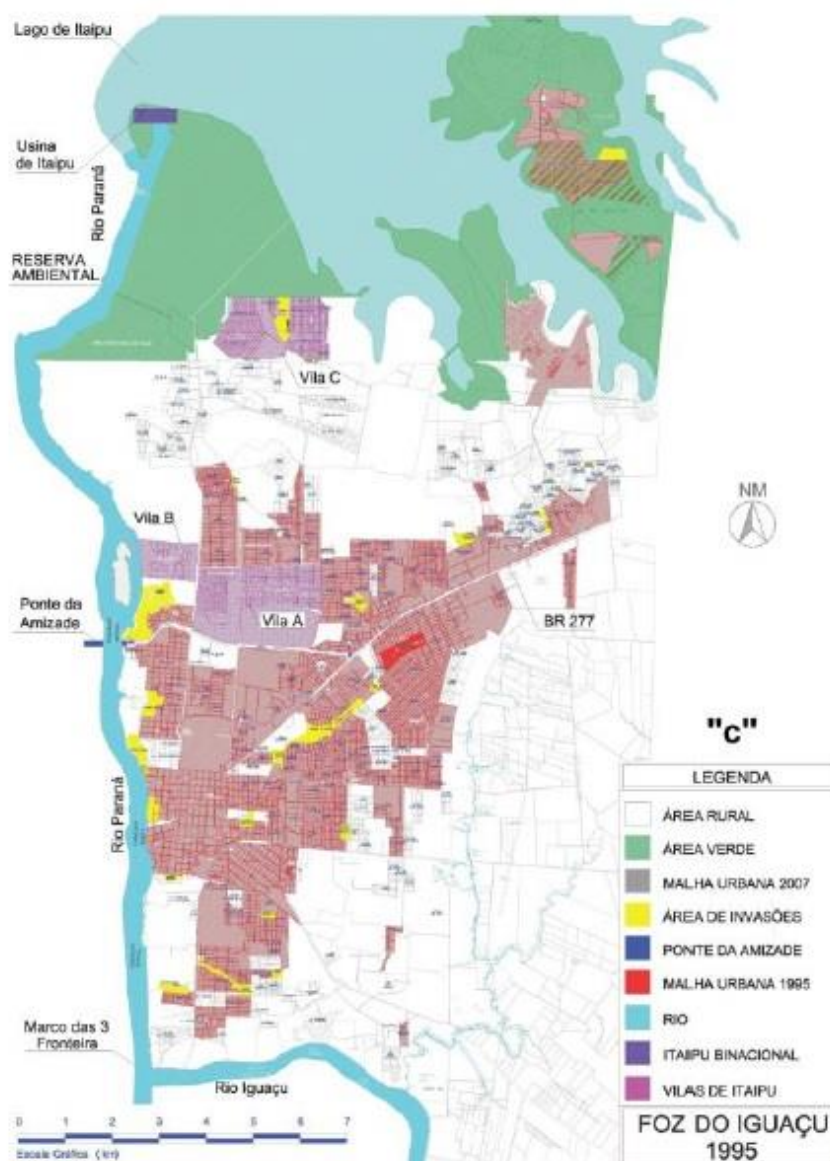
Figura 6 - Urbanização de Foz do Iguaçu até 1985



Fonte: Adaptação feita a partir da Planta de Zoneamento da Cidade de Foz do Iguaçu (2008)

A expansão urbana do município era evidente e as áreas de invasão em diferentes partes da cidade, visíveis na Figura 6, corroboram com o pensamento de Prado (2003) em que, a Usina de Itaipu contribuiu para o acelerado crescimento e a intensificação das zonas de pobreza do município.

Figura 7 - Urbanização de Foz do Iguaçu até 1995



Fonte: Adaptação feita a partir da Planta de Zoneamento da Cidade de Foz do Iguaçu (2008)

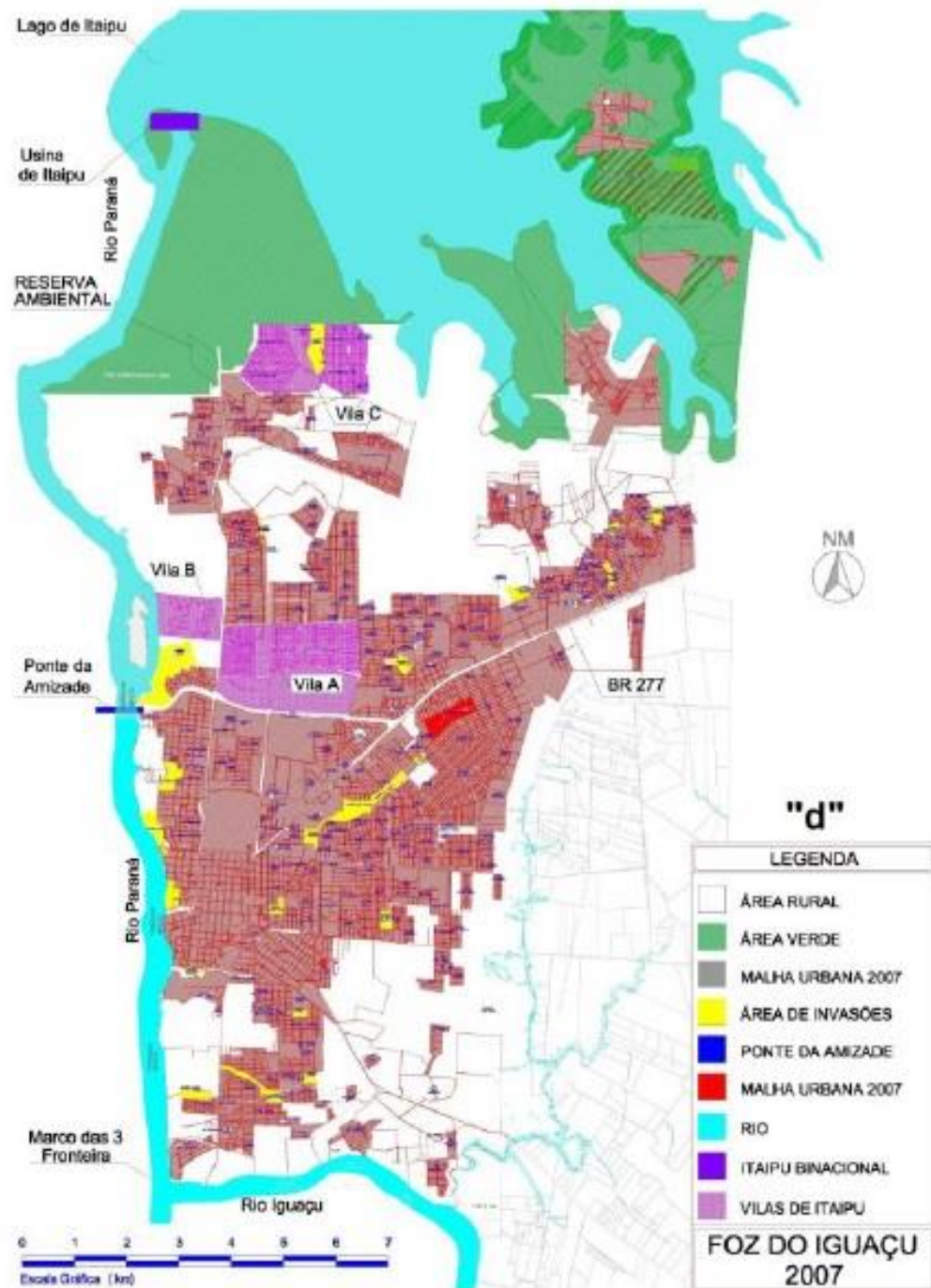
O avanço da malha urbana de Foz do Iguaçu e sua consequente configuração é bem visível, se dando de forma espalhada por boa parte do território. O crescimento das áreas de invasão no território iguaçuense, perceptíveis na Figura 7, demonstra a forma de ocupação dada em áreas centrais e estratégicas do município, como a Ponte da Amizade e a Rodovia BR 277, na qual a urbanização era mais evidente ainda na década de 1990.

Como bem nos assegura Silva (2014), embora tenham ocorrido inúmeras obras

de infraestrutura na cidade, entre o período de 1950 e 2000, o que permitiu um maior fluxo de circulação de pessoas e mercadorias, estas nunca tiveram objetivos de atender as necessidades da população local, ou mesmo de melhorar o turismo na cidade. Assim, a segregação socioespacial ocasionada pela construção da Usina de Itaipu, não só contribuiu para a segregação socioespacial como também para a geração de desigualdades no município de Foz do Iguaçu.

Neste contexto, fica claro que a formação econômica e social, conforme bem ressaltado por Corrêa (2014), vai refletir as transformações no espaço urbano de Foz do Iguaçu ocorridas no passado, tendo sido responsáveis por graves e inúmeros problemas sociais.

Figura 8 - Urbanização de Foz do Iguaçu até 2007



Fonte: Adaptação feita a partir da Planta de Zoneamento da Cidade de Foz do Iguaçu (2008)

Não é exagero afirmar que, esse crescimento urbano acelerado e cada vez mais espreado do território, se mistura de forma intrínseca às diversas áreas de ocupação irregular do município bem demonstrado na Figura 8, destacando-se pelo avanço da malha urbana do município no ano de 2007.

Assim, nos preocupa o fato de que as diversas áreas de ocupação no município, principalmente em áreas no entorno dos Rios Paraná e Rio Iguaçu, estão cada vez mais às margens da sociedade de Foz do Iguaçu e são a cada dia, vítimas em potencial da espoliação urbana e das intensas ações de remoções ocorridas na cidade.

O que se observa é um mundo de crescente fluidez e de territórios cada vez mais amplos em sua multiplicidade, e que vão refletir nas desigualdades econômicas e sociais, assim como na mobilidade da população, apontada por Massey (1994). Essa deficiência na mobilidade ao relacionarmos com a formação do bairro Cidade Nova, nos permite compreender a segregação socioespacial imposta a esta comunidade e suas juventudes.

[...] Se a compreensão espaço-tempo pode ser imaginada de uma forma socialmente mais valorizada, socialmente valorativa e diferenciada, então pode haver aqui a possibilidade de desenvolver uma política de mobilidade e acesso. Pois parece que a mobilidade e o controle da mobilidade refletem e reforçam o poder. Não é simplesmente uma questão de distribuição desigual, que algumas pessoas se movem mais que outras e que algumas têm mais controle do que outras. É que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem enfraquecer ativamente outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a alavancagem do que já fraco. A compreensão do espaço-tempo de alguns grupos pode minar o poder no outro (MASSEY, 1994, p. 150)¹². Tradução nossa.

Para compreendermos a segregação socioespacial como fruto do processo espoliativo através do qual, Foz do Iguaçu condicionou a população das comunidades da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu, é preciso perceber de que forma esse processo ocorreu no território no fim da década de 1990. Ou seja, é preciso assimilar o funcionamento do mundo globalizado e a forma como ele tem acentuado e aprofundado cada vez mais as desigualdades dentro do território de Foz do Iguaçu.

12 [...] If time-space compression can be imagined in that more socially formed, socially evaluative and differentiated way, then there may be here the possibility of developing a politics of mobility and access. For it does seem that mobility, and control over mobility, both reflects and reinforces power. It is not simply a question of unequal distribution, that some people move more than others, and that some have more control than others. It is that the mobility and control of some groups can actively weaken other people. Differential mobility can weaken the leverage of the already weak. The time-space compression of some groups can undermine the power of others (MASSEY, 1994, p. 150).

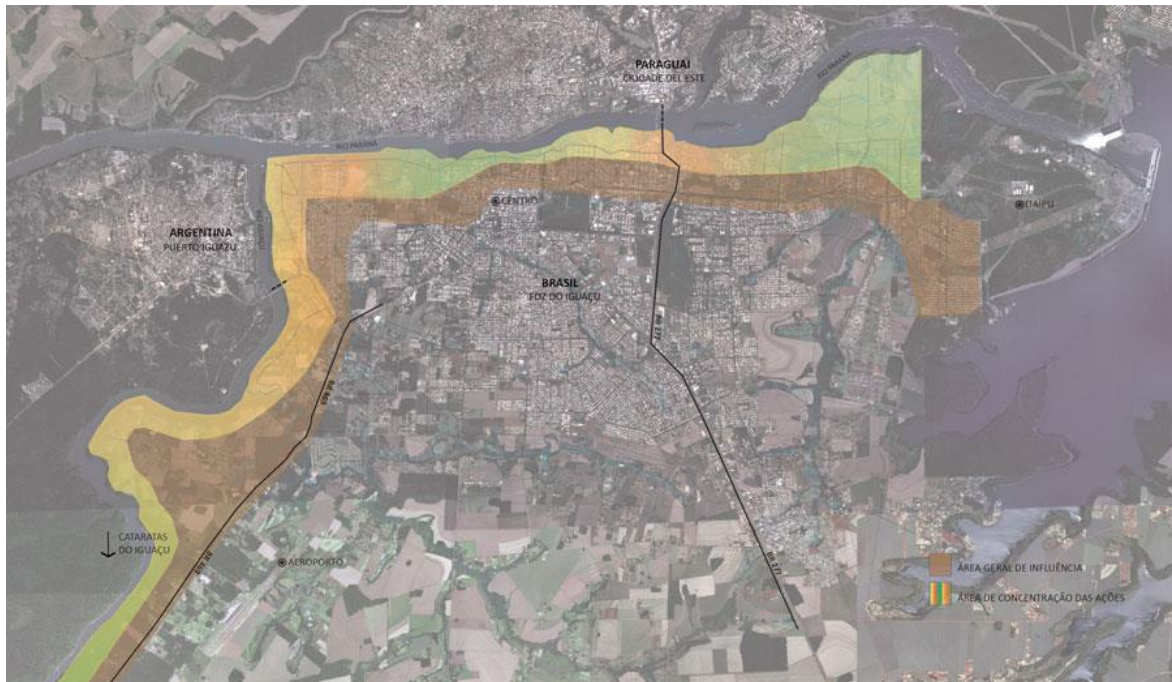
2.2 A Espoliação Urbana de Foz do Iguaçu a partir do Projeto Beira Foz

Se no início da década de 1970, Foz do Iguaçu registrava pouco mais de 30 mil habitantes, no final da década de 1990, esse número representaria um crescimento superior à 250 mil habitantes no município. O crescimento populacional da cidade no período de 30 anos, trouxe para o município, preocupações referentes às inúmeras ocupações irregulares próximas às áreas do Rio Paraná e Iguaçu. Em decorrência disso, como bem ressaltado por GONZALEZ (2005, p. 57), era necessário dar lugar aos interesses dos grandes empreendimentos capitalistas da esfera privada e principalmente, pública, dentre os quais mais destacados encontrava-se o Projeto Beira Foz.

Como parte do Plano Nacional de Inclusão e Desenvolvimento Integrado do Governo Federal, o Projeto Beira Foz emerge com o objetivo de urbanizar as margens dos Rios Paraná e Iguaçu. Esse projeto envolve em uma ação consorciada, não só as esferas governamentais, mas principalmente a iniciativa privada, grande provedora de recursos para sua execução (URBANISMO, 2012).

Para o governo local e o empresariado da cidade, o surgimento do Projeto Beira Foz representava naquele período, o início de uma política de transformação econômica do município. Mas por outro lado, segundo ROCHA (2019, p. 58), a política de remoções instaurada no município, embora tenha garantido “o direito à moradia de famílias pobres, [...] a falta de planejamento e a transferência para moradias periféricas” foram responsáveis por ocasionar problemas estruturais às famílias removidas.

Figura 9 - Área de Intervenção do Projeto Beira Foz



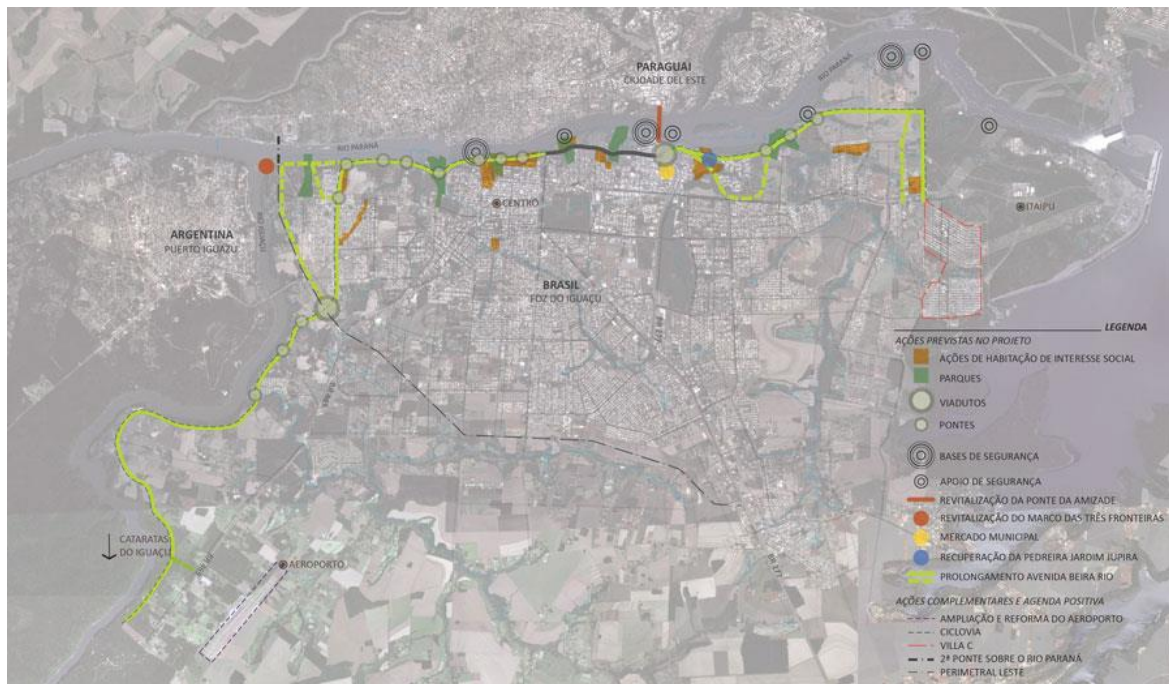
Fonte: 3C Arquitetura e Urbanismo, 2012 (Beira Foz - Plano Nacional de Inclusão e Desenvolvimento Integrado, 2012)

É evidente que a área de abrangência do Projeto Beira Foz (PBF), não inclui a população carente da cidade, promovendo a remoção de boa parte das comunidades que ficam próximas à Avenida Beira Rio, conforme ilustrado na Figura 9.

A valorização dos imóveis próximos à beira do Rio Paraná e Iguaçu, seriam de grande relevância para poderosos grupos econômicos, locais, estaduais e nacional, ligados a construção civil, ao setor financeiro e comercial, com nítida propensão especulativa, interessados de se apoderarem de áreas centrais da cidade¹³ demonstrando claramente a natureza especulativa do projeto e o papel da Itaipu no processo de reestruturação urbana do município.

¹³ Considera-se aqui como agentes de interesse local os empresários da cidade, bem como agentes governamentais do município.

Figura 10 - Síntese das Ações de Interesse dos Agentes Locais



Fonte: 3C Arquitetura e Urbanismo, 2012. (Beira Foz - Plano Nacional de Inclusão e Desenvolvimento Integrado, 2012)

A Figura 10 comprova o interesse na área do Projeto Beira Foz (PBF), como sendo uma zona de grande especulação dos agentes financeiros do território assim como, o papel da Itaipu Binacional de pivô central da gestão e desenvolvimento do município. Atrelado a isso, a atuação direta dos empresários da cidade e também de velhos políticos locais, fez com que a espoliação urbana fosse ainda mais intensa e visível a “olho nu”, e sempre corroborada pela prefeitura local.

A espoliação urbana ocorrida em Foz do Iguaçu nesse período, a partir do Beira Foz, explica a urgente necessidade de expansão de seu território usado pelos agentes produtores de seu espaço geográfico. Esses agentes, concentram renda e investimentos dentro da cidade de maneira a reordenar as relações sociais, controlando boa parte do solo urbano e da infraestrutura do município.

Assim, a “[...] expansão urbana da cidade, com seus serviços, infraestrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo [...]”, ressaltado por Kowarick (1979, p. 29), nos dá dimensão dos caminhos percorridos da acumulação do capital no município e a consequente promoção das desigualdades sociais no território

iguaçuense.

Os vínculos entre a condição socioeconômica da população e os interesses políticos do território, vão atuar conjuntamente no “problema habitacional” levantado pelos agentes produtores do espaço urbano no município. Assim, como bem apontado por Kowarick (1979), podemos evidenciar a espoliação urbana do território iguaçuense de maneira a beneficiar os grandes empresários e políticos locais, promovendo um processo de higienização social e uma periferização cada vez maior no município.

A estratégia da construção de uma cidade homogeneizada e limpa é um reflexo da própria lógica capitalista. É mais barato e lucrativo inviabilizar, criminalizar, segregar e excluir do que criar políticas públicas que realmente enfrentem o problema de forma a gerar emancipação e inclusão de grupos marginalizados (MAIA, 2014, p. 1).

Ao ocuparem os espaços urbanos da cidade, a população das comunidades da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu, passam a ser visivelmente indesejados dentro da sociedade disciplinar de Foucault (1999), tornando-se a representação clara da “falha da padronização capitalista” apontada por Maia (2014) e evidenciada no processo de higienização urbana recorrente na cidade de Foz do Iguaçu.

Assim, ao considerar a formação do bairro Cidade Nova como um território resultante dessa segregação socioespacial, decorrente assim da espoliação urbana do município, fica evidente a existência de uma nova lógica de reestruturação da cidade cuja atuação do Estado encontra-se alinhada aos interesses dos atores hegemônicos da cidade.

A disputa pelo uso do solo dentro do território nos remete ao acentuado processo de segregação socioespacial do Cidade Nova, decorrente dessa espoliação do município. Uma espoliação do território local em um período de políticas neoliberais, em que as elites locais, apoiadas pelo Estado vão intensificar o uso e a especulação desse solo de maneira desenfreada, gerando consequências principalmente para as camadas mais pobres da população.

A Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo de Foz do Iguaçu (BRASIL, 2017), tem como objetivo, além de estimular e orientar o desenvolvimento do município, prover e controlar o uso e a ocupação do território de maneira ordenada

com seu crescimento.

O crescimento e desenvolvimento do perímetro urbano de Foz do Iguaçu dentro do Plano Diretor (BRASIL, 2017) aprovado em 2017, deixa claro o direcionamento desse crescimento através de divisões macrozonais de interesse amplo dos agentes produtores do espaço urbano do município.

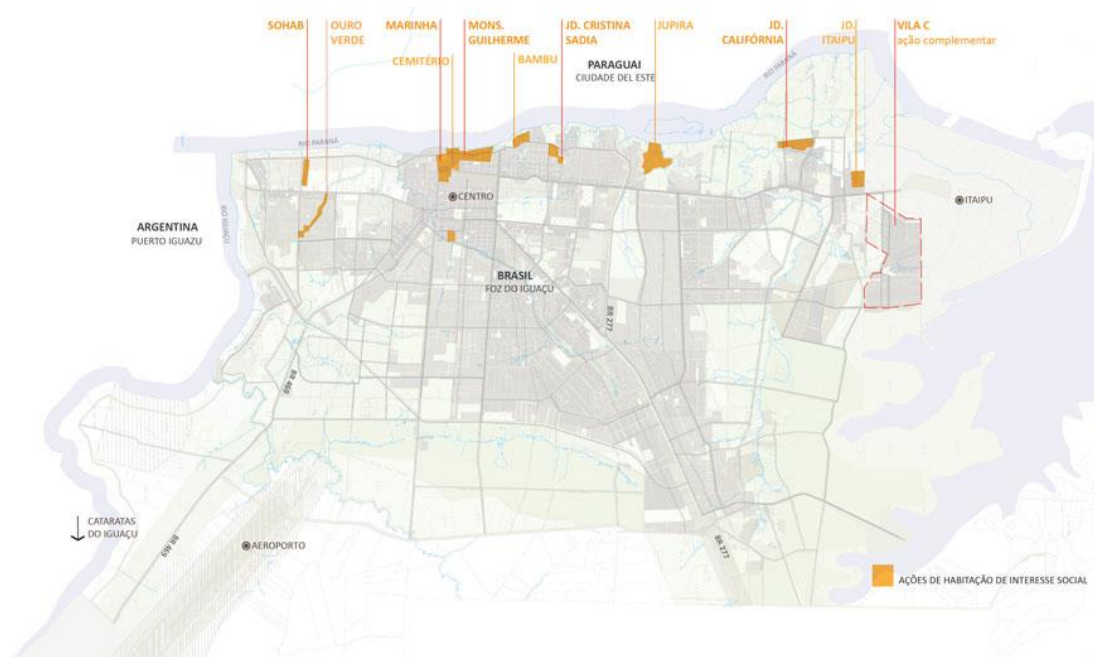
Assim, a partir do macrozoneamento do município, dividido entre urbano e rural, orientado pela ARUP¹⁴ no Plano Estratégico Urbanístico de Foz do Iguaçu, a cidade seria dividida em áreas de interesse que direcionariam, não só o crescimento, mas também o desenvolvimento da cidade. Ou seja, além de ser pautada pelos interesses empresariais, claramente evidenciados nesse documento encomendado pela ITAIPU à ARUP, Foz do Iguaçu tem o desafio de garantir seu crescimento de forma ordenada.

Além disso, era preciso pensar a expansão da cidade, seja em sua área consolidada e/ou prioritária, respeitando as áreas de conservação e preservação de seu patrimônio histórico e cultural do município. Essa divisão teve como objetivo estabelecer as diretrizes e parâmetros que vão orientar as legislações do município e assim, “teoricamente”, garantir o “acesso democrático à cidade” pelos cidadãos iguaçuense.

Fazendo uma correlação entre as Figuras 9 e 10, é possível ter clareza dos interesses empresariais a serem desenvolvidos dentro do território de Foz do Iguaçu. Na Figura 11, as áreas consideradas como ocupações irregulares dentro dessas zonas de urbanização prioritária são claramente evidenciadas.

¹⁴ ARUP – Empresa britânica que oferece serviços profissionais na área de engenharia, design, planejamento, gerenciamento de projetos e serviços de consultoria. A ARUP, financiada ITAIPU, desenvolveu o Plano Estratégico Urbanístico de Foz do Iguaçu e que serviu de base para a revisão do atual Plano Diretor da Cidade.

Figura 11 - Ações de Habitação de Interesse Social



Fonte: 3C Arquitetura e Urbanismo, 2012.

Embora recente, a Figura 11 traz os resquícios das comunidades da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu que originaram o bairro Cidade Nova e demonstra o interesse no processo de remoção dessas comunidades, desde a década de 1990 dessa parte do território.

Essas zonas de urbanização prioritárias são áreas cuja infraestrutura existente apresentam grandes vazios urbanos, porém, com amplo potencial de revitalização e adensamento. Ou seja, áreas de grande interesse especulativo para os agentes produtores do espaço urbano e que ditam as regras do jogo dentro do município.

Diante do fenômeno do crescimento urbano de Foz do Iguaçu, a Figura 11 demonstra claramente, a necessidade por parte do Governo, em executar ações de remoção das habitações de áreas consideradas como de urbanização prioritária, para dar lugar aos grandes projetos especulativos do território. E o tal “programa de desfavelamento” da cidade, não passaria de uma falsa ideia de “uma vida melhor” para a população das comunidades vítimas da remoção.

O Programa de “desfavelamento” da cidade, ao resultar da intenção do Estado em viabilizar obras de revitalização do perímetro urbano e melhorar os atrativos

turísticos da cidade, como bem assegurado por VAINER (2000), faz de Foz do Iguaçu uma mercadoria a ser vendida, reafirmando ainda mais a teoria da espoliação urbana do território de Lúcio Kowarick.

Ora, no processo de produção da habitação, se existem empresas de porte nitidamente industrial bem como unidades com características manufatureiras, as classes trabalhadoras em proporções que variam em cada cidade, mas que são sempre significativas, solucionam seu problema de moradia – além do aluguel de habitações deterioradas e da construção de barrados em favelas – através da autoconstrução de suas residências. A razão desta espécie de “economia natural” em pleno sistema urbano-industrial, cuja esmola propulsora e dominante nada têm de anacrônico, pois a produção capitalista organiza-se, não para prover os trabalhadores com meios de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar um excedente que é privadamente apropriado (KOWARICK, 1979, p. 56).

Diante disso, a reestruturação ocorrida na cidade a partir da instalação da Usina de Itaipu, gerou além da segregação socioespacial, desigualdades dentro do território fazendo com que a produção de bens na cidade fosse dada a partir de seu poder de consumo. Recaindo no processo de construção de moradias populares em Foz do Iguaçu, de maneira a substanciar os empresários da cidade, caracterizando a carência de consumo dos moradores do bairro Cidade Nova em possuir habitações necessárias para sua sobrevivência.

A forma como a cidade é moldada pelos agentes produtores do espaço urbano capitalista cria condições para a reprodução da força de trabalho, porém, como bem ressalta Maricato (2015), esta será dada a partir dos interesses do capital. Assim, ao pensamos o processo de remoção das comunidades da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu do centro da cidade, para dar lugar à execução do Projeto Beira Foz, determinando um perímetro urbano destinado ao corredor turístico, identificamos claramente o processo da espoliação urbana e a reestruturação da cidade.

[...] o “problema” habitacional está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, no qual a ação do Estado tem ganho crescente importância, pois os investimentos públicos são cada vez mais responsáveis por este componente também básico da reprodução da força de trabalho [...] (KOWARICK, 1979, p. 57).

A complexa rede de agentes envolvidos¹⁵ no processo de espoliação do território, segundo Kowarick (1979, p. 56), pode ser compreendida a partir da especulação comercial e financeira, dada a partir do controle de terras no município. Terras essas que, especuladas com a colaboração do Estado, impossibilitam a aquisição por parte do trabalhador, condicionando-o em boa parte, a uma ocupação periférica e desordenada do território.

Sabendo que o problema da habitação urbana no município é uma questão de terras e sua valorização pelos agentes especuladores do território, consideramos a formação do bairro Cidade Nova como parte desse processo de supervalorização de determinadas áreas do município.

Segundo CNI (2012), ao ser considerado o maior projeto habitacional em execução no Estado naquela época, recebendo cerca de 4.500 famílias que desejavam obter a casa própria, o bairro foi totalmente desprovido de qualquer equipamento público ou mesmo infraestrutura básica para receber tamanho contingente populacional, tornando esse processo de remoção, além de conflituoso, um enorme agravante da situação de vulnerabilidade social da população residente na cidade.

2.3 A Formação do Bairro de Cidade Nova e o Impacto da remoção como Resultado da Espoliação Urbana de Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu alcançava no começo da década de 1990, um déficit habitacional de quase quinze mil moradias, em sua grande maioria em áreas de favelas e necessitava urgentemente de uma política de habitação na cidade. Assim, ao surgir em 1993, a Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu (COHAFOZ), cujo objetivo era solucionar o alto déficit habitacional do município, a gestão do Prefeito Harry Daijô (1997), estabeleceu uma política de moradia popular na cidade. Essa política de habitação era pautada nas características da política do Banco Nacional de Habitação

¹⁵ Os agentes envolvidos no processo de espoliação de Foz do Iguaçu podem ser considerados como os empresários da cidade, o Estado, a Itaipu Binacional, bem como grandes proprietários de terra que especulam áreas do território, porém que não residem no município.

(BNH), e iniciava na cidade um processo que seria responsável por inúmeras remoções na cidade.

Assim, fruto de uma política de “promoção habitacional de interesse social” na cidade, associada à intensa atuação dos principais agentes produtores do espaço urbano de Foz do Iguaçu e também por pressão dos movimentos populares, surge o Projeto “Cidade Nova”. Esses agentes, em sua grande maioria composto por empresários do ramo do turismo, comércio e também de parte da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI), ganhava mais um aliado na briga pela espoliação urbana do território: os agentes imobiliários.

Em uma tentativa do governo de incorporar as comunidades da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu à paisagem urbanística da cidade e seu sistema viário, ganhava vida em 1998, o bairro Cidade Nova. A remoção de inúmeras famílias para a parte norte da cidade, área completamente distante de toda e qualquer infraestrutura urbana, intensificava ainda mais, a desigualdade social e a exclusão territorial desse novo bairro. Segundo MARGUTI (2018), esse processo condicionou sua população a um total cerceamento de seu direito à cidade.

Figura 12 – Vista aérea do bairro Cidade Nova em 2003



Fonte: Google Maps, 2019

A Figura 12 nos traz uma imagem aérea do bairro Cidade Nova no ano de 2003,

cinco anos depois de sua alocação na região norte da cidade. Sua localização na malha urbana de Foz do Iguaçu nesse período, demonstra o isolamento territorial periférico imposto à essa parcela da sociedade que, sem qualquer tipo de infraestrutura, como saneamento básico, por exemplo, é obrigada a sobreviver diariamente com as mazelas de uma sociedade biopolítica¹⁶.

A acelerada urbanização de Foz do Iguaçu e a formação do bairro Cidade Nova foi acentuadamente marcada pelos inúmeros problemas habitacionais da cidade. Ao deslocar as comunidades da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu para essa região da cidade, tecnicamente, o problema que assolava a cidade estaria resolvido. Ou seja, o problema habitacional que, para KOWARICK (1979) estaria atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, não passaria de uma relação de poder estabelecida pelo Estado. A questão da terra destacada pelo autor, tem em sua condição de uso, a inexistência de uma infraestrutura de serviços negada à esses moradores, desde os primórdios da formação deste bairro.

O déficit habitacional, evidenciado pelos agentes governamentais da cidade, não deve ser visto apenas pela questão socioeconômica e política do município, mas sim por meio das forças produtivas do ramo imobiliário que atuam nesse território. Para KOWARICK (1979, p. 57),

[...] os investimentos públicos também sob este ângulo aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se um elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial [...].

É importante ressaltar que a expropriação de terras, dada a partir da lógica capitalista em que é necessária a destruição dos meios de vida da população e na forma como elas atuam na produção urbana, vai moldando à lógica de atuação do Estado no território iguaçuense.

A cidade produzida liga-se a forma de propriedade que reproduz a hierarquia espacial enquanto consequência da hierarquia social passível de ser percebida na paisagem urbana através da segregação espacial cuja dinâmica

¹⁶ Entende-se como sociedade biopolítica, de acordo com Foucault, aquela que é dominada pelo biopoder, ou seja, a dominação dos corpos dos indivíduos a partir dos interesses de quem detém de poder para exercer esse controle.

conduz, de um lado a redistribuição do uso das áreas já ocupadas levando a um deslocamento de atividades e dos habitantes e, de outro, a incorporação de novas áreas que criam novas formas de valorização do espaço urbano (CARLOS, 2007, p. 37).

Assim, a segregação socioespacial evidenciada na remoção das comunidades do Bambu e Marinha, vinculada à visão estigmatizante da sociedade iguaçuense apontada por Silva (2016), contribuiu para a consolidação de uma visão preconceituosa, discriminatória e racista na identificação negativa de seus moradores, acentuando o processo de exclusão social inerente à segregação dessa população e sua remoção para zonas consideradas periféricas da cidade.

Deserdados e aventureiros, passaram a se aglomerar em favelas, que proliferaram-se não apenas na periferia da cidade, mas também nas áreas centrais, ou bairros populares, sem infra-estrutura básica, que pelo seu crescimento e pela vida própria que tomavam, surgiam como uma ameaça às elites e à população bem-nascida de Foz do Iguaçu (CATTA, 1994, p. 5).

A remoção que originou o bairro, no final dos anos 90 e sua posterior ocupação por moradores de outros bairros do município e do país, nos permite evidenciar a espoliação urbana que vem ocorrendo constantemente em Foz do Iguaçu. É perceptível no município, o intenso controle de terras, cuja complexa rede de agentes, sejam eles, comerciais, financeiros, como também o próprio Estado, intensificam a espoliação nesse território.

Era evidente o acelerado crescimento de Foz do Iguaçu e a necessidade de suprir o déficit habitacional, atrelado ao fator de especulação imobiliária dos inúmeros vazios urbanos encontrados na cidade, ocasionariam problemas relacionados à falta de infraestrutura necessária para receber novos moradores.

Como bem ressaltado por Maricato (1998), os problemas de moradia no Brasil estão cada vez mais constante e relacionados com o direito ao acesso à terra e sua consequente especulação imobiliária cada vez mais intensa. Um mercado cada vez mais especulativo e que aumenta cada vez mais as desigualdades sociais do território e produz a lógica dos vazios urbanos como uma prática cada vez mais constante. Para a autora, somente o rompimento com os interesses produzidos pelo mercado imobiliário será capaz de ampliar o acesso à moradia urbana.

O município, como principal executor da política urbana, tem o papel central em sua gestão, evitando que, o paradigma territorial hegemônico trabalhado por HAESBAERT (2014, p. I. 809), permita com que o espaço seja considerado apenas como uma extensão daquilo que será explorado, ou seja, a terra sendo considerada como um recurso de grande valor na economia do território.

A remoção que originou o bairro de Cidade Nova e sua posterior ocupação por moradores de outros bairros da cidade e também de outras cidades, nos permite evidenciar o grande processo de espoliação urbana da cidade de Foz do Iguaçu. Essa espoliação atrelada a outros fatores trabalhados ao longo deste capítulo, nos permite perceber a complexa rede de agentes, sejam eles comerciais, financeiros, como também do próprio Estado que mantêm um controle sobre o uso da terra no município.

O elevado crescimento do perímetro urbano de Foz do Iguaçu, tendo se dado ao longo da BR 277 e Avenida das Cataratas, foi provocado principalmente pelo alto custo da terra em áreas já consolidadas da cidade. Como não houve uma expansão urbana na Zona Consolidada do município, atrelada à superelevação do preço da terra, boa parte da população de baixo poder aquisitivo foi levada a procurar habitações em áreas periféricas da cidade.

Figura 13 - Novas Centralidades



Fonte: Diagrama ARUP, 2016 (Plano Estratégico Urbanístico: Foz do Iguaçu, 2016)

Com o intuito de reduzir o movimento pendular da população periférica da cidade para a região central, foram idealizadas no Plano Diretor (BRASIL, 2017) as *novas centralidades*¹⁷ da cidade. Essas novas centralidades destacadas na Figura 13, têm como objetivo excluir a população pobre das áreas de interesse das elites locais de Foz do Iguaçu. O deslocamento dessa parcela da população que antes era para a região central da cidade, com essa nova configuração, passa a se deslocar para outras áreas da cidade.

O crescimento urbano acelerado de Foz do Iguaçu indica uma expansão urbana para áreas rurais da cidade, estrangulando pequenos produtores rurais, enquanto na região central da cidade, é possível perceber inúmeros vazios urbanos¹⁸. Esses espaços ociosos ou subutilizados, boa parte em áreas de grande valor da cidade, são ignorados ou mesmo deixados de lado a espera de uma valorização imobiliária por parte do poder público através de melhorias na infraestrutura local próxima dessas áreas.

¹⁷ As Novas Centralidades da cidade foram apresentadas pela ARUP/ITAIPU à Prefeitura Municipal dentro do Plano Estratégico Urbanístico de Foz do Iguaçu e que subsidiou a revisão do Plano Diretor da Cidade aprovado em 2017.

¹⁸ É considerado aqui como vazio urbano, todo terreno ocioso ou subutilizado em áreas centrais da cidade, com boa infraestrutura e rede de transporte disponível.

Figura 14 - Vazios urbanos na área central de Foz do Iguaçu



Fonte: ARUP, 2016.

Os vazios urbanos da cidade, demonstrado na Figura 14 contribuem, não só para a especulação de áreas importantes para o desenvolvimento da cidade, como também para a expulsão da população do centro para a periferia da cidade. Essa população que migra do centro para a periferia da cidade, não possui condições financeiras diretas ou indiretas para viver em zonas centrais, cujo preço da habitação é incoerente com sua renda mensal, o que acaba gerando a migração para outras áreas da cidade.

Esses espaços ociosos ou subutilizados na cidade possuem fortes consequências no desenvolvimento da economia do município. Essas áreas geram uma inutilidade no território de maneira a impossibilitar sua utilização, o que poderia ser feito para gerar emprego e renda para a população, bem como a construção de novas moradias. Além disso, com a utilização dessas áreas para o bem público, poderiam contribuir para a diminuição dos gastos públicos com a necessidade de dispor de uma infraestrutura e de transporte público das regiões mais afastadas do centro da cidade. Além é claro, do próprio recolhimento de impostos nessas áreas

supervalorizadas.

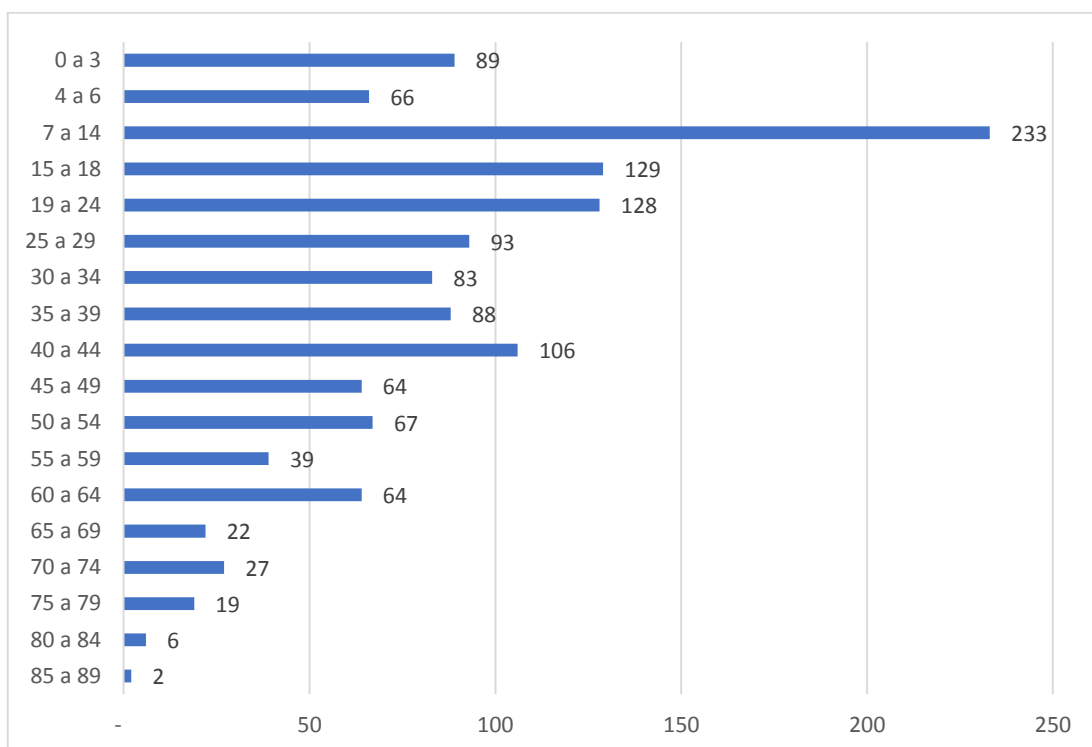
A localização do bairro Cidade Nova, região norte da cidade, fora dos chamados Eixos de Desenvolvimento do Plano Estratégico Urbanístico¹⁹ da cidade, representava um desses vazios urbanos da cidade no fim da década de 1990. Uma área de 2 milhões de metros quadrados, determinada para abrigar o loteamento Cidade Nova, era um imenso vazio urbano a espera de uma supervalorização da área por parte do poder público local.

O Cidade Nova constituía-se naquela época como um bairro isolado, distante do centro da cidade, carente de infraestruturas e equipamentos públicos básicos para a população, como postos de saúde e escolas, forçando os jovens a se deslocarem para outras partes da cidade para estudarem.

Em pesquisa realizada por Machado Angileli (2019) em aproximadamente 350 residências no bairro Cidade Nova, nos permitiu trabalhar com dados recentes e mais sólidos do que os dados demográficos do Censo 2010 do IBGE. Assim, foram entrevistadas 1.322 residentes do bairro, dentre esses, 95% eram brasileiros, sendo 60% destes, provenientes do próprio Estado do Paraná e apenas 5% eram de nacionalidade paraguaia.

¹⁹ O Plano Estratégico Urbanístico trata-se de um documento técnico elaborado pela ARUP encomendado pela Itaipu Binacional para servir de suporte na elaboração do Plano Diretor da cidade de Foz do Iguaçu de 2017.

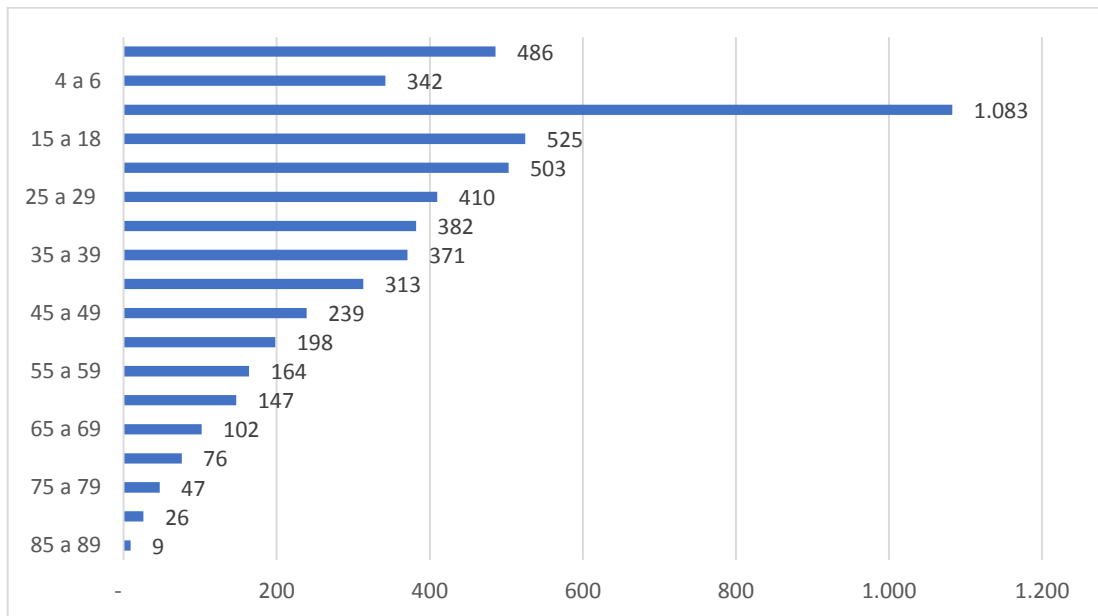
Gráfico 4 – Faixa Etária do bairro Cidade Nova (2016-2017)



Fonte: Machado Angileli, (2019a)

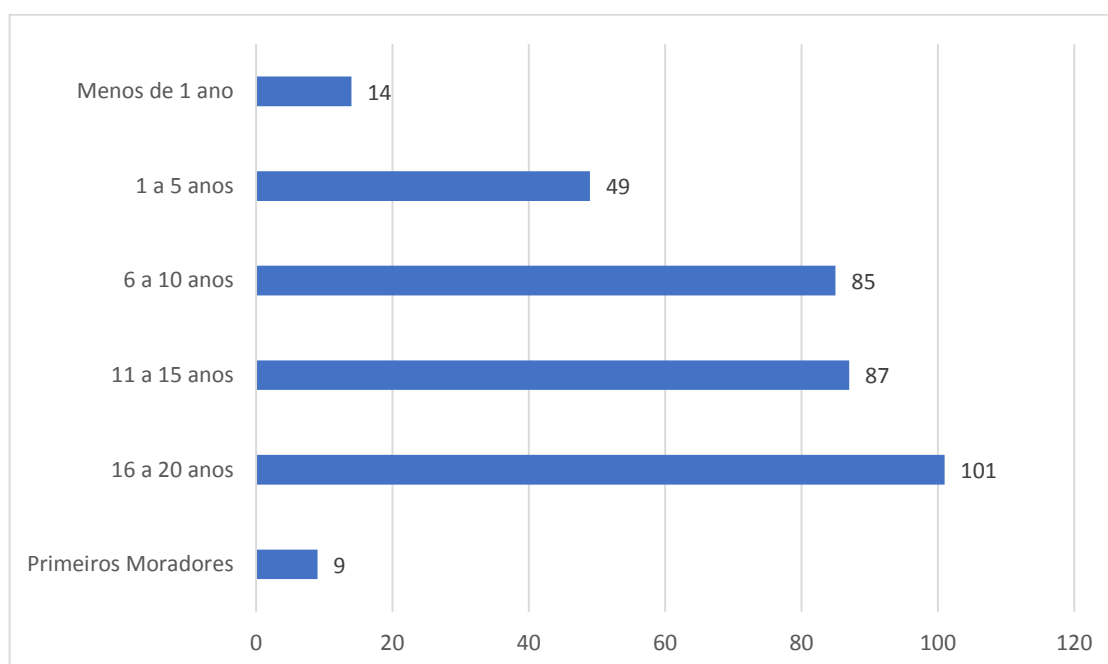
O Gráfico 4 nos revela a faixa etária da população residente no bairro de Cidade Nova, nos chamando atenção para a faixa populacional com idade entre 0 e 29 anos. Essa faixa, caracterizada por crianças, adolescentes e jovens representam um universo de 55,7% das pessoas entrevistadas no bairro, contrastando com a população de 30 a 89 anos que agregam 587 pessoas dentro dos 1.325 moradores entrevistados na comunidade.

Ao analisarmos os dados disponibilizados pelo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, é possível perceber que o bairro Cidade Nova possui uma população de 5.426 habitantes, dos quais, 61,76% eram de pessoas com idade entre 0 e 29 anos, conforme podemos evidenciar no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Censo IBGE, 2010

Fonte: Machado Angileli, (2019a)

A predominância da população de crianças, adolescentes e jovens nos Gráficos 4 e 5, exige um planejamento territorial do bairro que seja capaz de dispor de políticas e equipamentos públicos para essa parcela da população tão importante para o desenvolvimento da comunidade e consequentemente do município de Foz do Iguaçu.

Gráfico 6 - Tempo de Moradia no Bairro

Fonte: Machado Angileli, (2019a)

O crescimento da malha urbana de Foz do Iguaçu, atrelada a intensa espoliação do território e que consequentemente ocasiona uma expulsão, demonstra a ocorrência de uma desterritorialização do espaço geográfico que Haesbaert (2014) nos chama atenção. Essa desterritorialização apontada por Haesbaert e a explícita exclusão social expõe a sociedade à inúmeras vulnerabilidades.

Para Machado Angileli (2019), esse é um processo duradouro e de grande violência que, em grande parte das vezes amplia a vulnerabilidade em que estas comunidades se encontram. Muitos terão que se adaptar a novos projetos de vida ou moradias alheias a sua história e cultura, e assim se adaptar a novos territórios em disputa.

O capital especulativo e financeiro que atua no território, supervalorizando áreas ociosas, atrelada a precarização territorial da zona periférica da cidade, revelam as desigualdades socioespaciais existentes em Foz do Iguaçu. Desigualdades essas que no bairro Cidade Nova são latentes, envoltas a diversas situações de vulnerabilidades que agravam ainda mais as condições de bem-estar da população, em especial dos jovens residentes do bairro que representam 27% de sua população

total.

O processo de migração dentro da própria cidade nos chama atenção para a precariedade territorial apontada por Haesbaert (2014, p. 188). Para ele, essa “precariedade” não está relacionada apenas as condições materiais ou a inserção econômica da população, é preciso compreender também, a capacidade cidadã de cada um dos moradores da cidade.

Machado Angileli (2019) ao ressaltar que, parte dos moradores do bairro Cidade Nova que foram entrevistados, afirmaram não ter passado por nenhum processo de remoção forçada²⁰, corrobora com o pensamento de Haesbaert (2014). Para ele, os processos de desterritorialização em relação à precarização social e a emergência da exclusão territorial do bairro Cidade Nova, reforçam a ideia de que para os moradores, não houve um processo de remoção e sim uma política de habitação.

A partir disso, é possível compreender a exclusão, privação ou mesmo a precarização do bairro Cidade Nova, a partir do precário acesso a recursos públicos ou mesmo pela apropriação de seus moradores à cidade. O nível de desigualdade e a precarização social revela as condições de insegurança no território apontado por Haesbaert (2014), mas também demonstra a fragilidade existente no Cidade Nova por parte de seus moradores.

Precária também pode ser a capacidade de organização, participação política e controle na tomada de decisões [...] e também as relações de identificação territorial construídas de forma ambivalente em suas práticas cotidianas [...] (HAESBAERT, 2014, p. 188).

A reprodução social da desigualdade imposta aos moradores da Cidade Nova, a partir do processo de remoção das comunidades, provocou profundas consequências no desenvolvimento do bairro. Caracterizado como perigoso por boa

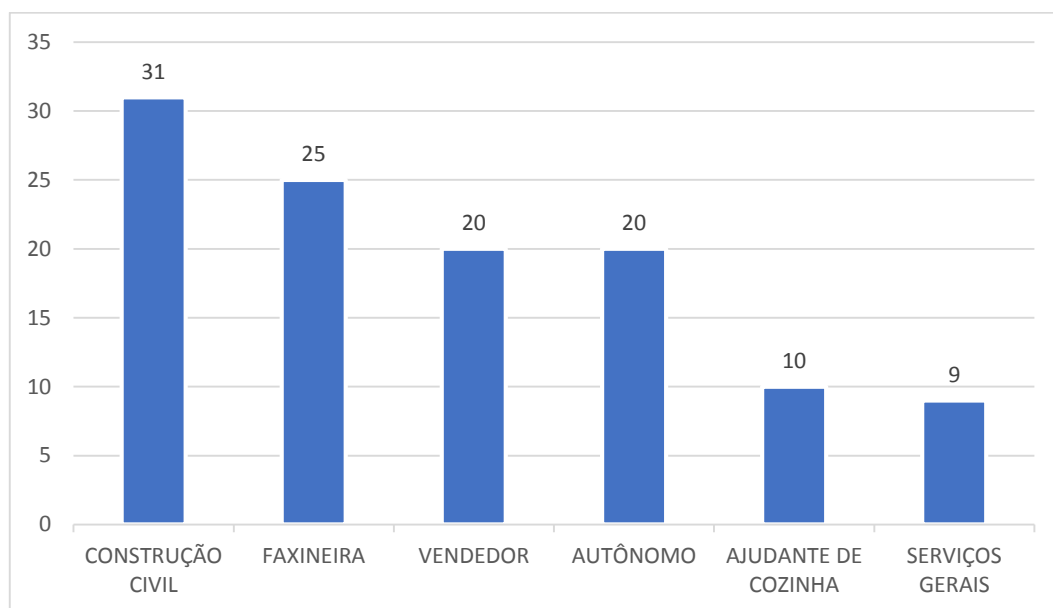
²⁰ Entende-se aqui neste trabalho como processo violento de remoção urbana, o simples fato de removerem pessoas de uma área em que elas construíram uma identidade e nela se fizeram seres humanos capazes de transformar seu próprio espaço.

parte da população de Foz do Iguaçu, como bem apontado por Silva (2016, p. 128), o Cidade Nova é fruto de um “processo de exclusão social, cristalizada em identificações negativas”.

O crescimento abrupto do bairro, distante aproximadamente 13 km do centro da cidade, condicionou sua população às condições precárias de existência. Não havia transporte público na comunidade, o que implicava o deslocamento pendular dos moradores do bairro para outras áreas para trabalhar, como também de crianças e jovens para a escola mais próxima, que na época era no bairro vizinho, Vila C, somente em 2002, foi construída pelo Governo Estadual do Paraná, a Escola Estadual Ipê Roxo, abrigando estudantes do ensino fundamental e médio.

Ao ressaltar que atualmente o bairro conta com uma infraestrutura de ruas e avenidas largas e, em sua maioria, calçadas e com boa iluminação, para Silva (2016) ainda faltam serviços como lotéricas, bancos, posto de gasolina e outros que possam satisfazer as necessidades diárias dos moradores. Essa estigmatização do bairro apontada por ela, se dava principalmente pelo histórico de seus moradores, advindo de favelas da cidade e pelo fato de muitos trabalharem em atividades consideradas ilícitas ligadas ao contrabando da fronteira.

Gráfico 7 – Áreas de Trabalho dos Trabalhadores do Cidade Nova



Fonte: Machado Angileli (2019)

O Gráfico 7 demonstra que muitos dos trabalhadores da comunidade exercem atividades com menor exigência de escolaridade, em empresas privadas da cidade, bem como no próprio bairro e/ou em Ciudad del Este, no Paraguai. De acordo com pesquisa realizada por Machado Angileli (2019), boa parte dos trabalhadores residentes no bairro exercem atividades em outros bairros da cidade e apenas 7% dos moradores trabalham no próprio bairro.

Assim, o espaço geográfico, visto como uma categoria de análise da instância social do bairro Cidade Nova e historicizado até aqui, nos permite analisar as condições de vulnerabilidade de suas juventudes. Além disso, nos possibilita compreender em que medida, tais condicionalidades restringem o uso do território por parte dos jovens, configurando territorialidades que os impedem de usufruírem do município como um todo.

A partir disso, assume-se o território em sua totalidade dinâmica, nos permitindo compreender o bairro de Cidade Nova como fragmento territorial de Foz do Iguaçu, cujo fruto é produto das múltiplas realizações em seu espaço geográfico historicizado, fruto de uma espoliação urbana intensa e que se arrasta desde a instalação da Colônia Militar em 1889.

CAPÍTULO III
DO DIREITO AO DIREITO DAS JUVENTUDES

3 DO DIREITO AO DIREITO DAS JUVENTUDES DO CIDADE NOVA

Ser jovem em uma região de fronteira é complexo, mas ser jovem em uma Fronteira Tríplice, periférica e produto de uma espoliação urbana são grandes agravantes ao desenvolvimento das diferentes trajetórias juvenis. Onde ser jovem, em sua maioria, de localidades periféricas da cidade, carentes de serviços básicos como educação, saúde, emprego, cultura, lazer e mobilidade é complicado, agregado a isso, imagine nascer e/ou crescer em um bairro resultado de um processo violento de remoção urbana. Nesse caso, as trajetórias juvenis podem ser consideravelmente expostas a situações ainda mais violenta.

Portanto, ao mesmo tempo em que é possível compreender a cidade de Foz do Iguaçu de diferentes maneiras em sua constituição enquanto território, é preciso entender a diversidade que abarcam os jovens dentro do município, em especial o bairro Cidade Nova, objeto desta investigação.

3.1. Significados e Entendimentos sobre as Juventudes

O bairro Cidade Nova ao emergir em Foz do Iguaçu como fruto da remoção forçada, advinda de uma política neoliberal no qual a população de baixa renda foi excluída de todo e qualquer processo de planejamento da cidade, condicionou as juventudes do bairro à uma situação de vulnerabilidade social que se arrasta até os dias atuais.

Carrano e Sposito (2003), trazem à luz essa temática e ressalta que a juventude começou a ganhar força no Brasil na década de 1990 como consequência do processo democrático que o mesmo passava e também por pressão dos movimentos sociais que lutaram pela garantia dos direitos de cidadania. Porém, nesse período da história, a discussão sobre juventude se dava em torno entorno da população adolescente e não havia ainda uma concretude a conceituação do que era ser jovem no Brasil.

Somente a partir da década de 2000, mais precisamente no início do Governo Lula²¹,

²¹ Os Governos Lula da Silva se deram no período entre 2003 e 2014 com ampla participação popular e

em 2013, é que a discussão sobre o que é “ser jovem” e sobre a condição juvenil foram colocadas em destaque nas agendas governamentais. O debate conceitual já existia, o que mudou a partir desse período foi a incorporação da juventude no desenho de políticas públicas de uma forma abrangente, não só como beneficiários, mas também como sujeitos de direitos. Muitos foram os desdobramentos dessas ações até que fosse possível compreender os jovens em sua diversidade e que ao “falar em juventude é adentrar a um mundo de diversas e heterogêneas denominações”, como bem salientado por Pinto (2012, p. 225).

Assim, era preciso compreender as juventudes para além da fase de transição da adolescência para a vida adulta, não mais como um mero indivíduo vulnerável e objeto de projetos específicos. Era necessário entender as juventudes como atores estratégicos na discussão e na formulação de ações governamentais para o segmento de maneira a entendê-los como **sujeitos de direitos**²² em seu próprio território. Esse entendimento sobre o que seria “ser jovem” no Brasil permitiria, a partir de então, promover a construção de uma política pública voltada para essa parcela da população que representa aproximadamente 51,5 milhões de brasileiros.

A compreensão desse segmento da população brasileira pressupõe uma análise das múltiplas dimensões do que é “ser jovem”. Assim, a sociologia da juventude contribui para entendimento desse fenômeno cada vez mais necessário no entendimento desse contingente populacional.

Dentre inúmeras abordagens da condição juvenil, destacam-se os trabalhos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Na literatura especializada sobre a juventude se sobressaem duas linhas de pensamento sobre o assunto. A primeira na qual o sociólogo considera “juventude” como uma corrente geracional, caracterizando o indivíduo pelo fator etário, biológico e até mesmo pela cronologia de vida.

programas sociais que beneficiaram a população brasileira.

²² Entende-se como sujeitos de direitos, não só o acesso aos direitos sociais e políticos que são específicos das juventudes, mas também as competências destes em propor e articular políticas de interesses dos mesmos.

Em uma segunda abordagem, Bourdieu (1983) vai se referir ao caráter classista, por meio do qual o questionamento do conceito “juventude” propõe um tratamento diferenciado desse fenômeno a partir da heterogeneidade das trajetórias individuais impostas pela própria estratificação social

Contudo, é nítida a diferença entre ambas as correntes na definição do que é ser jovem no Brasil, principalmente no que tange ao não rompimento da ordem na transmissão de valores societários carregada pela corrente geracional. Pois, ao mesmo tempo em que há uma continuidade na transmissão desses valores geracionais, também pode haver uma ruptura que definirá por completo a trajetória desse jovem.

Ainda na sociologia, para Bourdieu (1983, p. 2) a “juventude nada mais é do que uma categoria social”, um grupo dotado de “interesses comuns” e de referirem esses interesses a uma faixa de idades, constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na sociologia da juventude é preciso explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos juvenis, mas também as diferenças sociais que existem entre eles. As situações vivenciadas, as expectativas, aspirações, bem como os níveis de consumo e culturas adquiridas são exemplos claros dessas similaridades.

Com isso, é preciso entender que para pensarmos em juventude, não podemos levar em consideração apenas as visões de jovens de gerações anteriores, mas sim de um jovem do Século XXI. Uma juventude com múltiplas visões e inúmeras identidades, que precisam ser pensadas e trabalhadas de maneira a permitir sua inserção na sociedade, como bem salientado por Pais (1990).

Definir juventude implica muito mais do que em cortes cronológicos, vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça etc. Na realidade, essa transversalidade traduz que não há apenas um grupo de indivíduos em um mesmo ciclo de vida ou seja uma só juventude (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 17).

Neste sentido e levando em consideração as particularidades das juventudes, o Governo Brasileiro passou a adotar como parâmetro institucional o “jovem” como parcela da população, com idade entre 15 e 29 anos. Essa medida foi importante, não só porque incluiu o jovem na Constituição Brasileira como sujeitos de direitos, mas principalmente

porque destacou fases do desenvolvimento juvenil. Esse recorte e a compreensão a partir de fases do desenvolvimento humano juvenil, permitiu o norteamento de políticas específicas para esse público e deu um norte significativo na construção da Política Nacional de Juventude no Brasil.

Como parâmetro para compreender o jovem e assim instituir políticas públicas específicas para essas juventudes, destacou-se a caracterização desse público como: 1) **jovem-adolescente**, aqueles que compreendiam a faixa etária dos 15 a 17 anos; 2) **jovem-jovem**, para aqueles com idade entre 18 e 24 anos e, 3) **jovem-adulto**, como aqueles compreendidos entre 25 e 29 anos de idade.

Essa especificação das juventudes compreendidas por categorias de entendimento do que é “ser jovem” no Brasil, nos permite considerar como **jovem-adolescentes** aqueles que estão dando início as suas trajetórias de vida, com todos os conflitos de uma adolescência passa pelo entendimento de seus desejos e anseios.

O jovem-jovem, diferentemente do jovem-adolescente, necessita construir uma base sólida de maneira a fortalecer sua trajetória, atravessado por uma educação que lhe dê condições de ascender na sociedade e consolidar-se como um profissional capaz de potencializar o desenvolvimento da sociedade. No momento em que se torna um **jovem-adulto**, este deve se preocupar em consolidar sua condição de cidadão, ter capacidade plena de constituir sua própria família e desenvolver-se profissionalmente.

A compreensão das juventudes em sua diversidade é um processo contínuo de aprendizagem, especialmente quando situamos esses jovens no mundo globalizado em que as desigualdades são latentes e condicionam sua maneira de ser, pensar e agir em sociedade. É necessário enxergar o jovem como um ator estratégico das transformações decorrentes do processo de desenvolvimento e da crise social, destacando assim seu papel político em sociedade.

Ao compreendermos neste trabalho as especificidades dos jovens, adotamos o termo “juventudes” como um parâmetro para identificar a diversidade dessa parcela da sociedade. Para isso, entendemos o jovem como ator estratégico na discussão e na

formulação de ações governamentais para o segmento, de maneira a interpretá-los como sujeitos de direitos em seu próprio território. Aliás, a conquista de novos territórios é uma característica única das juventudes que cada vez mais buscam ampliar os espaços que ocupam através da circulação e de suas redes sociais²³.

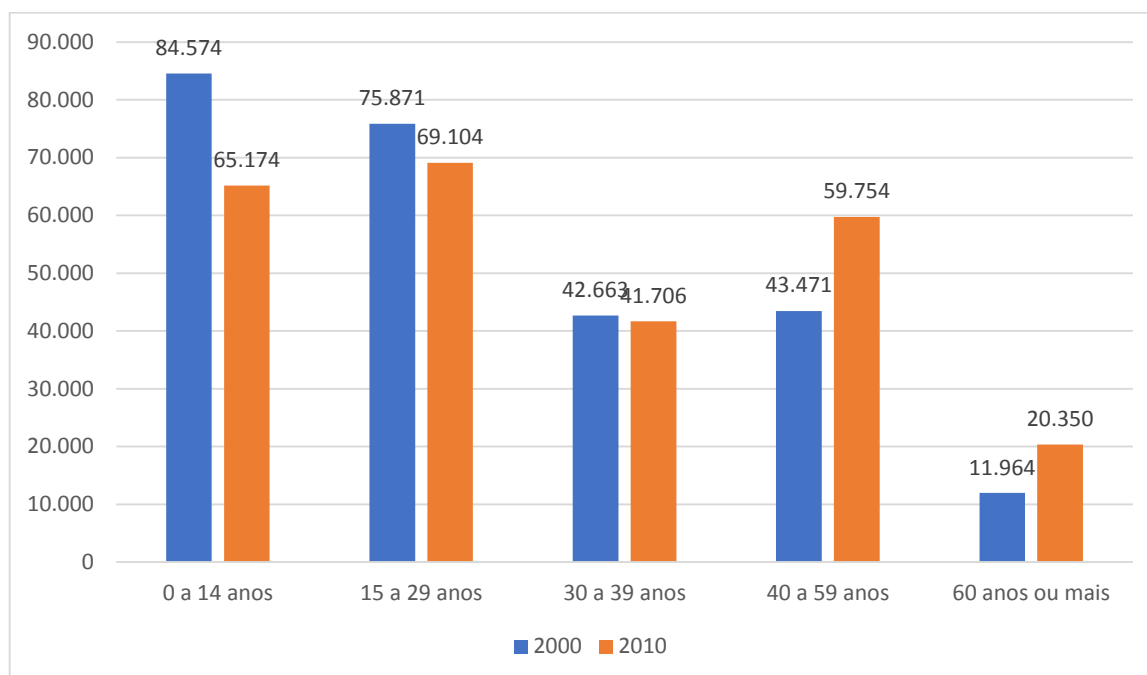
Assim, ao perceber as juventudes em sua diversidade, caracterizamos esses indivíduos para muito além da classificação geracional e classista, na qual a sociologia emprega nessa parcela da sociedade. Primeiro, por compreender que embora o conhecimento seja transmitido de uma geração para outra, e segundo, pela classe classista em que a condição social específica em que vivem é bastante significativa.

Em 2010, quando da aprovação da Emenda Constitucional 65 que inclui o termo “jovem” no Capítulo da Constituição Federal **“Da Família, Da Criança, do Adolescente e Do Idoso”** (BRASIL, 2010), criou-se condições importantes para a compreensão sobre uma parcela da população, que por muitos anos era vista como “problema”, com pessimismo e passa-se então, a considerar as juventudes como *sujeitos de direitos* no Brasil.

Considerando os dados do Censo 2010 do IBGE, a juventude brasileira é hoje, um contingente populacional significativo, são aproximadamente 51,5 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade. Só o Estado do Paraná em sua complexa extensão territorial, compreende hoje 5% da população jovem brasileira, sendo Foz do Iguaçu, o responsável por aglutinar em seu território, na porção Oeste do Estado, aproximadamente 70 mil indivíduos dessa população.

²³ Entende-se por Redes Sociais nesta investigação as redes de relacionamentos pessoais dentro do território e não as redes sociais da internet.

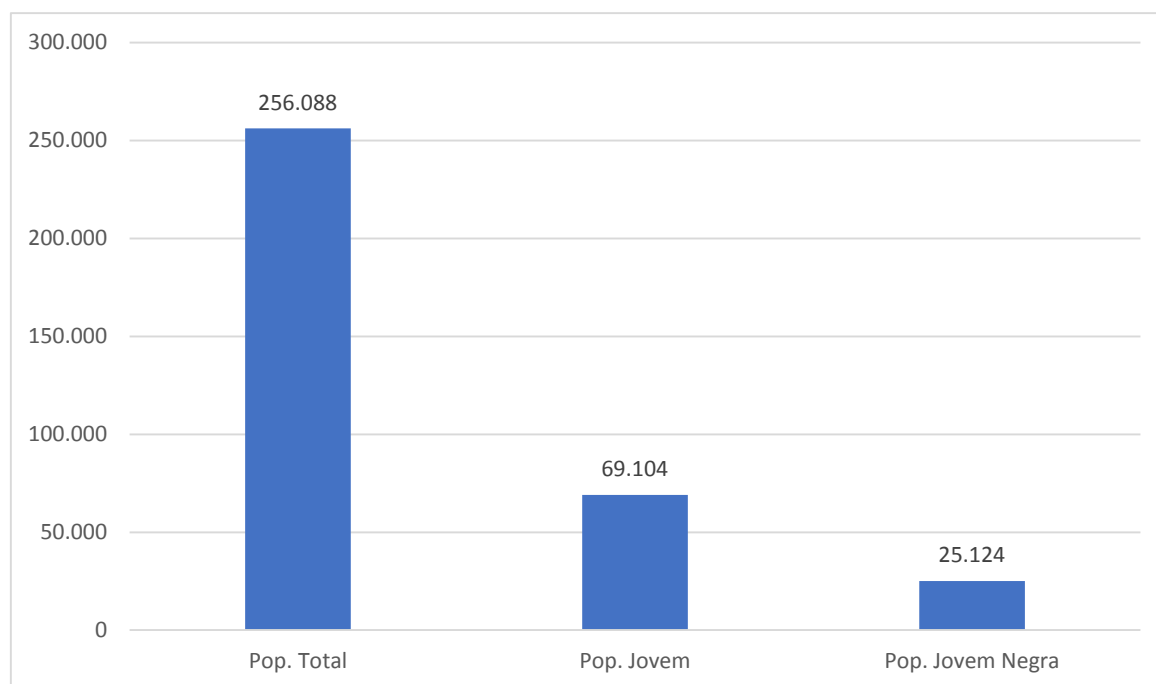
Gráfico 8 - População Residente em Foz do Iguaçu entre 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE

O Gráfico 8 demonstra, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 do IBGE, um crescimento significativo na população acima dos 40 anos, principalmente ao que tange a população idosa em Foz do Iguaçu. Enquanto isso, houve uma redução significativa da população com idade entre 0 e 29 anos.

Com isso, de acordo com a redução da taxa de crescimento apresentada, Foz do Iguaçu passou de 258.389 em 2000 para 256.088 habitantes em 2010. Dentre essa população, 69.104 são de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, cuja população jovem autodeclarada negra ou parda corresponde à 36,4%, conforme podemos verificar no Gráfico 9.

Gráfico 9 - População de Foz do Iguaçu por Faixa Etária e Raça/Cor

Fonte: Censo IBGE, 2010

Esses mesmos jovens, negros ou pardos, moradores de periferia do município são as maiores vítimas de homicídios em Foz do Iguaçu. Ao analisar os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde em 2012, foi possível perceber e constatar que, dos 163 homicídios que ocorreram em Foz do Iguaçu, 91 foram de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, dos quais 42,86% eram entre jovens negros.

Além disso, para Clive e Crocetti (2016), o alto índice de homicídios de adolescentes e jovens no município de Foz do Iguaçu vai proporcionar o desenvolvimento de uma análise das diferentes relações de poder que influenciam significativamente o extermínio de uma parcela da população com capacidade economicamente ativa. Para eles, há uma enorme predominância da violência letal entre os jovens, principalmente entre a juventude proveniente de uma raiz socioeconômica fragilizada.

Assim, as condições de segurança pública no território analisado, vem impactando significativamente no extermínio de uma parcela da população em idade produtiva e que se bem aproveitada, teria um potencial de enorme contribuição para o desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu.

A partir do indicativo de que são os jovens as maiores vítimas dos homicídios registrados em Foz do Iguaçu, temos clareza das inúmeras conjecturas que abarcam as necessidades de implementação de políticas públicas que sejam capazes de reduzir as taxas de homicídios dessa parcela significativa da população e que necessita urgentemente de atenção.

O baixo conhecimento da realidade juvenil de Foz do Iguaçu, seja por parte da gestão municipal ou mesmo da própria população, tem provocado desencontros entre as demandas das juventudes e as políticas públicas que são ofertadas na cidade. Os jovens iguaçuenses estão cada vez mais à margem da sociedade, sendo eles os que encontram mais dificuldades para concluírem seus estudos e são vítimas constantes de homicídios. Além disso, são os que mais encontram barreiras na hora de conseguir uma qualificação profissional e os mais atingidos pelo desemprego que, por sua vez, vem atingindo em escala exponencial suas famílias.

Ao representar 27% da população brasileira e, é proporcionalmente – ainda – a maior faixa etária da pirâmide demográfica, embora esse quadro esteja mudando rapidamente²⁴, é preciso ter a sensibilidade de notar sua diversidade na hora de se pensar políticas públicas para esse público. É preciso condições de emancipação e autonomia das juventudes, compreendendo a importância das janelas de oportunidades²⁵ como perspectivas de promoção de políticas públicas é fundamental para o empoderamento do jovem como protagonista²⁶ no desenvolvimento econômico e social do município.

Assim, ser jovem no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo é fazer parte de um

²⁵ Entende-se por Janelas de Oportunidades o efeito do bônus demográfico que ocorre e função da redução da natalidade – quando a estrutura etária populacional está em transição e apresenta um percentual menor de anciãos e crianças em proporção aos jovens e adultos trabalhando, o que significa mais trabalhadores pagando impostos para educar crianças e sustentar aposentadorias, um acontecimento passageiros, que apenas acontece uma vez em cada país (ALVES, 2008).

²⁶ Era usado o conceito de Protagonismo Juvenil na década de 1990 para reforçar a noção de ação conduzida pelos jovens como bem apontado por (FRAGA e LULIANELLI, 2014, p. 13). Além disso, o termo Protagonismo Juvenil é visto como oriundo da perspectiva empresarial e mercadológica. Já o empoderamento nos remete à noção de jovens como sujeitos de direitos.

universo específico, como bem ressaltado por Dumont (1986). Segundo o autor, é possível perceber que a segregação dos jovens tem aumentado, sendo resultado das inúmeras desigualdades sociais ao qual estão expostos.

Com isso, entender a juventude como uma transição entre a infância e a fase adulta, como aponta Abramo (2016), é necessário ter clareza do desafio que é compreender as diferentes trajetórias dos indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, denominados como jovens na Constituição e dotados de direitos como bem expresso no Estatuto da Juventude.

3.2. Juventudes: Do Direito ao Direito de ser Jovem em Cidade Nova

A cidade como lugar de moradia é marcada pelos diferentes atritos no território, se manifestando de maneira desigual no que tange a ocupação do espaço urbano produzida tanto pela ação, quanto pela omissão do próprio Estado. A remoção forçada sofrida pelas comunidades que originou o bairro de Cidade Nova, objeto de análise desta investigação, agrega um contingente populacional de 5.426 habitantes. Destes, de acordo com o IBGE 2010, 1.438 são de jovens com idade entre 15 e 29 anos, que se formos analisar a idade que possuíam no período da remoção, muitos ainda eram crianças quando vieram compor o novo bairro.

Uma cidade cuja segregação socioespacial é visível em sua constituição e que a questão de moradia é o fator angustiante para muitos, principalmente daqueles que dela precisam para sobreviver, tem no Cidade Nova o reflexo da desigualdade no uso e ocupação do solo urbano do município. Foz do Iguaçu passou a ser uma cidade mercadoria a ser trocada pelo capital imobiliário que especula diariamente seu espaço geográfico e coloca sua população em uma situação de vulnerabilidade sem precedentes, em especial suas juventudes.

Assim, a ausência de políticas habitacionais efetivas muito bem apontada por Maricato (2015), resulta no município uma ocupação desordenada, sem qualquer infraestrutura básica, onde a cidade como um lugar de trabalho e moradia, é deixada de lado para dar vez a espoliação urbana cada vez mais perversa.

A diversidade de oportunidades entre os sujeitos provoca um estresse constante

pela falta permanente de atenção às necessidades básicas de um grupo em detrimento de outro, tanto do ponto de vista estrutural quanto social (RUZANY e MEIRELLES, 2009, p. 53).

A cidadania dos indivíduos que é tomada pelo capital de maneira desumana, atrelada ao direito à cidade de Lefebvre (2001) é ameaçado. Para ele, a cidade deve ser vista como o espaço de desenvolvimento individual e também das famílias, principalmente em que o cuidado para com eles deve ser prioritário. Deixando claro que, o direito à cidade não pode ser colocado apenas para aqueles que detêm das condições financeiras para usufruir de seus benefícios. Ao mesmo tempo, Harvey (2008) vai apontar que a luta coletiva é o que vai garantir o direito à cidade em sua efetividade.

Neste sentido, a apropriação da cidade pelos indivíduos é essencial para o exercício da cidadania no território. Sendo os jovens empoderados no construto de suas mais diversas formas de organização, em seu sentido mais amplo, refletindo sua participação e intervenção na esfera pública e a conquista de direitos em sociedade.

Assim, o desenvolvimento do território vai requerer um olhar para o futuro fundamentado na análise da evolução das diferentes áreas de desenvolvimento. Principalmente no que tange a economia, os recursos humanos, a mobilidade, habitação e a própria segurança que deverão ser levados em consideração quanto à sua disposição dentro do município.

O uso do território ao mesmo tempo em que vai ser considerado como método por Santos (2005), colocará em evidência as transformações ocorridas no período histórico do município de Foz do Iguaçu como um fio condutor para a compreensão sistêmica do aprofundamento das desigualdades e as diversas fragmentações do território fronteiriço. O aprofundamento dessas desigualdades atingirá de forma mais intensa as juventudes do município, que em sua disposição e ocupação no território, encontram-se as margens de uma sociedade excludente.

A Tabela 2 apresenta a população do Estado do Paraná em que Foz do Iguaçu encontra-se inserido e a parcela jovem do bairro Cidade Nova.

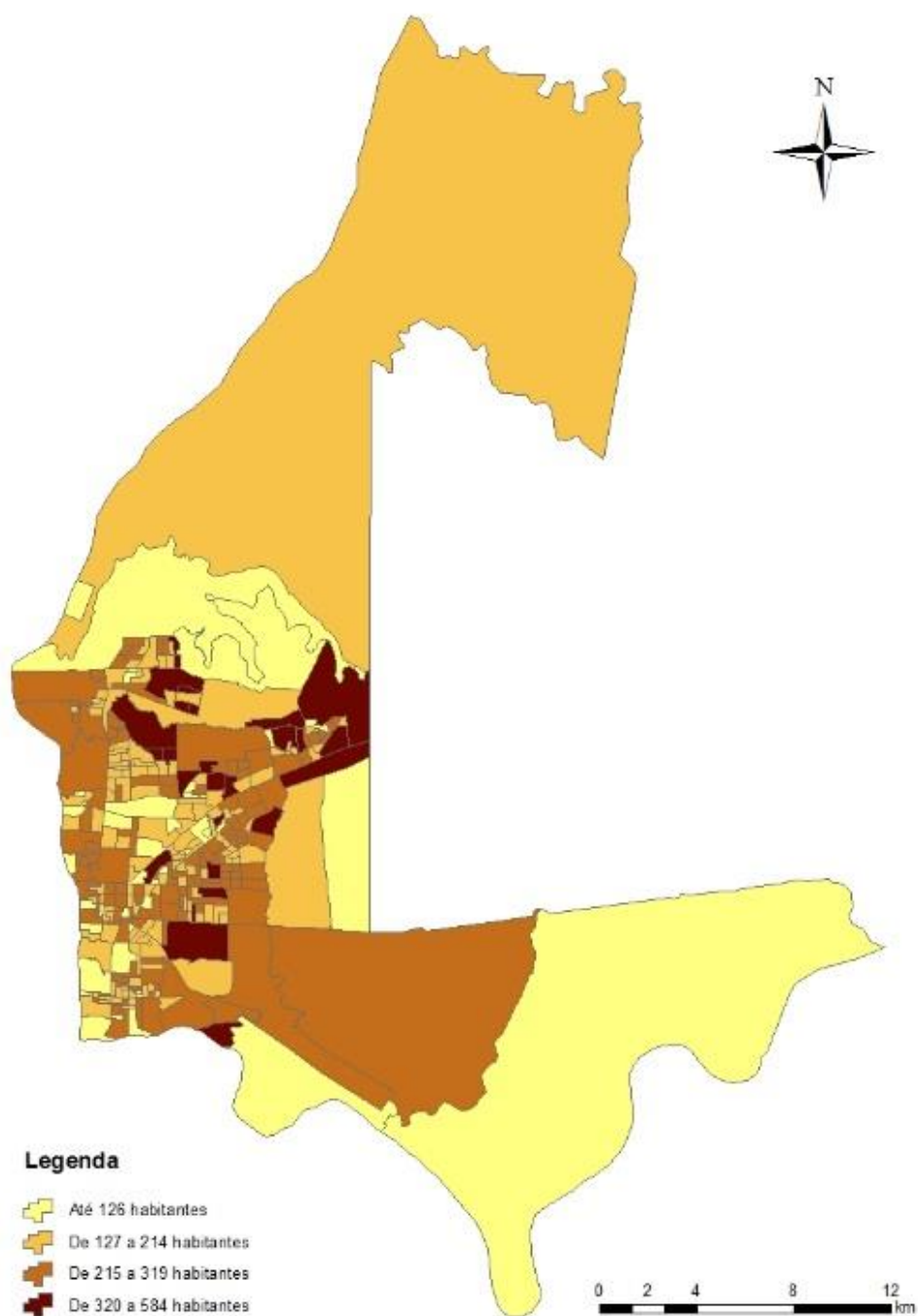
Tabela 2 – População do Paraná, Foz do Iguaçu e cidade nova

	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	60 a 99 anos
Paraná	2.532.179	2.710.195	4.171.876	1.214.522
Foz do Iguaçu	105.834	69.104	101.460	20.334
Cidade Nova	2.631	1.438	1.667	410

Fonte: IBGE - Censo, 2010

Com uma forte expressividade, o bairro Cidade Nova aglutina aproximadamente 26,6% dos moradores do bairro que têm idade entre 15 e 29 anos. E ao analisarmos a disposição da população jovem no município de Foz do Iguaçu conforme demonstrado na Figura 15, podemos notar que sua concentração se encontra em sua maior parte, nas bordas do município, em sua região mais periférica.

Figura 15 - Concentração de Jovens em Foz do Iguaçu



Fonte: Censo 2010, IBGE. Elaboração da autora.

Considerado pela sociedade iguaçuense como um território marginalizado, o bairro Cidade Nova condiciona sua população, em especial suas juventudes à privação plena do

exercício de sua cidadania e do direito à cidade.

Essa parcela significativamente jovem do bairro Cidade Nova, agrega ao município a necessidade de pensar esse público alvo como atores estratégicos do desenvolvimento do próprio território. Para isso, é preciso compreender a juventude em sua essência e também suas perspectivas de vida, tendo clareza de sua diversidade e suas potencialidades.

O FOZHABITA ao promover a remoção forçada das comunidades originárias do Cidade Nova, com objetivo de dar lugar a espoliação das áreas de interesse empresarial da cidade, segundo Rocha (2019), vai ocasionar uma interrupção das relações sociais que ambas as comunidades removidas possuíam e impactar diretamente na vida dos jovens dessa época e da geração vítima dessa violência urbana.

Ao perderem as relações sociais que mantiveram por anos, as famílias foram obrigadas a reconstruírem suas vidas e os impactos sofridos por tal violência, marcaram a vida das gerações de jovens que dali surgia. O novo bairro – Cidade Nova – concentrou uma parcela da população que antes ocupavam áreas centrais da cidade, para dar vez a segregação socioespacial e a promoção das desigualdades que retirava dos jovens, o direito ao uso efetivo da cidade em um período em que dava-se início a construção das bases de uma Política Nacional que os tinham como cerne principal.

O hiato social que se criava em Foz do Iguaçu era o reflexo real de uma sociedade capitalista, globalizada e de fronteira. Uma fronteira perversa, violenta e que vitimava cada vez mais nossos jovens em uma política de exclusão das camadas mais populares da sociedade. O ambiente familiar que se formava com essa remoção, remetia os jovens à situações, não só de privações materiais, mas incutia neles a reprodução clássica da pobreza histórica de nosso país.

Esses jovens, não identificados por sua singularidade, tampouco reconhecidos pela sociedade iguaçuense como sujeitos de direitos, condicionava-se de maneira clara, por sua condição de exclusão em que a força gravitacional da pobreza, cada vez mais o aprisionava as margens dessa sociedade perversa.

As desigualdades de oportunidades somadas a sua condição de família funcional, em que os valores, a violência e o desenvolvimento individual e coletivo eram cada vez mais privativo, condicionaram esses jovens a situações de vulnerabilidade social que os violentaram em todos os sentidos.

A esperança de “uma vida melhor” e os sonhos trazidos com a remoção, impactaram a vida de centenas de jovens e milhares de pessoas que constituíam esse novo bairro. Privados de uma infraestrutura básica que lhes permitissem uma maior mobilidade dentro da cidade, seus moradores mais jovens foram aprisionados em um território cuja oferta de oportunidades era inexistente.

O campo etnográfico nos revela a dificuldade de inserção dos jovens do Cidade Nova na sociedade iguaçuense. A reprodução das desigualdades e as diferenças sociais em que foram envolvidos, lhes condicionaram à condições precárias de uma periferia esquecida como milhares de outras dentro do território nacional.

Sem nenhum planejamento real na construção do Cidade Nova, suas juventudes foram obrigadas a frequentarem escolas em outros bairros, sendo vítimas de preconceitos e violência por serem provenientes de um programa de desfavelamento da cidade. A renda volátil de suas famílias, a situação de risco e violência em que foram submetidas e o patamar de baixa renda em que se encontravam, colocava em voga na sociedade, a dualidade entre o mérito e a recompensa por seu merecimento.

[...] o bairro é caracterizado por moradores de Foz do Iguaçu como perigoso, de um ponto de vista exterior e estigmatizante, percepção advinda da construção ativa e persistente de um processo de exclusão social, cristalizada em identificações negativas (SILVA, 2016, p. 18).

O preconceito enraizado na sociedade brasileira e intensificado na segregação social do Cidade Nova, trazia na juventude periférica, em sua maioria negra, as condições de vulnerabilidade que se manifestava desde cedo nas escolas da Região Norte que passou a abrigá-los nos anos iniciais da comunidade. Como bem ressaltado por Silva (2016) em seus estudos sobre a educação no Cidade Nova, a aceitação do fracasso escolar era algo incontestável e que por mais que se tentasse algo para mudar essa realidade, esses jovens eram considerados como não merecedores.

Corroborando com esse pensamento, Mazzon (2009) em sua pesquisa feita para o INEP, podemos perceber o quão detentor de preconceitos é a sociedade brasileira em um ambiente que deveria ser o promotor de mudanças sociais. Alguns anos após a formação do bairro, as escolas que foram construídas deram lugar à promoção da violência e preconceito que estigmatizaram os jovens da comunidade de maneira a reproduzir socialmente a desigualdade e a pobreza naquele lugar.

O mérito imposto pela sociedade para que o jovem pudesse sobreviver nesse meio desigual, combinado pela sociedade globalizada, obrigou a esses jovens a viver em constante necessidade de superação dessas desigualdades. Essa condição foi utilizada de forma indiscriminada e passível de ser vista a partir de múltiplos sentidos, associada com a ideia de que o jovem precisa ter talento e habilidades inatas que façam de seu esforço individual, um empenho para atingir seu próprio objetivo e assim ter a recompensa por seu merecimento.

O acesso à educação de qualidade em meio a situações de violência e preconceito é um desafio para a construção da cidadania juvenil e de fato a garantia de direitos que os permitam lograr êxitos em condições adversas como as que viveram e ainda vivem dentro do bairro.

O isolamento social do bairro e seus moradores do restante da cidade, resultado do desdobramento que envolveu a cidade geopoliticamente como apontou Silva (2016, p. 19), provocou a visão do Cidade Nova como “um lugar perigoso, de atividades ilícitas e até mesmo de descontrole social”. A desestruturação familiar atrelada ao que Rocha (2019) vai apontar como uma violência ocasionada pela interrupção das relações de vizinhança, vai impactar diretamente na vida dessa geração que crescia dentro de um bairro as margens da sociedade e cada vez mais vítimas da violência e preconceito exacerbado.

Reconhecendo as juventudes por sua singularidade, caracterizando-as como sujeitos de direitos dentro do território, é necessário analisar sua condição de vida, dada a partir de suas relações tecidas em sociedade. A falta de oportunidades para esses jovens, deve ser vista de forma mais abrangente e não só pela falta de infraestrutura dentro do bairro, mas principalmente pela ausência de instrumentos capazes de lhes permitirem

fazerem uso de seus direitos. Muitos desses jovens não se reconhecem como tal, tampouco pertencentes ao seu próprio território. Ele não se vê como sujeito de direito, tampouco como agente de transformação.

Desafiada pela marca da desigualdade presente no território, as juventudes em Foz do Iguaçu representam 6,8% das pessoas que não trabalham e nem estudam. Jovens que são atingidos cada vez mais pela ineficiência das políticas públicas na cidade e uma das maiores vítimas da violência desse território de fronteira. A participação em políticas, programas ou mesmo em iniciativas públicas e privadas dentro de Foz do Iguaçu, condicionadas pela falta de mobilidade dentro do território, acentuam ainda mais o grau de exclusão dessa parcela da sociedade.

O uso do território pelas juventudes são diferentes e um dos fatores condicionantes para isso é sem dúvida sua questão econômica. A condição econômica a que estão submetidos esbarra na mobilidade e também na capacidade que o próprio Estado tem de oferecer equipamentos de uso público.

É preciso ter a clareza de que não se deve mensurar as capacidades específicas dos indivíduos, em especial das juventudes, de forma a determinar a posição que vão ocupar na sociedade e serem rotulados como pessoas sem mérito. Como bem lembrado por Mazzon (2009), o preconceito relacionado ao território e a questão socioeconômica são grandes fatores da discriminação e corroboram com a rotulagem imposta pela sociedade aos jovens brasileiros.

Ser jovem, pobre, negro e de periferia é um grande desafio para as juventudes do bairro Cidade Nova, que além de serem segregados socialmente, são vistos como “problema” perante a sociedade. A dificuldade de circulação pelo território como um todo, ou seja, a garantia que lhes deveriam ser asseguradas, são cerceadas pela falta de incentivo do poder público local ao uso do território.

A falta de políticas básicas de mobilidade como o Passe Livre Estudantil²⁷, não só

²⁷ O Passe Livre Estudantil em Foz do Iguaçu é uma política inexistente no território e obriga as famílias a

limita o jovem a usufruir da cidade, como também os privam de ter acesso à educação, tendo em vista que muitas das famílias, não possuem recursos para mantê-los estudando, tampouco para proporcioná-los um deslocamento até o estabelecimento de ensino.

Assim, em uma cidade cujas transformações em seu espaço geográfico foram impostas pelas elites locais e pelo próprio Estado, condicionaram as juventudes das Comunidades do Bambu e da Marinha, a um processo de desterritorialização e a construção de uma nova territorialização no novo bairro que surgia forçadamente, como bem apontado por Haesbaert (2004). Esse processo de desterritorialização imposto na época, condicionou a geração de Jovens do Cidade Nova, a uma nova maneira de ser, pensar e agir dentro do território, diferente da geração vítima da remoção sofrida pelas comunidades originárias do bairro.

desembolsarem metade do valor da passagem para garantir não só o acesso à educação a seus filhos, como também ao direito de uso da cidade, implicando em sua condição de mobilidade no território.

CONCLUSÃO

Esta investigação iniciou-se em 2016, com a realização da Iniciação Científica, intitulada como “A influência das relações de poder nas taxas de homicídios de adolescentes e jovens e o impacto dessas mortes na economia de Foz do Iguaçu”. A partir do surgimento de inúmeras dúvidas quanto da constituição da cidade enquanto território usado pelos indivíduos, era necessário aprofundar ainda mais a investigação. A partir dessa pesquisa, cujo financiamento feito pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), foi fundamental para hoje chegarmos à fundamentar esta investigação.

Analisando as condições em que Foz do Iguaçu constituía-se como um território de intensas relações de poder que resultavam em altas taxas de homicídios, era preciso compreender sua formação socioespacial e assim perceber de que forma seu território foi utilizado ao longo dos anos. Compreender a formação socioespacial de Foz do Iguaçu era de tal complexidade que, nos demandaria um tempo no qual o período de uma graduação não permitiria tal aprofundamento necessário.

Assim, ao trabalhar com a hipótese de que ao longo de sua constituição enquanto município, Foz do Iguaçu sofreu com a constante espoliação urbana de seu território, que por sua vez, promoveu intensas segregações socioespaciais que contribuíram para a intensificação das desigualdades sociais na cidade.

Ao delimitar o bairro de Cidade Nova como objeto de análise, resultado desse processo de espoliação urbana no município, foi possível perceber com esta pesquisa, uma segregação socioespacial da população de camadas sociais mais baixas. Uma segregação considerada neste trabalho, como uma higienização dentro de uma sociedade biopolítica em que o Estado e demais agentes de interesses locais se uniram para espoliar a cidade às custas de sua população mais vulnerável.

Como salientado anteriormente, esta pesquisa tinha como objetivo demonstrar como a espoliação urbana de Foz do Iguaçu ocasionou a segregação do bairro Cidade Nova, promovendo intensas desigualdades sociais e condicionando seus moradores a um uso do território limitado.

Para isso, foi necessário demonstrar primeiramente, que a formação econômica e social de Foz do Iguaçu promoveu uma espoliação urbana contínua e que contribuiu para o agravamento das desigualdades sociais no território afetando a população do bairro Cidade Nova, especialmente suas juventudes.

Assim, percebemos que as transformações ocorridas em Foz do Iguaçu, principalmente no que tange seu aumento populacional em decorrência da construção da Usina de Itaipu e do aumento dos fluxos comerciais e de serviços no ciclo econômico posterior à instalação da Usina, intensificou as desigualdades sociais e a segregação da população pobre da cidade.

Com a remoção das comunidades das áreas centrais da cidade e de interesse das elites locais, apoiadas pelo governo municipal e estadual para áreas periféricas da cidade, pode-se notar que, as desigualdades do território foram agravadas pela intensificação da espoliação urbana do território, grande responsável pela segregação e vulnerabilidades social dos moradores do bairro Cidade Nova.

Foi possível perceber com este estudo que a segregação socioespacial do bairro Cidade Nova, limitou sua população, em especial suas juventudes à condições de privações de cidadania, atreladas a uma intensificação da pobreza e alta vulnerabilidade social.

Por último, o impacto dessa espoliação urbana nas comunidades removidas no fim da década de 1990 e ao longo do período histórico, na comunidade do Cidade Nova, impactou gerações de jovens que foram vítimas da remoção e dos que nasceram no bairro, limitando suas trajetórias de vida.

De um modo geral os impactos da construção da Usina de Itaipu, o aumento dos fluxos comerciais e de serviços, atrelados à prática da espoliação urbana foram os grandes responsáveis pela condição de segregação socioespacial do bairro Cidade Nova e das vulnerabilidades sociais que condicionaram seus jovens a uma trajetória de vida limitada em sua condição de ser, pensar e agir dentro do território de Foz do Iguaçu.

A periodização da formação econômica e social do município contribuiu para o entendimento da espoliação urbana do território que resultou no processo de remoção das

comunidades para dar lugar a grandes empreendimentos na cidade de forma a beneficiar as elites locais.

As inúmeras pesquisas realizadas para concretizar esta investigação, juntamente com os diferentes diálogos com a comunidade do Cidade Nova nos permitiu conhecer a realidade social em que vivem, compreendendo sua história, as diferentes trajetórias de seus moradores e assim fortalecer os resultados deste estudo.

Dada a importância do tema, consideramos que é necessária a promoção de políticas de empoderamento comunitário, em especial das juventudes, para que suas habilidades e competências possam desencadear no exercício pleno de sua cidadania.

É interessante, aliás, ressaltar que durante este estudo observamos que os moradores do bairro Cidade Nova, independentemente de sua condição de segregação e/ou de privações dentro do município, não se deixaram limitar-se por tal condição. Pelo contrário, se autodesenvolveram dentro da comunidade, criando redes de relações sociais que ao longo dos anos vem minimizando, na medida do possível de suas relações, os impactos gerados pela espoliação urbana da cidade. Mas é visível perceber que a falta de infraestrutura básica no bairro e o descaso público com a comunidade, ainda hoje, afeta a vida de milhares de seus moradores, principalmente das juventudes dessa comunidade.

O município de Foz do Iguaçu não possui políticas públicas efetivas para o público juvenil, primeiro por ser uma área recente na política pública brasileira, segundo por não possuir uma capilaridade estrutural/institucional capaz de oferecer uma rede de oportunidades para este público, em especial aos jovens em situação de vulnerabilidade social. Essa ausência de capilaridade estrutural/institucional e até mesmo de entendimento conceitual fragiliza não só as políticas de juventude no município como também cria um processo de descontinuidade, dispersão e oscilação entre acúmulos e interrupções nas ações um dia desenvolvidas.

As trajetórias juvenis se fazem em sequência múltiplas e não lineares de eventos demarcadores de passagens para a vida adulta. Na realidade, na convivência conflituosa entre velhos e novos padrões, evidenciamos hoje as dificuldades de emancipação desta

geração. Assim sendo, aquilo que é considerado como “problemas dos jovens”, se transformam em “demandas” a serem levadas ao poder público. Neste sentido, esta pesquisa visa contribuir para o entendimento dos impactos gerados pela espoliação urbana na cidade de Foz do Iguaçu, que ocasionou a segregação do bairro Cidade Nova, tendo como consequência a promoção das desigualdades sociais que condicionou, não só seus moradores como um todo, mas especialmente suas juventudes a um uso limitado do território e a trajetórias de vida diferenciadas das demais áreas do território iguaçuense.

Por fim, as conclusões deste trabalho trazem reflexões e aportes importantes que não se esgotam nesse estudo, mas que projeta a necessidade da continuidade desta investigação, de maneira mais aprofundada sobre os fatores condicionantes para a superação das desigualdades sociais e a vulnerabilidade das juventudes do Cidade Nova.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, H. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, D., et al. **AGENDA JUVENTUDE BRASIL: Leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. Cap. 1, p. 19-59. ISBN 9788561066574. Acesso em: 16 Jun 2019.

ALVES, J. E. D. **A Transição Demográfica e a Janela de Oportunidade**. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. São Paulo, p. 13. 2008.

BARREIRA, A. F. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 149-159, Feb 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000100011>>. Acesso em: Jul 2019.

BEIRA Foz - Plano Nacional de Inclusão e Desenvolvimento Integrado. **3 C Arquitetura e Urbanismo**, 2012. Disponível em: <http://www.3c.arq.br/049_brf/>. Acesso em: 22 Mai 2019.

BORZACHIELLO et al. **Panorama da geografia brasileira**. [S.l.]: Annablume, 2006. 674 p.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 65, de 13 de Julho de 2010. **Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal do Art. 227**, Brasília, 13 Jul 2010. Acesso em: 14 Mai 2019.

BRASIL. Lei Complementar Nº 271, de 18 de Julho de 2017. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDDIS**, Foz do Iguaçu, 18 Jul 2017. 42. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 22 Abr 2019.

BRASIL. Lei Complementar Nº 276, de 6 de Novembro de 2017. **Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município de Foz do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, 06 Nov 2017. 41. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 22 Abr 2019.

CANTISANO, P. J. Quem é o sujeito de direito? A construção científica de um conceito jurídico. **Direito, Estado e Sociedade**, n. 37, p. 132-151, jul/dez 2010. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Artigo6%20Pedro.pdf>>. Acesso em: Mar

2018.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 85 p. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: out. 2018.

CARRANO, P. C. R.; SPOSITO, M. P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, Set/Dez 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em: Fev 2018.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um paradigma do fazer políticas - políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos com População**, v. 19, n. 2, Jul/Dez 2002.

CATTA, L. E. **O Cotidiano de uma Fronteira: A Perversidade da Modernidade**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 186. 1994.

CATTA, L. E. **A Face da Desordem: Pobreza e Estratégias de Sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992)**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009. 439 p. ISBN 978-85-61209-68-1.

CLIVE, A. S.; CROCETTI, Z. S. A Influência das Relações de Poder nas Taxas de Homicídios de Adolescentes e Jovens e o Impacto dessas Mortes na Economia de Foz do Iguaçu. **Anais do 5º EICTI**, Foz do Iguaçu, 5-7 Outubro 2016. 319-321. Acesso em: Mai 2018.

CNI. Cidade Nova Informa. **CNI Informa**, 2012. Disponível em: <<http://www.cnifoz.com/2012/10/historia-do-surgimento-do-bairro-cidade.html>>. Acesso em: Set 2018.

COLODEL, J. A. **Obranges & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1992.

CONTE, H. **Foz do Iguaçu - PR na Rede de Cidades**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 204. 2012.

CORREIA, R. L. **Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 8, 2000. 121-129 p.

CORREIA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª. ed. São Paulo: ÁTICA, 2002.

CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014. Cap. 2, p. 41-51.

DAMIANI, A. L. A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 12-24, 2016. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/revistaconti/index.php/continentes/article/view/136>>.

DUMONT, F. **Une société des jeunes?** Québec: IQRC, 1986.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá/PR: [s.n.], 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. ISBN 85.326.0508-7. Acesso em: 31 Mai 2019.

FOZ DO IGUAÇU. LEI COMPLEMENTAR Nº 271, DE 18 JULHO DE 2017. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDDIS/FOZ**, Foz do Iguaçu, Jul 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-foz-do-iguacu-pr>>.

FRAGA, P. C. P.; LULIANELLI, J. A. S. **O tempo real dos jovens: juventude como experiência acumulada**. [S.l.]: Letra Capital Editora LTDA, 2014. 261 p. Acesso em: 21 Jun 2019.

GONZALEZ, E. **Memórias que Narram a Cidade: Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu**. Dissertação (Dissertação em História) - PUC SP. São Paulo, p. 205. 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: Terriório e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 319 p. ISBN 978-85-286-1577-7. Acesso em: 04 Mai 2019.

HARVEY, D. O Direito à Cidade. **New Left Review**, n. 53, p. 73-89, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: Fev 2019. Traduzido do original

em inglês "The right to the city por Jair Pinheiro.

IPARDES. **Estudos dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a região do oeste do Paraná**. Curitiba. 1977.

IPEADATA. **Dados de População (1940-1970)**, 2019. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: Jan 2019.

JUNQUEIRA, A.; CLIVE, A. S. Estatuto da Juventude: O Jovem como Sujeito de Direitos! **Página 22**, São Paulo, Ago 2013. Disponível em: <<https://pagina22.com.br/2013/08/12/estatuto-da-juventude-o-jovem-como-sujeito-de-direitos/>>. Acesso em: Abr 2018.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 141 p. ISBN 978-85-88208-97-1. Acesso em: 2019.

LOPES, S. **O território do Iguaçu no contexto da marcha para o oeste**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACHADO ANGILELI, C. M. D. M. **Bairro Cidade Nova: Direito à Moradia Digna**. Escola Popular de Planejamento da Cidade. Foz do Iguaçu. 2019.

MACHADO ANGILELI, C. M. D. M. Paisagens Periféricas: Poéticas e Conflitos, 25 Abr 2019. Disponível em: <https://paisagensperifericas.wordpress.com/2019/04/25/areas-de-atuacao-em-2018/?fbclid=IwAR3DxbxDtlm8TiASqp70q9dg5dsLI5oP8YgX_LE-m8r8X33R4BgRzEpC5fl>. Acesso em: 04 Mai 2019.

MAIA, A. F. D. S. A sociedade disciplinar e a exclusão institucionalizada nos centros urbanos brasileiros. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 19, n. 4011, 25 Jun 2014. ISSN 15184862. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/28412>>. Acesso em: 24 Mai 2019.

MARGUTI, B. O. Políticas de Habitação. In: COSTA, M. A.; MAGALHÃES, M. T. Q.; FAVARÃO, C. B. **A Nova Agenda Urbana e o Brasil**: Insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: IPEA, 2018. Cap. 8. ISBN 978-85-7811-325-4.

MARICATO, E. **Política Urbana e de Habitação Social: um assunto pouco importante para o Governo FHC**. [S.l.], p. 11. 1998.

http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_politicaurbanafhc.pdf.

MARICATO, E. O Nó da Terra. **Revista Piauí**, Piauí, n. 21, Jun 2008. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-no-da-terra/>>. Acesso em: 12 Mar 2020. Tribuna Livre da Luta de Classes.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MASSEY, D. **Space, Place and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press Minneapolis, 1994.

MAZZON, J. A. **Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar**. Ministério da Educação - MEC. São Paulo, p. 355. 2009.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Revista Análise Social**, v. XXV (105-106), p. 139-165, 1990. Acesso em: Abril 2017.

PAIVA, C. Á. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu**. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, p. 74. 2014.

PARO, D. **Foz do Iguaçu: do descaminho aos novos caminhos**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2016.

PINTO, E. D. C. Tempo da Juventude ou Juventude além do Tempo? **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas**, Braga, Portugal, 2012. 225-237. Acesso em: 21 Jun 2019.

Plano Estratégico Urbanístico: Foz do Iguaçu. Itaipu Binacional. Foz do Iguaçu, p. 240. 2016.

PMFI. **Projeto Cidade Nova**. Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu - FOZHABITA. Foz do Iguaçu, p. 19. 2002.

PMFI. **Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu**. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, p. 7. 2011.

PRADO, F. H. D. **Grupos de Pressão: Teoria e Prática o caso de Foz do Iguaçu**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 163. 2003.

- REOLON, A. C. Colonização e Urbanização da Mesorregião Oeste do Paraná (1940-2000). **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, Paraná, n. 13, p. 49-57, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/5505/9080>>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; DAMIANI, A. L. **O movimento da obra de Josué de Castro: uma releitura crítica a partir da Geografia da Fome**. Anais. São Paulo: USP. 2004.
- RIBEIRO, D. G. **Metamorfoses na Cidade: tensões e Contradições na Produção e Apropriação do Espaço Urbano de Foz do Iguaçu**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo - PR, p. 263. 2015.
- ROCHA, F. S. **Das Remoções aos Conjuntos Habitacionais: Uma Análise da Percepção das Mulheres Chefes de Família do Bairro Cidade Nova no Município de Foz do Iguaçu/PR**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, p. 133. 2019.
- ROSEIRA, A. M. **Foz do Iguaçu Cidade Rede Sul-Americana**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 170. 2016.
- RUZANY, M. H.; MEIRELLES, Z. V. Adolescência, juventude e violência: identificação, abordagem e conduta. **Revista Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 52-60, Jul/Set 2009. ISSN 2177-5281 (Online). Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=22>. Acesso em: Mai 2019.
- SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: A formação social como categoria e como método**. [S.l.]: Boletim Paulista de Geografia, v. 54, 1977.
- SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 1ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. O Retorno do Território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, n. 16, ENERO-ABRIL 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 18 Mai 2019.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, M. A. D. **Breve história de foz do Iguaçu**. 1ª. ed. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014. 150 p. ISBN 978-85-65307-08-6.

SILVA, R. C. M. E. Do Ipê Roxo na Cidade Nova: experiência etnográfica e aprendizagem situada. **Revista Etnográfica**, v. 20 (1), p. 119-142, Fev 2016. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/4225>>. Acesso em: Fev 2019.

SOUZA, A. A. D. **Itaipu e a Urbanização da Zona de Fronteira do Iguaçu: Cidade e Conjuntos Habitacionais da Usina Hidrelétrica**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP, p. 192. 2011.

SOUZA, A. D. D. **Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 216. 2009.

SOUZA, M. A. Apresentação Milton Santos, um revolucionário. In: SANTOS, M. **O Retorno do Território**. Buenos Aires: CLACSO, v. 6, 2005. p. 251.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. [S.l.]: UNESP, 2004. 220 p.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XI, n. 245, agosto 2007. ISSN 1138-9788. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm>>. Acesso em: 14 Outubro 2018.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 80 p.

URBANISMO, 3. A. E. Projeto Beira Foz – Plano Nacional de Inclusão e Desenvolvimento Integrado. **SlideShare**, 2012. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/3c_arq-urb/projeto-beira-foz>. Acesso em: Mai 2019.

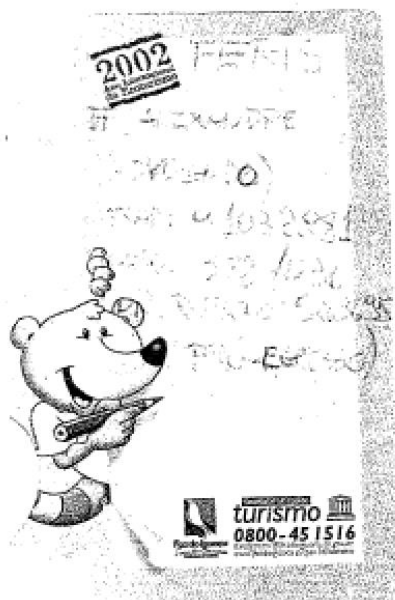
VAINER, C.. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**. 3ª Edição. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, v. volume, 2000. Cap. Cap. 2, p. 192.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste Paranaense**.

Curitiba: Vicentina, 1982. 206 p.

YOKOO, S. C. **Anos bons e anos ruins, do ponto de vista climático, para as culturas do trigo e da soja no município de Campo Mourão - PR.** Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 211. 2007.

ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL



PROJETO CIDADE NOVA

FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ

PREFEITO HARRY DAIJÓ





PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITO MUNICIPAL: HARRY DALJÓ

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU - COHAFOZ

Diretor Presidente: EDSON MANDELLI STUMPF

Diretor Administrativo e Financeiro: CELSO RIOS

Diretor Técnico: EDSON GASPAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Secretário: ELSÍDIO EMÍLIO CAVALCANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretário: IRANI GARCIA

COMPANHIA DA HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR

Diretor Presidente: RAFAEL BERNARDO DELY

1. Foz do Iguaçu

No extremo oeste do estado do Paraná, nas proximidades da confluência dos rios Iguaçu e Paraná, encontra-se a cidade de Foz do Iguaçu (foto 01). As suas belezas naturais e a localização estratégica, numa tríplice fronteira com a Argentina e o Paraguai, firmam Foz do Iguaçu como uma das mais importantes cidades brasileiras.

O primeiro ciclo econômico ocorreu ainda nas décadas de 30 e 40, com a extração de erva-mate. Alguns anos mais tarde, modestamente a atividade turística começava a ganhar corpo com a construção dos primeiros hotéis na cidade.

Foi a partir do início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, em 1974, que Foz do Iguaçu experimentou uma fase de crescimento e uma explosão demográ-

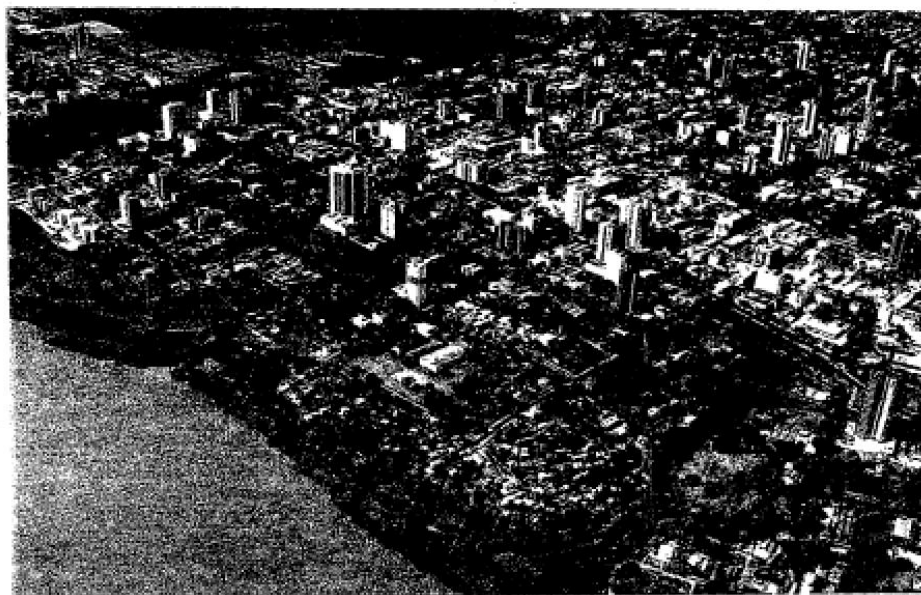


foto 1

Se Deus foi generoso ao premiar o município com um dos mais belos espetáculos da natureza, as Cataratas do Rio Iguaçu (foto 02) com seus 275 saltos, o homem, por sua vez, domou as águas do rio Paraná com a construção da barragem de Itaipu (foto 03), a maior hidrelétrica do mundo com capacidade de geração de 12,6 milhões de KW, dois importantes pontos turísticos do País.

A área territorial total do município de 428,7 Km² é assim distribuída:

Área Urbana.....	248,50 Km ²
Área Rural.....	57,20 Km ²
Área do Parque Nacional..	106,60 Km ²
Área de Itaipu.....	16,40 Km ²

O início do povoamento efetivo da região deu-se por volta de 1888 quando nela habitavam, segundo o historiador Romário Martins, 324 pessoas.

fica. A população da cidade subiu de 30 mil habitantes, em 1970, para 150 mil, em 1995. No auge da construção da usina, pelo menos 40 mil operários foram incorporados aos habitantes locais.

A construção da maior usina hidrelétrica do mundo ajudou a promover turisticamente a cidade e, de forma indireta, seu maior atrativo, as Cataratas do Iguaçu. Dezenas de hotéis foram construídos para atender a crescente demanda de visitantes nacionais e estrangeiros. A rede hoteleira ampliou-se ainda mais com o terceiro ciclo econômico de Foz: o turismo de compras, que cresceu vertiginosamente a partir da segunda metade da década de 80.

Hoje, Foz é um dos principais pólos turísticos do país e a quinta maior cidade do estado do Paraná com cerca de 250 mil habitantes formados por mais de 20 etnias

diferentes, como as colônias árabe, chinesa, coreana, italiana, portuguesa, alemã, japonesa e tantas outras, que incorporaram-se à

população local formando uma verdadeira miscelânea de raças e costumes que convivem harmoniosa e pacificamente.



foto 2

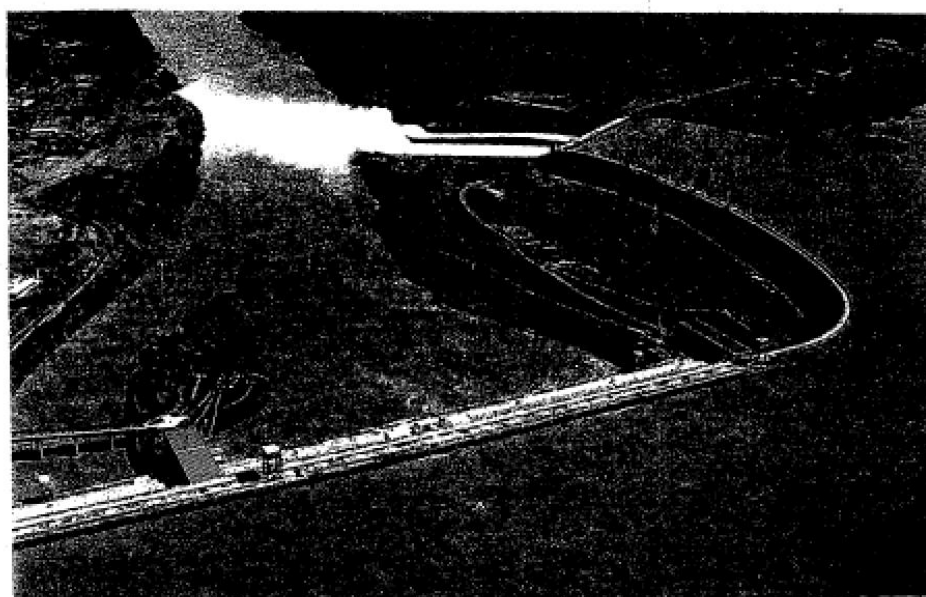
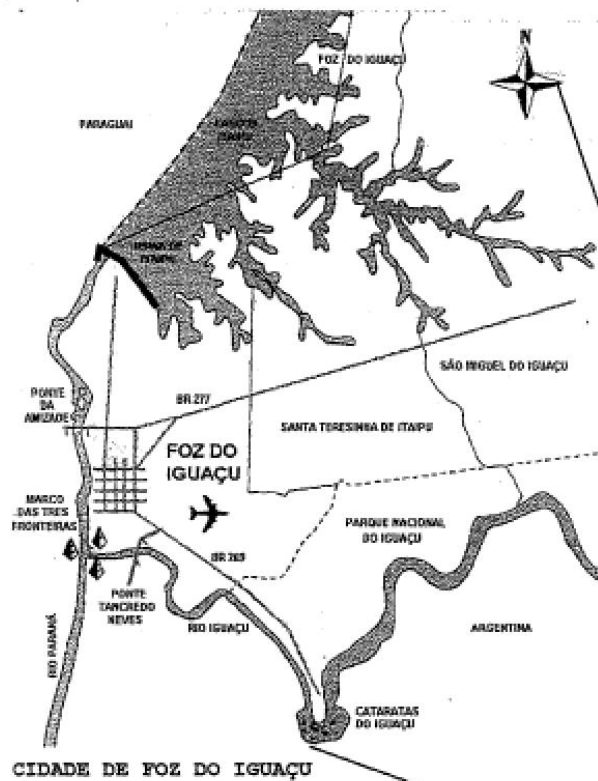
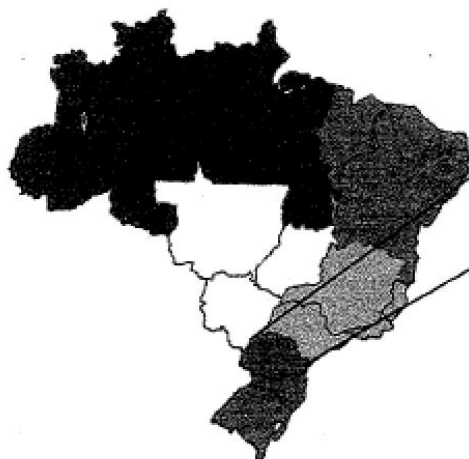


foto 3

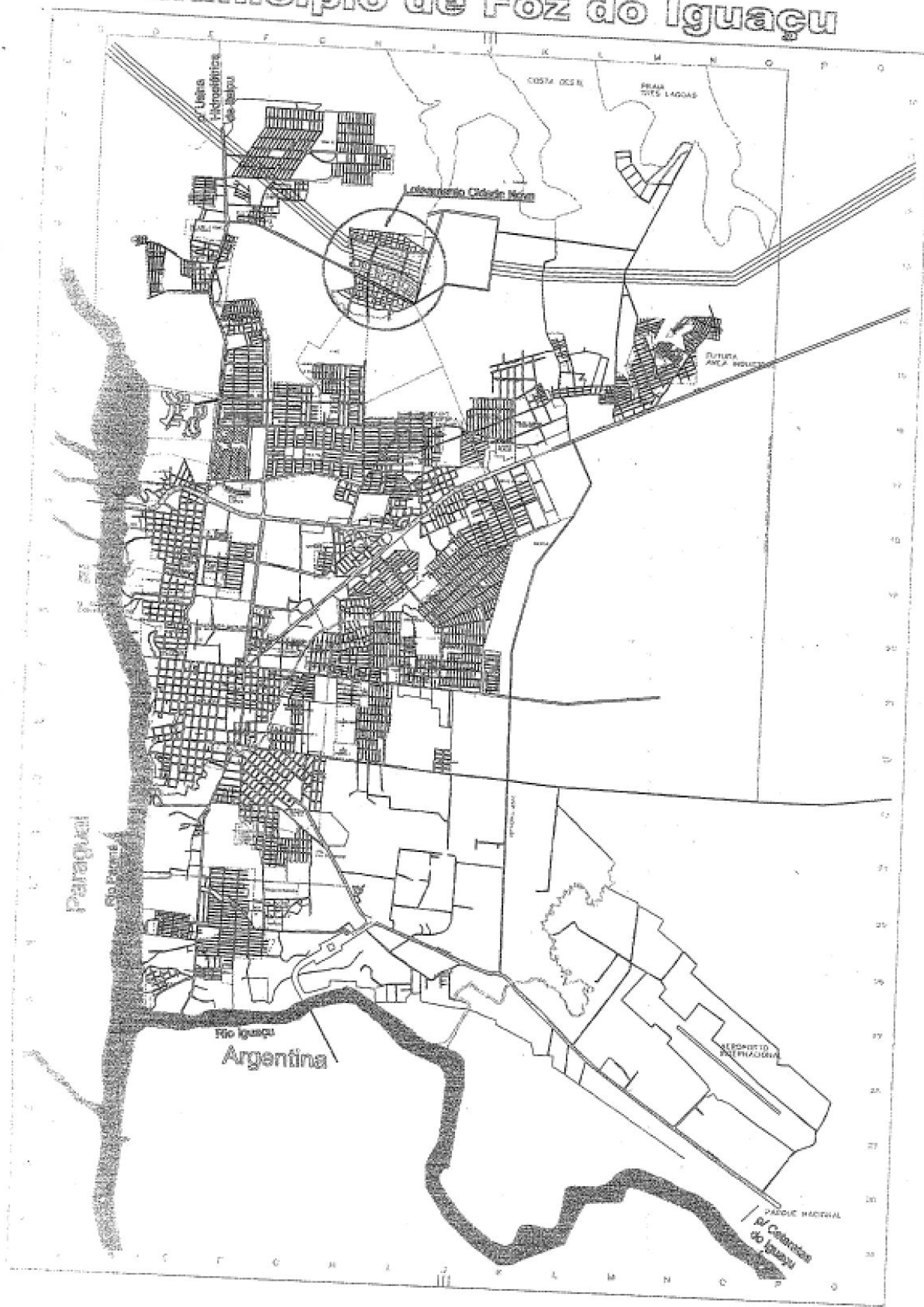


ESTADO DO PARANÁ



MAPA DO BRASIL

Município de Foz do Iguaçu



2. A questão habitacional



Favela Monsenhor Guilherme

O problema habitacional não só de Foz do Iguaçu, como o de todo o país, liga-se a um sistema de causas que transcende o âmbito do setor. Políticas de crédito agrícola, incentivos à indústria, entre outros, repercutem diretamente na renda familiar e nos movimentos migratórios, alterando a demanda e as condições de acesso as moradias. Em Foz, particularmente, a inserção do município numa região fronteiriça torna a economia e, conseqüentemente, a renda das famílias sujeitas, também, às alterações políticas e econômicas ocorridas nos países vizinhos.

Isto, aliado ao ritmo acelerado do crescimento populacional e a falta de uma coordenação planejada da evolução urbana por parte do poder público, resultou num processo conturbado de urbanização.

2.1 - A Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu - COHAFOZ.

Em busca de soluções para a crise habitacional, cujo déficit atual gira em torno de quinze mil moradias, sendo que destas pelo menos sete mil são em favelas, foi criada em

1993, a Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu - COHAFOZ, sociedade de economia mista em cuja constituição de capital comparece o Município com 98%.

A partir de 1997, quando assumiu a administração municipal o prefeito Harry Daijó, houve uma completa reorganização da COHAFOZ, adequando-a, técnica e administrativamente, à magnitude do problema a ser enfrentado. Diante deste contexto, o Governo Municipal, através da COHAFOZ, passou a se posicionar como diretor das ações do setor habitacional priorizando o atendimento das populações mais necessitadas, mas incluindo, também,

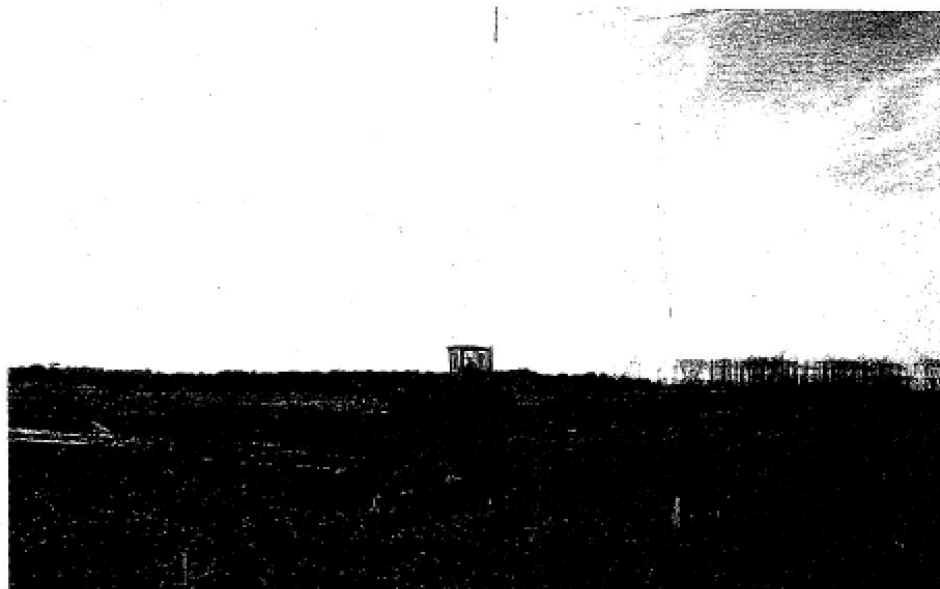
alternativas para a população de maior renda, para que esta não passe a competir nas soluções concebidas para a população carente.

3. O projeto "Cidade Nova"

Buscando uma rápida resposta ao crescente acirramento dos movimentos populares reivindicatórios, foi concebido o projeto do loteamento "Cidade Nova". Sob a coordenação da COHAFOZ, com participação importante da Secretaria Municipal da Coordenação e Planejamento e da Companhia de Habitação do Estado do Paraná-COHAPAR, o Cidade Nova está sendo projetado para atender, após concluído, cerca de 4.500 famílias que aspiram a sua casa própria.

3.1 - Localização, Topografia e Confrontações

Compreende a área do projeto em uma gleba de terras com dois milhões de metros quadrados localizada na região norte do município cujo acesso se dá por rodovia com pavimentação asfáltica a aproximadamente



Vista parcial da área do projeto

10,5 Km do centro (cerca de 20 minutos em transporte coletivo ou 10 minutos em automóvel) e a aproximadamente 1,0 Km do campus da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE. A topografia é praticamente plana em sua parte mais ao norte, onde confronta-se com áreas particulares atualmente ocupadas para cultura de soja ou milho. Torna-se levemente inclinada na sua região central e mantém-se com declividade pouco acentuada (inferior a 10%) até sua extremidade sul onde faz divisa com o Rio Mathias Almada, pequeno afluente do Rio Paraná. A área é cortada em sua região central no sentido leste-oeste por uma faixa de servidão com aproximadamente 425.000 metros quadrados por onde passam as linhas de transmissão de energia gerada na Usina Hidrelétrica de Itaipu em direção à Subestação de FURNAS que confronta-se com a área do projeto em sua divisa leste. A oeste confronta-se com o loteamento Universitário das Américas II, destinado à classe média baixa cuja ocupação se acentuou após o início das obras do Cidade Nova.

3.2 - O Projeto

A preocupação básica na concepção do partido urbanístico do loteamento Cidade Nova foi de integrar o novo projeto à paisagem urbana e ao sistema viário básico do município. O partido urbanístico do loteamento Cidade Nova teve desde a sua concepção básica a preocupação em integrar o novo loteamento. Foram projetadas três avenidas na direção norte-sul e outras três na direção leste-oeste com largura total mínima de 23 metros e duas vias de tráfego, que se interligarão a outros importantes corredores urbanos proporcionando fácil acesso a qualquer região do município. As demais ruas terão largura mínima de 12 m e pavimentação adequada ao tráfego local.

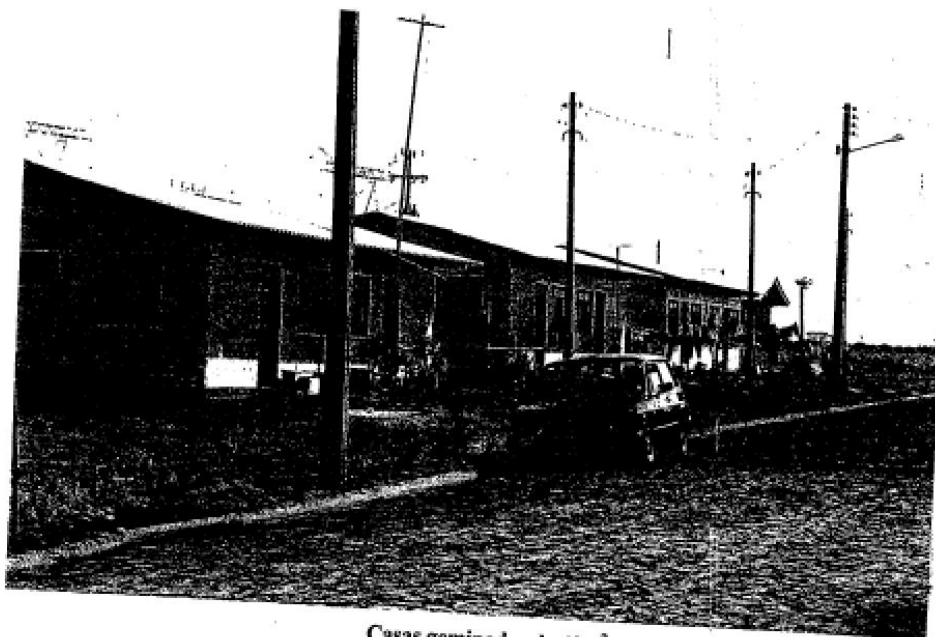
A diversificação no projeto das moradias e a preocupação de atendimento de diferentes classes de renda busca fugir do conceito tradicional dos projetos habitacionais, onde a padronização das residências não considera as diferentes necessidades de cada família beneficiada. O perfil arquitetônico diversificado permite,



Aspecto do loteamento

também, o crescimento ordenado e planejado do novo bairro sem, no entanto, tirar-lhe o aspecto de crescimento natural da cidade.

Toda infra-estrutura básica como abastecimento de água potável, energia elétrica, pavimentação, iluminação pública, os



Casas geminadas de 40m²

serviços públicos essenciais de coleta de lixo, transporte coletivo bem como os equipamentos urbanos tais como creches, escolas centros de saúde, módulos policiais e centros comunitários serão gradativamente implantados obedecendo a um cronograma de ocupação previamente estabelecido.

Para facilitar o detalhamento e execução do projeto, o mesmo foi dividido em cinco etapas, a saber:

3.2.1 - Cidade Nova - primeira etapa

É a região mais elevada de toda a área, constituída de 311.000 metros quadrados ao norte das linhas de transmissão de energia elétrica da usina hidrelétrica de Itaipu, onde foram projetados 623 lotes individuais, 422 apartamentos em condomínios além de áreas reservadas ao comércio e áreas públicas.

Esta etapa teve início em janeiro de 1998 sendo que até o mês de fevereiro de 1999 estarão concluídas aproximadamente 450 casas de diversos padrões.



Família reassentada na Vila Rural (antes/depois)



Família reassentada na Vila Rural (antes/depois)

3.2.2 - A Vila Rural

A Vila Rural é um projeto diferenciado que visa o aproveitamento agrícola da área ocupada pelas linhas de transmissão de energia elétrica. São duas faixas totalizando 245 lotes voltados para duas avenidas paralelas aos limites norte e sul da faixa de servidão. Entre estas duas faixas, ou seja, sob o "linhão", onde o uso do solo é restrito, o terreno foi subdividido em 78 lotes de aproximadamente 5.000 metros quadrados. Estes lotes são destinados à exploração agrícola, principalmente hortaliças, por famílias moradoras do local. Este projeto é oriundo de uma parceria entre o Município de Foz do Iguaçu e o governo do Estado do Paraná, que através da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR financiou as 78 casas enquanto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente coordena a parte agrícola.

É importante salientar o alcance social deste projeto uma vez que além de proporcionar moradia, também gera emprego e renda às famílias beneficiadas.

3.2.3 - Cidade Nova II - segunda etapa

Esta segunda etapa que já está em execução localiza-se entre a rodovia de acesso a subestação de Furnas e a Vila Rural. Diferencia-se da primeira etapa pois além dos lotes urbanos em número de 681, das áreas para condomínios com previsão para 729 apartamentos e das áreas comerciais e públicas, conta também, com 57 lotes destinados a pequenas indústrias. Estima-se que nestas indústrias serão gerados cerca de 250 empregos para a população local.

3.2.4 - Cidade Nova III - terceira etapa

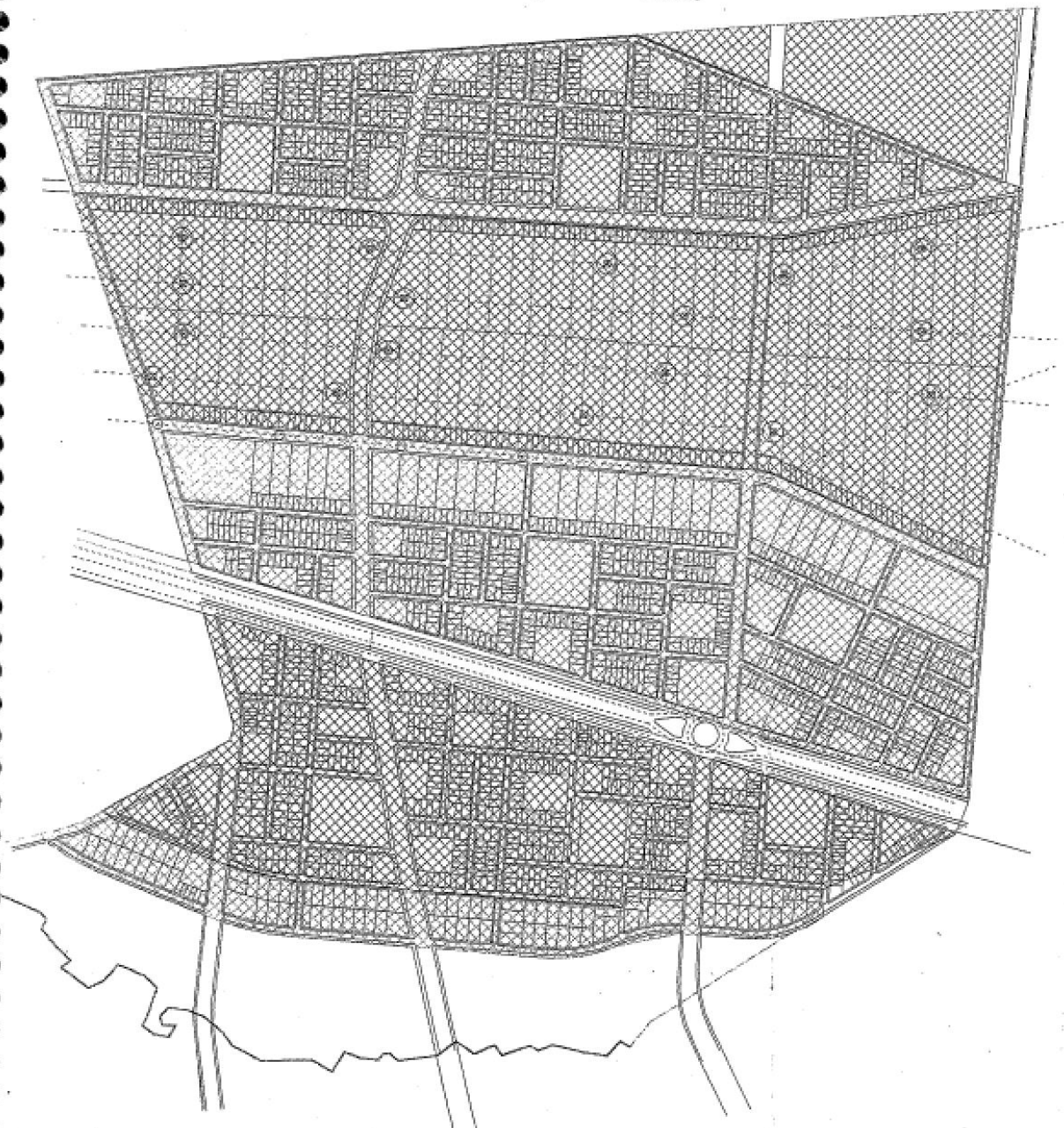
São aproximadamente 600.000 metros quadrados ao sul da rodovia de acesso a subestação de Furnas, até as margens do rio Mathias Almada. O projeto final desta etapa ainda não está completamente definido mas basicamente será dividido em três regiões distintas.

3.2.4.1 - Parque Linear

Ao longo do rio Mathias Almada, em uma faixa de 150 m de largura média será criado o Parque Linear do Rio Almada com o objetivo de preservar a vegetação nativa e a

1ª Etapa
Vila Rural
2ª Etapa

Zona de Verticalização
Vila Solidária
Parque Linear



mata ciliar bastante abundante no local. Serão implantados, também, equipamentos públicos para recreação e lazer.

3.2.4.2 - Zona de verticalização

Paralelamente ao Parque Linear, com uma largura média de 80 metros, será criada uma faixa de lotes de tamanhos variados para a construção de edificações de 7 a 10 pavimentos. Serão projetados diversos edifícios de apartamentos com um, dois e três dormitórios cujo público alvo são as famílias de renda superior a 12 salários mínimos.

3.2.4.3 - A Vila Solidária

Projeto piloto com esforço de uma parceria constituída a partir da primeira CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.

Objetivo fazer uma experiência de construção coletiva envolvendo a sociedade civil organizada para gerir esse novo embrião de vila alternativa que visa promover a **solidariedade** entre os moradores desse projeto.

Organizados em uma Cooperativa de consumo e produção em auto construção e outros gêneros, essa vila coíbe iniciativas privadas a explorar nem uma atividade econômica.

A vila solidária será de 500 lotes podendo ela abrigar até mil moradores se conseguirmos recursos para fazer casas geminadas de um andar acima do térreo.

Essas casas serão construídas em regime de auto construção, com tecnologias apropriadas, com a implantação de uma usina de entulhos de material de construção para produzir os blocos a serem usados na construção, também esse projeto inclui uma serralheira e marcenaria para produzir as aberturas e as estruturas do telhado das casas.

Enfim esse projeto visa gerar trabalho e renda para os moradores da comunidade.

4. - Projeto Social

A COHAFOZ - Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em

parceria com a Caixa Econômica Federal, apresentam este Programa de Ação Social, cumprindo sua parcela de contribuição em prol de uma vida mais digna para a população oriunda de aglomerados sub-normais, que por vários anos habitaram às margens do Rio Paraná, formando entre outras, a favela Monsenhor Guilherme. Hoje, beneficiando-se de programa habitacional destinado a usuários de baixa renda, muitas famílias transferem-se para o bairro Cidade Nova.

As famílias, compostas em sua maioria por homens e mulheres que, atraídos para a fronteira em busca de melhores condições de vida e de trabalho, acabaram por tornar-se força de trabalho excluída do mercado formal, sobrevivendo de subempregos (catadores de papel e latinhas, "laranjas") (transportadores de mercadorias que outros adquirem no Paraguai acima da cota permitida, cruzando com elas a Ponte da Amizade e, as vezes, levando-as até outros locais/cidades/estados), diaristas, empregadas domésticas, trabalhadores braçais).

Pela facilidade do acesso de marginais e contraventores, crianças e adolescentes habituaram-se a conviver com o roubo, as drogas, a violência.

Portanto, entendemos que não basta mudar o local de moradia, é preciso um trabalho social consistente, capaz de permitir a essa população o resgate da auto estima, da capacidade de discernimento, da cidadania.

Por outro lado, sabemos que os resultados deste trabalho serão melhores e mais rápidos na mesma proporção em que pudermos contar com o apoio de outras secretarias municipais e outros órgãos e instituições públicas e privadas.

4.1 - Programa de Promoção Social

Consiste no planejamento e desenvolvimento de atividades que contribuam para o aumento da renda familiar a curto, médio e longo prazo. Tem como objetivos gerais:

- estimular a vida em grupo, favorecendo as relações interpessoais;
- criar condições para que os participantes das atividades

expressem sua vida afetiva e intelectual, sob diferentes formas, contribuindo para o desenvolvimento do seu potencial criativo;

- estimular os participantes a desenvolverem uma consciência mais real de suas potencialidades e contribuir para o resgate da cidadania.

4.1.1- Projetos

4.1.1.1 - Organização e acompanhamento de cursos

Objetivos específicos:

- estimular atitudes reflexivas diante das questões do dia a dia (família, vizinhança, convivência em comunidade);
- oferecer alternativas para o aprendizado e/ou aperfeiçoamento de atividades lucrativas.

Atividades propostas:

- cursos específicos para cada grupo de moradores (senhoras, homens, adolescentes, crianças) ou mistos, dependendo dos interesses demonstrados;
- aulas de ginástica, iniciação esportiva e outras formas de expressão artística.

Como fazer:

- levantamento de interesses através de reuniões, visitas domiciliares, contatos informais;
- organização dos grupos de interesse;
- contato com "professores", dando preferência aos próprios moradores quando capacitados para determinados cursos (pão caseiro, flores artificiais, doces caseiros);
- os outros profissionais deverão ser solicitados a outras secretarias e/ou entidades do município;
- divulgação dos cursos implantados através de boletins informativos e cartazes;

- abertura de inscrições;
- acompanhamento constante dos grupos, pelos técnicos da área social à disposição da COHAFOZ, que deverão avaliar, levantar questões de interesse da comunidade, estabelecer debates etc.;

- sempre que possível relacionar o curso com campanhas educativas (higiene, organização doméstica, doenças sexualmente transmissíveis e outros, com o apoio de recursos externos (postos de saúde, vigilância sanitária e profissionais que se disponham a contribuir com o projeto);

- motivar e sensibilizar os participantes para outras atividades de interesse da comunidade (promover gincanas que tragam benefícios à comunidade como por exemplo, plantio de árvores, organização de biblioteca, construção de áreas esportivas).

Quando fazer:

A partir da 2ª quinzena de setembro e durante o ano todo, aperfeiçoando e ampliando cada vez mais o leque de alternativas oferecidas e o número de participantes.

4.1.1.2 - Oficinas de aprendizado

Para jovens e adultos:

- conserto de eletrodomésticos;
- fabricação e conserto de móveis;
- artesanato em madeira e/ou outros materiais recicláveis;
- outros, de interesse da comunidade.

Objetivos específicos:

- proporcionar aos participantes condições de aprendizado de atividades produtivas;
- proporcionar aos participantes mais oportunidades de participação, aumentando gradativamente o grau de autonomia na execução das atividades;
- criar condições para que o aprendiz estabeleça seus próprios critérios de

avaliação de progressão, sem perder de vista os objetivos a que se propôs;

- criar condições para que o participante compartilhe de experiências em comum, estimulando a espontaneidade;

Atividades propostas:

- levantamento de interesses através de reuniões, visitas domiciliares e contatos informais;
- contratação e/ou solicitação de profissionais nas áreas escolhidas;
- montagem das oficinas;
- campanhas para arrecadação de matéria prima (para o caso de oficinas de trabalho com material reciclável);
- especificar atividade após escolha das oficinas consideradas prioritárias pela comunidade e com condições concretas de serem implementadas;
- contatos para exposição e venda dos produtos do trabalho.

Como e quando fazer:

- a partir da 2ª quinzena de setembro e durante o ano todo, em horários compatíveis com a disponibilidade dos grupos;
- aproveitar todas as oportunidades para discutir e informar sobre os assuntos de interesse do grupo;
- iniciar e desenvolver o aprendizado de como calcular o custo do serviço executado (valor final do produto);

4.1.1.3 - Escola de construção civil

Objetivos específicos:

- as parcerias implantadas no Programa Habitacional Cidade Nova, com a COHAPAR, Caixa Econômica Federal, possibilitaram variantes em metodologias construtivas importantes para o cidadão
- a preocupação em otimizar a utilização dos recursos destinados à construção da moradia popular, democratizando as decisões do

mutuário nas suas relações de proprietário do crédito concedido, criou-se o sistema da auto construção.

- entretanto, muitos mutuários contemplados ao receberem os recursos para aplicação em mão de obra, apesar de desempregados, não tinham nenhuma qualificação para desenvolverem qualquer atividade ligada à construção civil. Desta forma tiveram que tercerizar os serviços.
- a Prefeitura de Foz do Iguaçu, através da COHAFOZ, implanta a Oficina de Ensino para construção civil, cujos objetivos visam o ensino e a profissionalização das pessoas iniciantes na área, gerando oportunidades de serviço com melhor qualidade.
- público alvo: contemplados no programa (titular e familiares).
- matérias curriculares: matemática básica; pesos e medidas, líquidos, sólidos em área e volumes métricos; segurança no trabalho; desperdício, um gasto inútil, economia com qualidade; noções de topografia; conceitos de alvenaria, massa, argamassa, alicerce, pisos, paredes, revestimentos; hidráulica e saneamento; eletricidade; cobertura e esquadrias; técnicas de pintura; noções de paisagismo.

4.1.1.4 - Horta, jardinagem e cultivo de plantas medicinais

Objetivos específicos:

- formar mão-de-obra especializada abrindo alternativas de trabalho no mercado formal e/ou informal;
- introduzir hábitos saudáveis na alimentação das famílias residentes no local;
- contribuir para aumentar e/ou despertar o interesse para o conhecimento das ervas medicinais e suas propriedades curativas;
- desenvolver o sentido coletivo (comunitário) e o senso de responsabilidade.

Atividades propostas:

- noções teóricas e práticas sobre plantio e manuseio de plantas (hortaliças, ornamentais, medicinais);
- preparo do local para o plantio;
- plantio e tratos culturais;
- colheita e comercialização do excedente;
- divisão do produto entre os participantes;
- concursos de hortas caseiras com instituição de prêmios.

Deste projeto deverão surgir outros como curso de culinária básica e utilização de ervas medicinais, fabriquetas de doces caseiros (mamão, abóbora seca, batata doce, banana etc.)

Como e quando fazer:

- motivação da comunidade através de reuniões, visitas domiciliares, cartazes e outros;
- solicitação de área para a atividade;
- abertura de inscrições e formação dos grupos de trabalho;
- contato com secretaria municipal da agricultura, EMATER, para solicitar apoio técnico e matéria prima (sementes, mudas e insumos).

4.1.1.5 - Atividades ocupacionais com crianças e adolescentes

Objetivos específicos:

- ocupar o tempo ocioso da criança e do adolescente, tirando-os das ruas;
- contribuir para o desenvolvimento da criatividade;
- criar condições para que os participantes compartilhem de experiências em comum, estimulando a espontaneidade e a alegria;
- desenvolver o sentido de responsabilidade e o senso crítico;
- oferecer condições para que os participantes desenvolvam o sentido de organização, do estético e a busca do belo.

Atividades propostas:

- acompanhamento das tarefas escolares;

- iniciação ao teatro;
- atividades circenses;
- artesanato com sucatas;
- jogos e brincadeiras;
- iniciação nas várias atividades esportivas.

Como e quando fazer:

- reuniões para motivação e levantamento de interesses;
- inscrições;
- captação de recursos humanos, materiais e físico para a implementação das atividades.

A partir de outubro de 1998.

4.2 - Programa de ação comunitária

Consiste na realização de medidas que visem desenvolver na população o sentido de pertencer ao seu bairro, fazendo com que este se assemelhe o mais possível a uma comunidade.

4.2.1 - Projetos

4.2.1.1 - Organização e assessoria à associação de moradores

Objetivos específicos:

- estimular a vida em grupo, favorecendo as relações interpessoais;
- proporcionar o desenvolvimento de atitudes de busca, observando, levantando questões, pesquisando, reformulando ou não o pensamento inicial, propondo, testando, concluindo;
- capacitar e estimular o interesse do grupo pelo entrosamento com outros grupos;
- incentivar o interesse pela realização de atividades na comunidade e abertar à comunidade;
- estimular a iniciativa e a reflexão.

Atividades propostas:

- preparar as eleições para a 1ª diretoria;
- realizar reuniões periódicas da diretoria da associação com os demais moradores para planejar

ações e/ou discutir problemas da comunidade;

- promover campanhas na comunidade;
- promover e/ou apoiar programas educativos e de lazer para a comunidade;
- realizar reuniões com órgãos públicos ou privados que possam contribuir para o desenvolvimento do bairro.

Como e quando fazer:

- assessoria direta e/ou indireta à associação de moradores (reuniões, contatos, encaminhamentos, sugestões);
- realizar reuniões para preparar as eleições da 1ª diretoria, discutindo com os moradores sobre a importância de uma associação organizada, forte e voltada para os interesses da comunidade;
- discutir com a diretoria eleita e a assembléia de moradores os estatutos da associação;
- nas reuniões periódicas com a comunidade convidar sempre os grupos de interesses comuns (igreja, trabalho, lazer...) além do convite aberto aos demais moradores;
- manter a associação sempre informada sobre os eventos e realizações de interesse da comunidade (alcoólicos anônimos, escola, outros).

4.2.1.2 - Grupo de jovens (idade 15 a 25 anos)

Objetivos específicos:

- incentivar os participantes a conhecer, utilizar e criar condições de lazer dentro do seu próprio meio;
- proporcionar condições para que os participantes tenham contato com as diversas formas de manifestação artística;
- proporcionar o desenvolvimento de atitudes de curiosidade, estimulando o interesse por situações novas;

- estimular a iniciativa e o interesse pela realização de atividade na comunidade.

Atividades propostas:

- reuniões para motivação e formação do grupo, levantamento de interesses;
- processo de eleição e posse da diretoria;
- formação dos núcleos de interesse (teatro, equipes esportivas e outros);
- promoção e apoio a torneios esportivos, campeonatos, shows, campanhas, festas populares e outros.

Como e quando fazer:

A partir de 15 de outubro e à medida em que forem sendo implantados os equipamentos comunitários necessários para a prática das atividades (centro comunitário, quadras esportivas e outros).

OBS: As campanhas a serem desenvolvidas pela associação de moradores e grupo de jovens deverão priorizar eventos de interesse da comunidade e contribuir sempre para o aumento do nível de informação (ex.: semana da comunidade, prevenção do uso de drogas, acidentes domésticos, acidente de trânsito, alcoolismo, limpeza e preservação do meio ambiente, raiva animal, prevenção e combate a incêndios, doenças sexualmente transmissíveis e outros).

4.3 - Recursos necessários

Humanos:

- os profissionais da área social (assistente social ou psicólogo) com experiência em serviço social de comunidade para coordenar os trabalhos e prestar assessoria aos grupos organizados (associação de moradores, grupo de jovens etc...);
- 1 professor de educação física (cedido ou contratado) para coordenar atividades esportivas e formar monitores da própria comunidade;

- professores para os cursos de interesse da comunidade (contratados ou cedidos), - por tempo determinado;
- 3 agentes comunitários ou auxiliar social, com experiência em dinâmica de grupo para desenvolver atividades de recreação, acompanhamento escolar, iniciação artística e outras de interesse de crianças e adolescentes.

Materiais:

- material de escritório (lápiz, caneta, papel, cadeiras, bancos etc...)
- material esportivo (bolas, redes, tabelas de basquete, petecas etc...)

Físicos:

- centro comunitário (ou barracão provisório) para desenvolvimento de reuniões, cursos, atividades recreativas em geral;
- quadras- esportivas ou área destinada ao futebol de campo, futebol de areia, vôlei de areia, peteca e outros.